



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 177 - SEXTA-FEIRA, 6 DE OUTUBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª - Serys Shhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG</p>

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 20</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)</p> <p>LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16</p> <p>LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</p> <p>LÍDER Alvaro Dias – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006

Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição Federal, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 297, de 2006, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º As atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, passam a reger-se pelo disposto nesta Lei.

Art. 2º O exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei, dar-se-á exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, na execução das atividades de responsabilidade dos entes federados, mediante vínculo direto entre os referidos Agentes e órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional.

Art. 3º O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.

Parágrafo único. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:

- I – a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade;
- II – a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;
- III – o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;
- IV – o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;
- V – a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e
- VI – a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

Art. 4º O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

Art. 5º O Ministério da Saúde disciplinará as atividades de prevenção de doenças, de promoção da saúde, de controle e de vigilância a que se referem os arts. 3º e 4º desta Lei e estabelecerá os parâmetros dos cursos previstos nos incisos II do **caput** do art. 6º e I do **caput** do art. 7º desta Lei, observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 6º O Agente Comunitário de Saúde deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

- I – residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público;

- II – haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e
- III – haver concluído o ensino fundamental.

§ 1º Não se aplica a exigência a que se refere o inciso III do **caput** deste artigo aos que, na data de publicação da Medida Provisória nº 297, de 9 de junho de 2006, estavam exercendo atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde.

§ 2º Compete ao ente federativo responsável pela execução dos programas a definição da área geográfica a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Art. 7º O Agente de Combate às Endemias deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

- I – haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e
- II – haver concluído o ensino fundamental.

Parágrafo único. Não se aplica a exigência a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo aos que, na data de publicação da Medida Provisória nº 297, de 9 de junho de 2006, estavam exercendo atividades próprias de Agente de Combate às Endemias.

Art. 8º Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do SUS e pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, na forma do disposto no § 4º do art. 198 da Constituição Federal, submetem-se ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, salvo se, no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, lei local dispuser de forma diversa.

Art. 9º A contratação de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias deverá ser precedida de processo seletivo público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos ou entes da administração direta dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios certificar, em cada caso, a existência de anterior processo de seleção pública, para efeito da dispensa referida no parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, considerando-se como tal aquele que tenha sido realizado com observância dos princípios referidos no **caput** deste artigo.

Art. 10. A administração pública somente poderá rescindir unilateralmente o contrato do Agente Comunitário de Saúde ou do Agente de Combate às Endemias, de acordo com o regime jurídico de trabalho adotado, na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

- I – prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
- II – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
- III – necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei nº 9.801, de 14 de junho de 1999; ou
- IV – insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta) dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas.

Parágrafo único. No caso do Agente Comunitário de Saúde, o contrato também poderá ser rescindido unilateralmente na hipótese de não-atendimento ao disposto no inciso I do **caput** do art. 6º desta Lei, ou em função de apresentação de declaração falsa de residência.

Art. 11. Fica criado, no Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Quadro Suplementar de Combate às Endemias, destinado a promover, no âmbito do SUS, ações complementares de vigilância epidemiológica e combate a endemias, nos termos do inciso VI do **caput** e parágrafo único do art. 16 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Parágrafo único. Ao Quadro Suplementar de que trata o **caput** deste artigo aplica-se, no que couber, além do disposto nesta Lei, o disposto na Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000, cumprindo-se jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 12. Aos profissionais não-ocupantes de cargo efetivo em órgão ou entidade da administração pública federal que, em 14 de fevereiro de 2006, a qualquer título, se achavam no desempenho de atividades de combate a endemias no âmbito da FUNASA é assegurada a dispensa de se submeterem ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de seleção pública efetuado pela FUNASA ou por outra instituição, sob a efetiva supervisão da FUNASA e mediante a observância dos princípios a que se refere o **caput** do art. 9º desta Lei.

§ 1º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde e do Controle e da Transparência instituirá comissão com a finalidade de atestar a regularidade do processo seletivo para fins da dispensa prevista no **caput** deste artigo.

§ 2º A comissão será integrada por 3 (três) representantes da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, um dos quais a presidirá, pelo Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Saúde e pelo Chefe da Auditoria Interna da FUNASA.

Art. 13. Os Agentes de Combate às Endemias integrantes do Quadro Suplementar a que se refere o art. 11 desta Lei poderão ser colocados à disposição dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito do SUS, mediante convênio, ou para gestão associada de serviços públicos, mediante contrato de consórcio público, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, mantida a vinculação à FUNASA e sem prejuízo dos respectivos direitos e vantagens.

Art. 14. O gestor local do SUS responsável pela contratação dos profissionais de que trata esta Lei disporá sobre a criação dos cargos ou empregos públicos e demais aspectos inerentes à atividade, observadas as especificidades locais.

Art. 15. Ficam criados 5.365 (cinco mil, trezentos e sessenta e cinco) empregos públicos de Agente de Combate às Endemias, no âmbito do Quadro Suplementar referido no art. 11 desta Lei, com retribuição mensal estabelecida na forma do Anexo desta Lei, cuja despesa não excederá o valor atualmente despendido pela FUNASA com a contratação desses profissionais.

§ 1º A FUNASA, em até 30 (trinta) dias, promoverá o enquadramento do pessoal de que trata o art. 12 desta Lei na tabela salarial constante do Anexo desta Lei, em classes e níveis com salários iguais aos pagos atualmente, sem aumento de despesa.

§ 2º Aplica-se aos ocupantes dos empregos referidos no **caput** deste artigo a indenização de campo de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991.

§ 3º Caberá à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disciplinar o desenvolvimento dos ocupantes dos empregos públicos referidos no **caput** deste artigo na tabela salarial constante do Anexo desta Lei.

Art. 16. Fica vedada a contratação temporária ou terceirizada de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias, salvo na hipótese de combate a surtos endêmicos, na forma da lei aplicável.

Art. 17. Os profissionais que, na data de publicação da Medida Provisória nº 297, de 9 de junho de 2006, exerciam atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, vinculados diretamente aos gestores locais do SUS ou a entidades de administração indireta, não investidos em cargo ou emprego público e não alcançados pelo disposto no parágrafo único do art. 9º desta Lei poderão permanecer no exercício destas atividades, até que seja concluída a realização de processo seletivo público pelo ente federativo, com vistas no cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 18. Os empregos públicos criados no âmbito da FUNASA, conforme disposto no art. 15 desta Lei e preenchidos nos termos desta Lei, serão extintos, quando vagos.

Art. 19. As despesas decorrentes da criação dos empregos públicos a que se refere o art. 15 desta Lei correrão à conta das dotações destinadas à FUNASA, consignadas no Orçamento Geral da União.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Fica revogada a Lei no 10.507, de 10 de julho de 2002.

Congresso Nacional, 5 de outubro de 2006. – 185º da Independência e 118º da República. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

A N E X O

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS		
CLASSE	NÍVEL	SALÁRIO - 40 HS
D	20	1.180,99
	19	1.152,18
	18	1.124,08
	17	1.096,67
	16	1.069,92
C	15	1.018,97
	14	994,12
	13	969,87
	12	946,21
	11	923,14
B	10	879,18
	9	857,73
	8	836,81
	7	816,40
	6	796,49
A	5	758,56
	4	740,06
	3	722,01
	2	704,40
	1	687,22

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 53, DE 2006**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 317, de 16 de agosto de 2006**, que "Altera dispositivos da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, e dá outras providências", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 16 de outubro de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 5 de outubro de 2006.

Senador Renan Calheiros

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 163ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE OUTUBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discurso do Expediente

SENADOR MÃO SANTA – Aplausos às campanhas de Heloísa Helena e Cristovam Buarque à Presidência da República. Elogios ao candidato Geraldo Alckmin, considerando-o preparado para exercer o cargo pleiteado. 30368

1.2.2 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2006 (nº 1.410/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 67, 70, 82 e 137 e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares, tratando sobre licença para acompanhar cônjuge ou companheiro(a). 30371

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 1.023, de 2006, de autoria do Senador Sérgio Cabral, solicitando a retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 70, de 2003, da qual S.Exª é primeiro signatário. 30375

Nº 1.024, de 2006, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando o para reexame pela comissão de constituição e justiça e cidadania e realização de audiência pública do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2004, de autoria de S.Exª. e a retirada do Projeto de lei do Senado nº 312, de 2004, com o qual tramita um conjunto. 30375

Nº 1.025, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando voto de louvor pela passagem dos dezoito anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, da República Federativa do Brasil. **Aprovado**, tendo usado da palavra o primeiro signatário e o Sr. Presidente, Renan Calheiros..... 30375

Nº 1.026, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso à Escola Pública Integrada Professora Letícia Possamai, da comunidade de Aterrado, em Pouso Redondo-SC, por ter sido uma das sete unidades de ensino do Brasil selecionados para o Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar. ... 30381

1.2.4 – Fala da Presidência

Do Senador Renan Calheiros, manifestando solidariedade às famílias das vítimas do acidente aéreo ocorrido na semana passada. 30381

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 115, de 2006 – CN (nº 859/2006, na origem), do Presidente da República, encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não-financeiras, referente ao segundo quadrimestre de 2006. 30381

Recebimento do Aviso nº 36, de 2006, de 2 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de agosto do corrente ano, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação da Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. (Anexado ao Aviso nº 10, de 2006) 30381

1.2.6 – Ofícios

Nº 203/2006, de 4 do corrente, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, encaminhando sugestões de alterações dos cronogramas de tramitação dos Projetos de Lei nºs 15, de 2006-CN (Orçamento/2007) e 16, de 2006 (Alteração PPA – 2004/2007). 30381

Nº 682/2006, de 4 do corrente, da Liderança do PL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 30384

Nº 112/2006, de 5 do corrente, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, solicitando o desligamento do Deputado João Grandão da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 30384

1.2.7 – Leitura de projeto de lei do Senado

Nº 271, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o art. 108 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para adotar valor vinculado ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como critério a determinar a necessidade de escritura pública, nos negócios jurídicos relacionados a direitos reais sobre imóveis..... 30384

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PAULO PAIM – Análise sobre o trabalho da Comissão Mista designada pelo Presidente do Senado Federal para construir uma política para a construção do salário mínimo..... 30389

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Questionamentos sobre o episódio do dossiê. Estupefação diante de declarações à imprensa, pelo Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, sobre a divulgação do resultado das apurações sobre o dossiê após o segundo turno das eleições. 30389

SENADOR ALMEIDA LIMA – Lamento pelo acidente que vitimou 155 pessoas em avião da GOL. Lembranças do alerta feito por S. Ex^a em julho último, sobre a falta de capacidade operacional dos aeroportos e das empresas aéreas brasileiras..... 30393

1.2.9 – Mensagem do Presidente da República

Mensagem nº 113, de 2006 – CN (nº 745/2006, na origem), do Presidente da República, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 4, de 2006 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$641.598.335,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, enviado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 450/2006. *A Presidência defere a solicitação, encaminha a mensagem à publicação e determina sua juntada ao processado do PL nº 4/2006-CN. Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.....* 30396

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Informando ao Plenário que, na votação da Medida Provisória nº 297, de 2006, realizada ontem, as emendas a ela oferecidas foram tidas como rejeitadas, em virtude do acordo das Lideranças para aprovar tão somente o texto original da Medida. .. 30396

1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR TIÃO VIANA – Agradecimentos à população do Acre pelos votos que reelegeram S. Ex^a para o Senado Federal..... 30396

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Transcrição de depoimento prestado pela Senadora Serys Slhessarenko no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar..... 30402

SENADOR MAGUITO VILELA – Solidariedade aos familiares das vítimas do acidente que envolveu o avião da empresa Gol. Considerações sobre a composição partidária no Estado de Goiás que irá apoiar a candidatura de S.Ex^a no segundo turno. Abandono das cidades do entorno do Distrito Federal..... 30412

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Críticas à política do Presidente Lula direcionada ao

agronegócio. Comentários ao artigo do jornalista Arnaldo Jabor intitulado “A verdade está na cara, mas não se impõe”..... 30414

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI – Lembra a participação do Senador Humberto Lucena na elaboração da Constituição Brasileira. Satisfação com a inclusão do Estado da Paraíba como um dos Estados priorizados, pelo governo federal, para prospecção de Petróleo..... 30418

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Considerações sobre as eleições no Estado de Rondônia.... 30419

SENADOR SIBÁ MACHADO – Necessidade de o candidato Geraldo Alckmin aprofundar melhor as suas propostas, quando diz que vai fazer um “choque de gestão”..... 30422

SENADOR VALDIR RAUPP – Agradecimentos ao carinho do povo do Estado de Rondônia para com o PMDB, tendo em vista a expressiva votação naquele Estado..... 30426

1.2.12 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão especial no próximo dia 21 de novembro, às 11 horas, por ocasião da abertura da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, promovida pelo Senado Federal..... 30427

1.2.13 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “Fotos mostram dinheiro do dossiê”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 30 de setembro último. 30428

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentários sobre a matéria intitulada “MST freia invasões no País para favorecer campanha de Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 12 de setembro último. 30429

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários sobre o artigo intitulada “Dez razões para não votar em Lula”, de autoria do escritor e jornalista Gilberto de Melo Kujawski, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 14 de setembro último. 30430

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “Estamos aproveitando mal o crescimento global”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 6 de setembro último..... 30431

SENADOR MARCOS GUERRA – Registro da matéria intitulada “Vendas no varejo recuam pelo segundo mês, diz IBGE”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 20 de setembro último. A reeleição do governador Paulo Hartung e sua consagração como o governante estadual mais votado do País; saudação aos novos integrantes da bancada federal e ao novo Senador capixaba..... 30432

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro da matéria intitulada “TCU abre investigação formal

sobre desvio de verba na Secom”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 14 de setembro último. 30434

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro da matéria intitulada “Líder do MST é preso por ‘incitação ao crime’”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 22 de agosto último..... 30436

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Registro do editorial intitulado “Escapismos de volta”, do jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 4 de agosto último.. 30437

SENADOR *ALVARO DIAS* – Registro da matéria intitulada “TSE descobre grampo em telefones de 3 ministros”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 18 de setembro último..... 30438

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 5-10-2006

3 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

N^{os} 223 a 225, de 2006. 30439

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

N^{os} 1.928 a 1.954, de 2006. 30442

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 163ª Sessão Não Deliberativa, em 5 de outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana,
Romeu Tuma, Roberto Cavalcanti e Mão Santa*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Há oradores inscritos.

Passo a palavra ao Senador Mão Santa, por vinte minutos.

Hoje, a sessão é não-deliberativa. Seria bom que V. Exª cumprisse o tempo, porque estão inscritos os Senadores Paulo Paim e Marco Maciel.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, esta é uma das mais importantes sessões deste Senado, primeiramente porque V. Exª a está presidindo e, em segundo lugar, porque está presente o Dr. Raimundo Carreiro, sem dúvida o maranhense vivo mais ilustre hoje – o Presidente Sarney está no Amapá.

Cumprimento as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores, as brasileiras e os brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado Federal.

O Senador Paulo Paim cumprimenta o Senador Marco Maciel – são dois pólos, o Sul e o Nordeste. Senador Paulo Paim, Paulo é o nome do apóstolo, e V. Exª o carrega bem.

O Senador Marco Maciel é cristão mesmo. Senador Marco Maciel, o apóstolo Paulo teve longevidade. Cristo viveu pouco, 33 anos. Cristo não escreveu nada, mas falou bem, discursou bem. O Pai-Nosso é um discurso de Cristo. São 56 palavras, Senador Marco Maciel, e, cada vez em que as balbuciamos, em um minuto, transportamo-nos destas terras aos céus. Ele não tinha aparelho de som, televisão. Ele ia, então, às montanhas e bradava: “Bem-aventurado quem tem fome e sede de justiça; bem-aventurados os mansos, que possuirão a terra”.

Senador Paulo Paim, ele, que teve longevidade, disse assim: “Percorri meus caminhos, guardei minha fé e combati meu bom combate”.

Então, posso dizer isto para o Brasil: desde que chegamos a esta Casa, continuamos combatendo o bom combate do mesmo jeito, aqui, neste cenário, porque entendo que isto aqui é uma criação de Deus.

Ó, Senador Marco Maciel, o Líder escolhido por Deus para libertar seu povo foi Moisés, que, recebendo a missão, acreditou, não quis saber de força de faraó, de Mar Vermelho, de seca, de fome, e guiou o povo. Recebeu as Leis de Deus, para mostrar que a lei é divina.

Mas, Senador Paulo Paim, houve momentos em que Moisés quis desistir, pois o povo estava atrás do bezerro de ouro, do dinheiro, das coisas fáceis, como ocorre hoje no Brasil. Ele quis desistir, mas ouviu de Deus: “Não desista, busque os mais velhos, os mais experimentados, e eles o ajudarão a carregar o fardo do povo”. Aí, Senador Marco Maciel, nasceu a idéia de Senado, melhorada na Grécia, na Itália, na França, no mundo e no Brasil por Rui Barbosa. O Senado melhorou muito com Rui Barbosa. Então, somos isso.

Quero, primeiramente, fazer uma homenagem ao Senado do Brasil. Senador Paulo Paim, sei que tudo começou lá com Bento Gonçalves, esta República, a Guerra dos Farroupilhas, os lanceiros negros. Eu, nessa campanha, agi como os lanceiros negros – acho que é a convivência com Paulo Paim, com sua coragem. Mas foi Bento Gonçalves, foram os gaúchos os precursores desta República.

Ó, Carreiro, V. Sª é um dos homens mais dignos na história do Maranhão. Quem diz isso é um filho de maranhense. Meu pai era maranhense. V. Sª é ímpar. O Senado está perdendo a oportunidade de indicar um dos homens mais dignos e honrados para o Tribunal de Contas da União.

Há quatros anos, ouve-se esse samba do crioulo doido, mas ninguém chega a uma conclusão. Temos errado por omissão. Nessa eleição palhaça e sem lei, fomos nós que erramos. Deveríamos ter feito a lei antes de 3 de outubro, como previa a Constituição. O

nome do Carreiro é um nome da Pátria que poderia ser utilizado. Pecamos por omissão, e adverti, quando não fizeram a reforma antes da data. Pensaram que podiam tudo, mas não puderam.

Carreiro, faço-lhe essa homenagem, porque aprendi isto quando menino: “Não chores, meu filho, a vida é luta renhida. Viver é lutar. A vida é um combate que os fracos abate e os fortes e bravos só pode exaltar”.

Este Senado é forte e bravo. Apesar de todos os percalços, de todas as coisas, impedimos que o PT levasse este País à ditadura, ao modelo de Fidel. Lutamos muito. Bradei, quando a primeira medida provisória tirou o direito dos velhinhos aposentados e a perspectiva de um homem aposentar-se.

Três coisas só fazemos uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT.

O Senador Paulo Paim lutou para salvar os aposentados e criou uma PEC paralela. Aqui há gente boa. Senador Paulo Paim, sem dúvida, V. Ex^a é o melhor desta Casa. Sou franco, mas sei que o PT não era o seu ideal. Com todo o respeito, o PT, para mim, é hoje uma organização criminosa. Conheço o do Brasil, e o do Piauí é pior. Lá, ele se uniu com o poder econômico perverso e imoral. Aí está o resultado da eleição no Senado. Nomes históricos, com vida política e pública respeitadas, como governadores, ministros, deputados, secretários, apagaram-se diante do poder econômico perverso.

Mas o Senado escreveu a mais bela página. Senador Romeu Tuma, se não fosse Heloísa Helena e Cristovam Buarque, estava acabado o jogo, estava acabada a esperança da democracia.

Senador Romeu Tuma, está na hora de V. Ex^a, que é Corregedor e que só faz punir, aplaudir: invente uma medalha na Corregedoria, para dá-la a Heloísa Helena e a Cristovam Buarque. Sei que V. Ex^a é nota dez, mas crie, sim, uma motivação. Ninguém fez mais nessa campanha do que estes dois Senadores: Heloísa Helena e Cristovam Buarque.

Portanto, foi o Senado que salvou a democracia, com o PT comportando-se como organização criminosa, aliado ao mais perverso poder econômico. O poder econômico é perverso, Senador Paulo Paim.

Não sei se V. Ex^a, Senador Paulo Paim, já teve vergonha de ser brasileiro; eu tive. Senador Marco Maciel, eu tive vergonha e vou contar o dia. Tive vergonha de ser brasileiro! Eu, com minha Adalgisinha, em 1986...

Senadora Heloísa Helena, estou instituindo uma comenda aos heróis: V. Ex^a e Cristovam Buarque. Não sei quanto a V. Ex^a, mas já tive vergonha de ser brasileiro um dia. Em 1986, eu e minha Adalgisinha fo-

mos de ônibus para a Zona Franca do Paraguai, em Assunção. Senador Paulo Paim, gosto de história e fui a um museu em 1986, há vinte anos. O Paraguai era pobre, com dificuldades. Senador Marco Maciel, V. Ex^a sabe o que é cartolina e pincel atômico? Senador Paulo Paim, a história da guerra do Paraguai estava escrita em espanhol. Gosto muito de espanhol, porque, no tempo em que estudava Medicina, quase todos os livros eram em espanhol, de El Ateneu, de Buenos Aires. Então, deleitando-me, tive vergonha de ser brasileiro. É o poder econômico perverso a que o PT se entregou no Piauí, vergonhosamente, e no Brasil; entregou-se aos banqueiros.

Senadora Heloísa Helena, eles contavam: o poder econômico da Inglaterra, os grandes empresários tinham as fábricas de tecido. Meu avô era empresário, e me lembro de que ele só falava em casimira inglês, em linho inglês, em tropical inglês. Tudo era da Inglaterra, e o transporte... Aí surgiu no Paraguai uma indústria de tecido, uma concorrente. Senador Paulo Paim, os empresários industriais ingleses chamaram: ó Brasil, esse Duque de Caxias, que é português, e deram dinheiro, dinheiro, dinheiro. Chamaram os argentinos e deram dinheiro, Senador Marco Maciel. Chamaram o Uruguai e deram dinheiro. Escrevemos a mais vergonhosa guerra da história do mundo, trucidamos e acabamos.

Senador Romeu Tuma, eles tiveram de convocar garotos de 12 anos para resistir, crianças. Esse é o poder econômico que sustentou a organização criminosa que é o PT. E aí está.

Mas Heloísa Helena e Cristovam Buarque deram-nos uma esperança.

E vem a mais bela e legítima criação do homem, que foi a democracia. Senador Romeu Tuma, quem fez a democracia foi o povo. O povo, desesperado diante dos reis, Senadora Heloísa Helena, gritou nas ruas: “Liberdade, igualdade e fraternidade!”. Caíram os reis, e nasceu o governo do povo, pelo povo, para o povo.

Então, é isso. Dividiu logo um sábio o poder absoluto dos reis, e veio a alternância do poder. Vamos usá-la, Senadora Heloísa Helena.

Senadora Heloísa Helena, abra sua Bíblia, que está aí! Coloquei também, a exemplo da grande Heloísa, uma Bíblia na minha gaveta. Está lá aquela passagem que diz: “Procurai e acharás. Batei, e vos será aberta”. Eu bato no seu coração. “Pedi, e dar-se-vos-á”. Vamos utilizar a alternância do poder. O que está aí está vergonhoso, Senadora Heloísa Helena. É a alternância do poder. Eu votei no Lula, e V. Ex^a também. Mas, então, vamos experimentar.

E sabem por que sou Alckmin? Vou dizer por quê. Fui Governador com Mário Covas, o homem mais digno,

mais honrado e melhor que já vi. Fernando Henrique era Presidente. Senadora Heloísa Helena, vou citar um fato. Convivi muito com ele, porque ele teve sua doença, e eu era médico, trocávamos opinião. Ele me disse que a coisa que ele mais gostava de comer era pastel. Toda vez que vejo um pastel, eu o como em sua homenagem. E eu era médico, confidente, dando-lhe força: “Rapaz, você está pegando uns quilos; ruim é quando emagrece”. Era um homem de moral.

Fernando Henrique Cardoso, V. Ex^a foi Presidente, mas o maior líder deste País foi Mário Covas. Vou citar um fato. Os Governadores que faziam reunião, Senador Marco Maciel, depois que ele morreu, nunca mais se reuniram. Ele era o atrativo. Fernando Henrique Cardoso, vá rezar para ele e para a família dele, porque, se ele quisesse, ele o teria derrubado. Mas ele ouvia a mágoa, nós chorávamos no ombro dele, e jamais ele o agrediu, Marco Maciel. Ele era muito mais forte do que Fernando Henrique Cardoso. Os Governadores nunca mais – está aí o Azeredo – reuniram-se depois que ele morreu. E ele recebia as queixas, procurava solucionar.

Então, vejo em Alckmin esse filho. Deus não abandona os homens. Houve Golias, o monstro, e Davi o venceu. O povo escravo, Moisés libertou. E o Brasil lascado? Alckmin, vamos salvar a democracia! E ele tem a hierarquia do saber.

Heloísa Helena, há a hierarquia do saber. V. Ex^a é professora, o que para mim é mais do que Senadora. É a única pessoa que se pode chamar de mestre. Não se chama os ricos, os empresários ou os banqueiros de professor, de mestre.

Então, vejo, Heloísa Helena, a hierarquia do saber. Foi uma pessoa que foi preparada, como Deus preparou Davi para vencer Golias. Foi Vereador; eu não o fui. Posso ser como Giscard d’Estaing, que perdeu a presidência e disse: “Vou ser vereador na minha cidade”. Alckmin foi deputado estadual, foi prefeito, foi prefeitinho, como eu chamo, foi vice-governador, governador, deputado federal; então, ele tem a hierarquia do saber.

Heloísa Helena, foi uma bênção de Deus conhecê-la, conviver com V. Ex^a, que empata com Adalgisa em caráter, em luta, em força.

Mas, atentai bem, até o dia 29, vou aplicar a lei de Deus: “Pedi, e dar-se-vos-á”. Pedi o apoio a essa alternância do poder.

Mas, Senador Romeu Tuma, a admiração por V. Ex^a é extraordinária. Não sei se V. Ex^a leu a matéria “Essa é pior do que a do dossiê”. Brasileiras e brasileiros, depois da tempestade vem a bonança; isso está na Bíblia. Então, vamos para a bonança – o Brasil não resiste.

Essa de meter na cabeça e de dizer que não leu nenhum livro, mas que sabe mais que os que leram?! Sabe é uma ova! Isso não existe. Vamos acabar com esse tabu!

Está aí outro homem honrado do PT, outro homem que acaba de sair, o Tião Viana. Mas está envolvido nessa situação.

A matéria “Essa é pior do que a do dossiê”, de Jaime Leitão – atentai bem, brasileiros! –, vou lê-la pausadamente:

O atual Governo, de trapalhada em trapalhada, aos poucos vai sendo desmoralizado. O escândalo do dossiê, armado pela cúpula petista para derrubar Serra em São Paulo, e que Lula disse ignorar, está valendo vários pontos negativos para o Presidente nas pesquisas, porque essa justificativa de que ele não sabia de nada não colou nem poderia.

É o negócio de ser o Presidente “Jamanta”, daquela novela, Senadora Heloísa Helena. É o Jamanta! Nós não queremos Jamanta Presidente novamente.

Diz mais: “Agora, descobri uma outra jogada pior até que a do dossiê, só que não ganhou a repercussão que merecia”.

O articulista Carlos Chagas é o melhor articulista do Brasil. Morreu o nosso Carlos Castelo Branco, que era piauiense. Hoje, o melhor é o Carlos Chagas; eu dou a medalha para ele. O melhor, Senador Marco Maciel, era o piauiense Carlos Castelo Branco; hoje, é o Carlos Chagas.

Continua a matéria:

O articulista Carlos Chagas publicou em sua coluna na revista **Brasília em Dia**, na edição que saiu na primeira semana de setembro, uma revelação estarrecedora e ao mesmo tempo ridícula. Foi criada uma ONG (Organização Não-Governamental) com o nome Sociedade dos Amigos de Plutão, que tem por objetivo promover palestras no Brasil e no exterior para transformar Plutão em planeta novamente, já que, há um mês, ele foi rebaixado à condição de asteroide. E a justificativa da ONG é que essa decisão abre precedente para que a Terra no futuro também seja rebaixada e até extinta. Depois contam piada de português como se os brasileiros fossem inteligentíssimos e os portugueses burros. Esses brasileiros da ONG que nasce são todos ligados ao PT e o líder da mesma é um ex-líder sindical, filiado à CUT (Central Única dos Trabalhadores) e ao PT e, segundo Carlos Chagas, amigo íntimo do Presidente Lula.

Atentai bem, Senador Marco Maciel!

Romeu Tuma, isso é caso de polícia. Cadê sua Polícia Federal? A Polícia Federal tem de prender essa ONG logo. V. Ex^a é o símbolo moral dessa Força.

E é dito mais: “O mais grave vem agora: a criação da ONG saiu no Diário Oficial, que publicou a liberação de uma verba de R\$7,5 milhões para as primeiras ações da ONG”.

Com esse dinheiro, Heloísa, ele terminava o porto do Piauí.

Diz ainda Jaime Leitão:

E tem mais: a nova ONG pretende firmar convênios de publicidade com a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e os Correios. E não pára por aí: segundo Carlos Chagas [o mais verdadeiro dos cronistas políticos hoje do Brasil] foram programadas retiradas semanais de R\$20 mil para cada um dos – atenção para o número – 800 diretores da ONG. Esse é disparado o maior escândalo do governo Lula. Não entendo por que não está sendo divulgado com o destaque que este assunto tão absurdo e vergonhoso merece.

Há ONG sérias, mas muitas são só fachadas para justificar recebimento de dinheiro público, sem devolver nada em termos de benefícios para a sociedade. E eles são tão burros que nem disfarçam. Essa de ONG para salvar Plutão é de cabo de esquadra. Até para ser corrupto tem que ter o mínimo de inteligência. Não é o caso. Carlos Chagas cita uma ONG que dá proteção a gatos cegos. Se Lula for reeleito, provavelmente irão aparecer ONG como a Sociedade Protetora das Borboletas sem Asas, dos Cachorros de Três Patas, dos Unicórnios de Dois Chifres e dos Sem-Noção de Nada.

Permitir que se criem ONG com dinheiro público com o objetivo único de favorecer companheiros de partido, com ganhos extraordinários, é um crime tão grave quanto “mensalão”, “mensalinho” e máfia das sanguessugas. Quantas ONG existirão na mesma base?

A eleição está aí. Ainda é tempo de acordar e de evitar o caos.

Jaime Leitão é cronista, poeta, autor teatral e professor de Redação.

Senador Tião Viana, a democracia é bela. Todos nós vibramos por V. Ex^a, a sua eleição não pertence ao Acre, não pertence à nossa Medicina. Senador Tião Viana, Deus o colocou aí. Nós temos ética, porque nós somos médicos, nós já começamos com o Juramento de Hipócrates.

Atentai bem, Senador Paim, a Medicina é a mais humana das ciências, e o médico é um benfeitor da humanidade. Nós já começamos com o Juramento de Hipócrates, que é um tratado de ética, estudamos Deontologia Médica.

Então, pela ética, pela decência, pela dignidade, vamos ser obedientes ao povo, que construiu o maior patrimônio da humanidade: a democracia. É na democracia que o povo é soberano, que o povo decide, que o povo reflete, que o povo bota e tira. E o povo botou, e vamos tirar, daremos vida à mais bela condição da democracia, que é a alternância do poder. Vamos todos juntos dar chance a esse filho do maior dos brasileiros, Mário Covas, que é Alckmin, Presidente para o Brasil decente!

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

“É o seguinte o projeto recebido”:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2006
(Nº 1.410/2003, na Casa de Origem)
(De Iniciativa do Presidente da República)

Altera os arts. 67, 70, 92 e 137 e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1990 - Estatuto dos Militares, tratando sobre licença para acompanhar cônjuge ou companheiro(a).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 67, 70, 82 e 137 da Lei nº 6.890, de 9 de dezembro de 1980, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 67.
§ 1º

e) para acompanhar cônjuge ou companheiro(a).

.....”(NR)

“Art. 70.

§ 1º A interrupção da licença especial, da licença para tratar de interesse particular e da licença para acompanhar cônjuge ou companheiro(a) poderá ocorrer:

.....

§ 2º A interrupção da licença para tratar de interesse particular e da licença para acom-

panhar cônjuge ou companheiro(a) será definitiva quando o militar for reformado ou transferido, *ex-offício*, para a reserva remunerada.

.....”(NR)

“Art. 82.

III – haver ultrapassado 6 (seis) meses contínuos em licença para tratar de interesse particular ou em licença para acompanhar cônjuge ou companheiro(a);

.....”(NR)

“Art. 137.

§ 4º

b) passado em licença para tratar de interesse particular ou para acompanhar cônjuge ou companheiro(a);

.....”(NR)

Art. 2º A Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 69-A:

“Art. 69-A. Licença para acompanhar cônjuge ou companheiro(a) é a autorização para o afastamento total do serviço, concedida a militar com mais de 10 (dez) anos de efetivo serviço que a requeira para acompanhar cônjuge ou companheiro(a) que, sendo servidor público da União ou militar das Forças Armadas, for, *ex-offício*, exercer atividade em órgão público federal situado em outro ponto do território nacional ou no exterior, diverso da localização da organização militar do requerente.

§ 1º A licença será concedida sempre com prejuízo da remuneração e da contagem de topo de efetivo serviço, exceto, quanto a este último, para fins de indicação para a quota compulsória.

§ 2º O prazo-limite para a licença será de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser concedido de forma contínua ou fracionada.

§ 3º Para a concessão da licença para acompanhar companheiro(a), há necessidade de que seja reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, de acordo com a legislação específica.

§ 4º Não será concedida a licença de que trata este artigo quando o militar acompanhante puder ser passado à disposição ou à situação de adido ou ser classificado/lotado em organização militar das Forças Armadas para o desempenho de funções compatíveis com o seu nível hierárquico.

§ 5º A passagem à disposição ou a situação de adido ou a classificação/lotação em organização militar, de que trata o § 4º deste artigo, será efetivada sem ônus para a União e sempre com a aquiescência das Forças Armadas envolvidas.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.410, DE 2003

Altera os arts. 67, 82, 98 e 137 do Estatuto dos Militares, de que trata a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, sobre a licença para acompanhar cônjuge, e acrescenta o art. 70-A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 67, 82, 98 e 137 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 67.

§ 1º

e) para acompanhar cônjuge.

.....”(NR)

“Art. 82.

XV – haver ultrapassado um ano contínuo em licença para acompanhar cônjuge.

§ 5º A agregação de militar, no caso do inciso XV deste artigo, é contada, a partir do primeiro dia, após decorrido o prazo de um ano, e enquanto durar a licença.”(NR)

“Art. 98.

XVII – ultrapassar o prazo limite, contínuo ou não, em licença para acompanhar cônjuge, desde que o militar tenha mais de 10 anos de serviço.

.....”(NR)

“Art. 137.

§ 4º

f) passado em licença para acompanhar cônjuge.”(NR)

Art. 2º A Lei nº 6.880, de 1980, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 70-A:

“Art. 70-A. Licença para acompanhar cônjuge é a autorização para o afastamento total do serviço, concedida ao militar que a requer com esta finalidade.

§ 1º A licença será concedida sempre com prejuízo da remuneração e da contagem

de tempo de efetivo serviço, exceto para fins de indicação para a quota compulsória.

§ 2º O prazo limite para a licença, quando houver, será regulado em cada Força Armada.

§ 3º A licença poderá ser estendida para acompanhar companheiro ou companheira, desde que seja reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, comprovada por justificação judicial.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM Nº 305, DE 2003

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Defesa, o texto do projeto de lei que “Altera os arts. 67, 82, 98 e 137 do Estatuto dos Militares, de que trata a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, sobre a licença para acompanhar cônjuge, e acrescenta o art. 70-A”.

Brasília, 4 de julho de 2003 – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 226/MD

Brasília, 8 de maio de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submeto à superior deliberação de Vossa Excelência Projeto de Lei que altera os arts. 67, 82, 98 e 137 do Estatuto dos Militares, aprovado pela Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, sobre a licença para acompanhar cônjuge, e acrescenta o art. 70-A.

2. Tal proposta encontra amparo na inexistência de dispositivos legais que normatizem a referida licença, o que tem obrigado os Comandos de Força a estabelecer critérios próprios para a concessão desse direito, em cumprimento ao art. 226 da Constituição Federal, que determina: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”.

3. No entender deste Ministério, a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, deve ser alterada, de modo a instituir esse direito para os militares das Forças Armadas, considerando-se as peculiaridades da carreira militar, nos termos do que ocorre com os servidores civis, aos quais a licença é concedida, por prazo indeterminado, com base no art. 84 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

4. Relativamente ao cumprimento do disposto na Lei nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, observa-se que a aprovação do referido Projeto de Lei não implicará em aumento da despesa.

5. São estas, Senhor Presidente, as razões pelas quais acredito que a medida ora em questão deverá ser acolhida pelo Governo de Vossa Excelência.

Respeitosamente, – **José Viegas Filho**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980

Dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

Art. 67. Licença é a autorização para afastamento total do serviço, em caráter temporário, concedida ao militar, obedecidas às disposições legais e regulamentares.

§ 1º A licença pode ser:

a) especial; (Vide Medida Provisória nº 2.215-10, de 31-8-2001)

b) para tratar de interesse particular;

c) para tratamento de saúde de pessoa da família; e

d) para tratamento de saúde própria.

§ 2º A remuneração do militar licenciado será regulada em legislação específica.

§ 3º A concessão de licença é regulada pelos Ministros das Forças Singulares. (Vide Medida Provisória nº 2.215-10, de 31-8-2001)

Art. 69. Licença para tratar de interesse particular é a autorização para o afastamento total do serviço, concedida ao militar, com mais de 10 (dez) anos de efetivo serviço, que a requeira com aquela finalidade.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo será sempre concedida com prejuízo da remuneração e da contagem de tempo de efetivo serviço, exceto, quanto a este último, para fins de indicação para a quota compulsória.

Art. 70. As licenças poderão ser interrompidas a pedido ou nas condições estabelecidas neste artigo.

§ 1º A interrupção da licença especial e da licença para tratar de interesse particular poderá ocorrer: (Vide Medida Provisória nº 2.215-10, de 31-8-2001)

a) em caso de mobilização e estado de guerra;

b) em caso de decretação de estado de emergência ou de estado de sítio;

c) para cumprimento de sentença que importe em restrição da liberdade individual;

d) para cumprimento de punição disciplinar, conforme regulado pelo respectivo Ministério Militar; e (Vide Medida Provisória nº 2.215-10, de 31-8-2001)

e) em caso de denúncia ou de pronúncia em processo criminal ou indicição em inquérito militar, a juízo da autoridade que efetivou a denúncia, a pronúncia ou a indicição.

§ 2º A interrupção de licença para tratar de interesse particular será definitiva quando o militar for reformado ou transferido *ex-offício* para a reserva remunerada.

§ 3º A interrupção da licença para tratamento de saúde de pessoa da família, para cumprimento de pena disciplinar que importe em restrição da liberdade individual, será regulada em cada Força.

.....
Art. 82. O militar será agregado quando for afastado temporariamente do serviço ativo por motivo de:

I – ter sido julgado incapaz temporariamente, após 1 (um) ano contínuo de tratamento;

II – haver ultrapassado 1 (um) ano contínuo em licença para tratamento de saúde própria;

III – haver ultrapassado 6 (seis) meses contínuos em licença para tratar de interesse particular;

IV – haver ultrapassado 6 (seis) meses contínuos em licença para tratar de saúde de pessoa da família;

V – ter sido julgado incapaz definitivamente, enquanto tramita o processo de reforma;

VI – ter sido considerado oficialmente extraviado;

VII – ter-se esgotado o prazo que caracteriza o crime de deserção previsto no Código Penal Militar, se oficial ou praça com estabilidade assegurada;

VIII – como desertor, ter-se apresentado voluntariamente, ou ter sido capturado, e reincluído a fim de se ver processar;

IX – se ver processar, após ficar exclusivamente à disposição da Justiça Comum;

X – ter sido condenado à pena restritiva de liberdade superior a 6 (seis) meses, em sentença transitada em julgado, enquanto durar a execução, excluído o período de sua suspensão condicional, se concedida esta, ou até ser declarado indigno de pertencer às Forças Armadas ou com elas incompatível;

XI – ter sido condenado à pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função prevista no Código Penal Militar;

XII – ter passado à disposição de Ministério Civil, de órgão do Governo Federal, de Governo Estadual, de Território ou Distrito Federal, para exercer função de natureza civil;

XIII – ter sido nomeado para qualquer cargo público civil temporário, não-eletivo, inclusive da administração indireta; e

XIV – ter-se candidatado a cargo eletivo, desde que conte 5 (cinco) ou mais anos de serviço.

§ 1º A agregação de militar nos casos dos tens I, II, III e IV é contada a partir do primeiro dia após os respectivos prazos e enquanto durar o evento.

§ 2º A agregação de militar nos casos dos itens V, VI, VII, VIII, IX, X e XI é contada a partir da data indicada no ato que tornar público o respectivo evento.

§ 3º A agregação de militar nos casos dos itens XII e XIII é contada a partir da data de posse no novo cargo até o regresso à Força Armada a que pertence ou transferência *ex officio* para a reserva.

§ 4º A agregação de militar no caso do tem XIV é contada a partir da data do registro como candidato até sua diplomação ou seu regresso à Força Armada a que pertence, se não houver sido eleito.

.....
Art. 137. Anos de serviço é a expressão que designa o tempo de efetivo serviço a que se refere o artigo anterior, com os seguintes acréscimos:

I – tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, prestado pelo militar anteriormente à sua incorporação, matrícula, nomeação ou reinclusão em qualquer organização militar;

II – 1 (um) ano para cada 5 (cinco) anos de tempo de efetivo serviço prestado pelo oficial do Corpo, Quadro ou Serviço de Saúde ou Veterinária que possuir curso universitário até que este acréscimo complete o total de anos de duração normal do referido curso, sem superposição a qualquer tempo de serviço militar ou público eventualmente prestado durante a realização deste mesmo curso; (Vide Medida Provisória nº 2.215-10, de 31-8-2001)

III – tempo de serviço computável durante o período matriculado como aluno de órgão de formação da reserva;

IV – tempo relativo a cada licença especial não-gozada, contado em dobro; (Vide Medida Provisória nº 2.215-10, de 31-8-2001)

V – tempo relativo a férias não-gozadas, contado em dobro; (Vide Medida Provisória nº 2.215-10, de 31-8-2001)

VI – 1/3 (um terço) para cada período consecutivo ou não de 2 (dois) anos de efetivo serviço passados pelo militar nas guarnições especiais da Categoria “A”, a partir da vigência da Lei nº 5.774, de 23 de dezembro de 1971. (Redação dada pela Lei nº 7.698, de 1988)

§ 1º Os acréscimos a que se referem os itens I, III e VI serão computados somente no momento da passagem do militar à situação de inatividade e para esse fim.

§ 2º Os acréscimos a que se referem os itens II, IV e V serão computados somente no momento da passagem do militar à situação de inatividade e, nessa situação, para todos os efeitos legais, inclusive quanto a percepção definitiva de gratificação de tempo de serviço, ressalvado o disposto no § 3º do artigo 101. (Vide Medida Provisória nº 2.215-10, de 31-8-2001)

§ 3º O disposto no item II aplicar-se-á, nas mesmas condições e na forma da legislação específica, aos possuidores de curso universitário, reconhecido oficialmente, que vierem a ser aproveitados como oficiais das Forças Armadas, desde que este curso seja requisito essencial para seu aproveitamento. (Vide Medida Provisória nº 2.215-10, de 31-8-2001)

§ 4º Não é computável para efeito algum, salvo para fins de indicação para a quota compulsória, o tempo:

a) que ultrapassar de 1 (um) ano, contínuo ou não, em licença para tratamento de saúde de pessoa da família;

b) passado em licença para tratar de interesse particular;

c) passado como desertor;

d) decorrido em cumprimento de pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função por sentença transitada em julgado; e

e) decorrido em cumprimento de pena restritiva da liberdade, por sentença transitada em julgado, desde que não tenha sido concedida suspensão condicional de pena, quando, então, o tempo correspondente ao período da pena será computado apenas para fins de indicação para a quota compulsória e o que dele exceder, para todos os efeitos, caso as condições estipuladas na sentença não o impeçam.

.....
(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.023, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada da PEC nº 70, de 2003, da qual sou o primeiro signatário.

Sala das Sessões, 5 de outubro de 2006. – **Sérgio Cabral**.

REQUERIMENTO Nº 1.024, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada – para reexame e realização de audiência pública – do PLS nº 312, de 2004, de minha autoria.

Sala das Sessões, 5 de outubro de 2006. – **Marcelo Crivella**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência defere os requerimentos que acabam de ser lidos, nos termos do inciso I, do § 2º do art. 256 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 35, de 2006.

A **Proposta de Emenda à Constituição nº 70, de 2003**, e o **Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2004**, vão ao Arquivo.

O **Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2004**, que tramitava em conjunto com o de nº 312, de 2004, volta ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.025, DE 2006

Senhor Presidente,

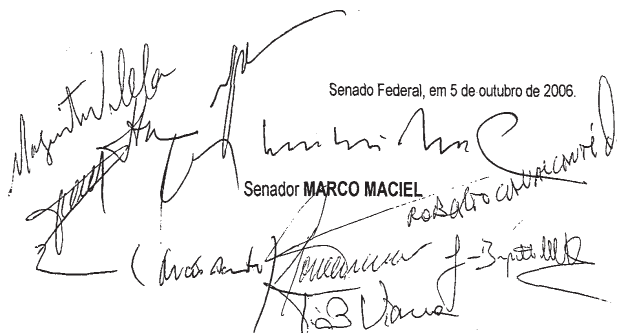
Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Louvor pela passagem dos dezoito anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, da República Federativa do Brasil.

Justificação

A Assembléia Nacional Constituinte convocada pela Mensagem Presidencial nº 330, de 28 de junho de 1985, que encaminhou ao Poder Legislativo a proposta de emenda à Constituição que resultaria na Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, foi instalada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Carlos Moreira Alves, no dia 1º de fevereiro de 1987.

Nos seus vinte meses de funcionamento, a Assembléia discutiu todos os problemas brasileiros, resultando no texto que veio a se transformar na Constituição Federal vigente.

Por essa razão, quero deixar registrada, na memória da consciência política brasileira, a passagem do 18º aniversário da promulgação do Texto Constitucional em vigor.



Senado Federal, em 5 de outubro de 2006.

Senador MARCO MACIEL

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel para encaminhar votação.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Para encaminhar votação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Tião Viana, a quem desejo antes de mais nada cumprimentar por sua recondução ao Senado Federal, Sr^{as} e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, o requerimento que acaba de ser lido tem o objetivo de homenagear a passagem, hoje, do 18º aniversário da Constituição de 1988, que Ulysses Guimarães denominou Constituição Cidadã.

Na verdade, no momento em que transcorre mais um aniversário da Constituição de 1988, convém que seja feita uma reflexão sobre aquilo que representou a Constituição para o País e, sobretudo, seja feita uma análise daquilo que ela abriga de positivo e do que está a exigir um adequado reexame.

Os historiadores geralmente dizem que os grandes acontecimentos são marcados pela existência de causas remotas e causas próximas. Se aceito esse entendimento, podemos dizer que a causa remota da Constituição de 1988 foi o Regime Militar que se instaurou no País em 1964. Essa talvez seja a causa que levou a uma nova Constituição, mesmo porque, como sabemos, com a instauração do Regime Militar, a Constituição de 1946 praticamente deixou de existir e, em 1967, veio uma nova Constituição sob inspiração do então Presidente Castello Branco. Essa Constituição foi discutida e votada aqui no Congresso Nacional, mas sob enormes limitações.

A causa próxima que levou à instauração da Constituinte certamente foi à crise sucessória. Essa é uma causa mais próxima da própria Constituinte. Por quê? Em 1984, o Congresso recusou a Emenda Dante de Oliveira - Parlamentar do Mato Grosso recentemente falecido - que era o seu primeiro subscritor que determinava que as eleições deveriam voltar a ser diretas – refiro-me especificamente às eleições para Governador e Presidente da República.

A Emenda Dante de Oliveira não foi acolhida, e isso provocou um grande movimento em todo o País que tinha a sua raiz no processo sucessório. Daí surgiu um grande movimento liderado por Tancredo Neves, que, com o apoio de uma dissidência do PDS – o Partido Democrático Social, que depois deu origem ao PFL, o Partido da Frente Liberal – e tendo também a seu lado o PMDB e outros partidos, objetivava dar novos rumos à sucessão brasileira.

Foi firmado um pacto e constituída a chamada Aliança Democrática. Esse pacto constitutivo tinha o nome de “Compromisso com a Nação” e definia uma série de pressupostos básicos. Esse documento foi objeto de uma grande pregação em todo o País.

Ao final, definiu-se uma chapa que teve Tancredo Neves como candidato a Presidente da República e José Sarney, nosso colega de Senado, como candidato a Vice-Presidente. Com a vitória da chapa Tancredo/Sarney no Colégio Eleitoral, que se reuniu em janeiro de 1985, foi estabelecido que, uma vez empossados, os objetivos que constavam da chamada Aliança Democrática e expressos no Compromisso com a Nação deviam ser executados pelo Governo que se instalaria no dia 15 de março de 1985.

Como todos sabemos, Tancredo Neves adoece na véspera da posse e vem a falecer no dia 21 de abril, o Vice-Presidente José Sarney assume a Presidência da República e começa a cumprir aqueles princípios básicos que constituíam o Compromisso com a Nação. É bom lembrar que entre os objetivos previstos no Compromisso com a Nação estava à necessidade de convocar uma Assembléia Nacional Constituinte para elaborar uma nova Constituição. A Constituição de 1988 passou a ser, na minha opinião, a oitava Constituição brasileira.

Como sabemos, a primeira Constituição foi à outorgada por Dom Pedro I, depois de uma crise entre o monarca e a Assembléia-Geral Constituinte, que, então, estava convocada; essa Constituição de 1824 foi a mais longa que o Brasil já conheceu, porque ela vigorou durante 65 anos, até 1889, quando foi Proclamada a República. Depois, veio a Constituição de 1891, que foi a segunda Constituição brasileira, esta discutida e votada pela Assembléia Nacional Constituinte, aliás, uma boa Constituição, inclusive, caracterizada pela sua concisão e que vertebrou as instituições republicanas, a República, a Federação, o bicameralismo e o presidencialismo, dentre outras conquistas. A Constituição de 1891 vigorou até 1934. Em 1934, como consequência da Revolução de 30, foi convocada uma Assembléia Constituinte, que aprovou uma nova Constituição Brasileira – que seria a terceira. Mas a Constituição de 1934, embora contivesse alguns avanços, durou muito pouco tempo, porque Getúlio Vargas - então Presidente da República eleito indiretamente pelos Constituintes de 1934 - em 1937, num ato autoritário, outorgou uma nova Constituição a denominada “polaca”, que vigorou até 1945, sendo, portanto, a quarta Carta Magna.

Em 1945, re robusteceu o movimento de redemocratização, como assim se chamou, e o País retornou

à democracia com a Carta de 1946 – se não me engano, em 18 de setembro de 1946 –, que viveu, como já tive oportunidade de mencionar, até 1967, quando, em consequência do regime militar e sob a liderança do então Presidente Castelo Branco foi aprovada uma nova Carta, com as limitações no campo democrático que todos já conhecemos.

Mais adiante, em razão da doença e do falecimento do então Presidente Costa e Silva, em 1969, uma junta militar que passou a governar o País baixou a chamada Emenda Constitucional nº 1 à Constituição de 1967, que valeu por uma nova Constituição tal o seu alcance. Qualquer pessoa, até um leigo, não precisa ser um especialista em Teoria Geral do Estado nem em Direito Constitucional, pode verificar facilmente que a Emenda nº 1, de 1969, foi uma nova Constituição. E sob as diretrizes dessa Constituição vivemos durante longo período. Até, pelo menos, o ano de 1978, quando o Congresso Nacional aprova a Emenda Constitucional nº 11, que representou um passo muito importante no sentido da restauração democrática. Porque ela, basicamente, restabeleceu a pluralidade partidária, estabeleceu novamente a liberdade sindical, fez com que o Brasil se reintroduzisse no Estado de Direito, na medida em que não se permitiu mais que se baixassem atos institucionais e complementares, e, com isso, começamos a retornar à prática democrática, a uma democracia sem adjetivo.

Certa feita o Presidente Geisel, que teve um papel importante na abertura política – ninguém pode deixar de reconhecer –, disse, nos idos de 1974, 1975, que vivíamos sob uma democracia relativa. E a boa democracia é aquela que não precisa de adjetivos, que é democracia, ponto final, **tout court**.

Então, Sr. Presidente, a Constituição de 1988 passou a ser, inequivocamente, a nossa oitava Constituição, a oitava e última Constituição, cujo décimo oitavo aniversário estamos agora celebrando.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel!

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Ouço o nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, eu combati a ditadura. Lá em Parnaíba havia um líder, Elias Ximenes do Prado. Com nosso apoio, vencemos em 1972, antes de Ulysses, em 1974, se lançar antecandidato. E eles fizeram os atos institucionais, mas eles davam muita força ao Poder Judiciário para resolver outras coisas. E eu fico com Ulysses Guimarães. Marco Maciel, atentai bem, e aprendei de Ulysses. Ele disse: “O cupim que corrói a democracia é a corrupção”. E eu nunca vi tanto cupim neste Brasil, tanta corrupção. E ficaria com o baiano que está

lá em cima, Rui Barbosa. Ele disse: “De tanto ver as nulidades triunfarem, campear a corrupção, rir-se das honras, vai haver o dia de ter-se vergonha de ser honesto”. Chegou o dia: o dia em que o PT está dominando o Brasil.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Mão Santa, agradeço o seu aparte. V. Ex^a, de fato, se reporta à crise que o Brasil vive neste momento, uma grave crise ética, mas eu acredito que a democracia tem os seus antídotos.

E a prova do que afirmo foi o episódio eleitoral do dia 1º de outubro passado. O povo brasileiro compareceu em massa às urnas, o número de votos nulos e em branco foi menor do que se esperava, o que significa dizer que o povo deu um voto construtivo, um voto afirmativo e está, por isso mesmo, tentando renovar as instituições por meio do voto. Criando condições para que tenhamos um Congresso renovado, e novos governadores e no plano nacional vamos ter segundo turno, criando condições para eleger um novo Presidente da República.

Mas, Sr. Presidente, prosseguindo minhas avaliações, eu gostaria de dizer que a Constituição de 1988 tem muitos pontos positivos.

O primeiro, no campo político, indubitavelmente, foi o retorno ao chamado Estado Democrático de Direito. E, também, foi muito importante o fato de a Constituição de 1988 abrigar dispositivos novos que permitem nos aproximar de uma democracia participativa. Ou seja, além da democracia representativa que já exercitamos, por intermédio de institutos como iniciativa popular, plebiscito e **referendum**, começamos a dar maior porosidade ao nosso processo institucional, capacitando-nos a acolher as demandas da sociedade. Muitas outras conquistas a Constituição de 1988 apresentou.

No campo social também o reconhecimento de novos direitos na área da saúde, educação, previdência. No campo cultural, assegurando maior participação das minorias. O fato de dar um papel mais importante à luta contra o terrorismo, o racismo, e também o fato de contemplar de forma destacada a busca de um desenvolvimento sustentado, ou seja, um desenvolvimento ecologicamente justo e correto, para melhorarmos a questão ambiental brasileira. Ainda no campo cultural, na medida em que se busca dar mecanismos que venham a melhorar a nossa diversidade cultural, que é uma das nossas grandes riquezas, visto que no território da cultura é que se encontram alojados os valores, que são importantes posto que ajudam a forjar a nossa identidade.

Enfim, a Constituição Brasileira vigente é o texto elaborado com maior participação em toda nossa

história, contou inclusive com dispositivos por direta iniciativa popular.

Ao lado de princípios vigentes desde Constituições anteriores, ela inovou ao acrescentar-lhes, no seu artigo 4º, a prevalência dos direitos humanos e o repúdio ao terrorismo e racismo. Ela vai além da Lei Afonso Arinos, consolida-a e amplia-se, ao declarar crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, a prática do racismo. Este rigor é estendido, chegando ao ponto de definir como insuscetíveis de graça, ou anistia, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos.

Por aí se vê, quanto os constituintes de 1988 estavam a par dos grandes problemas da nossa época e até se adiantaram, ao inserirem na Constituição dispositivos que em outros países são legislação ordinária.

O mesmo se diga da defesa do meio ambiente, prevista em vários artigos, outra destas inovações constitucionais brasileiras em escala mundial, conforme os artigos 170 e 225.

Os direitos sociais foram também pormenorizados e acolhidos na Carta de 88, como o seguro-desemprego, o fundo de garantia por tempo de serviço, o salário mínimo, sua garantia e a do seu décimo terceiro anual, e a proteção em face da automação, acompanhando as novas realidades dos tempos, indo além da própria legislação trabalhista. A licença-paternidade chegou a despertar até alguma surpresa, quando só se cuidava da licença à gestante, ambos os direitos daí em diante assim garantidos.

Projetando-se além das fronteiras, o parágrafo único do artigo 4º determina que o Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Nobre Senador Tião Viana, que preside a sessão, ao lado do reconhecimento dos pontos positivos da Constituição, não podemos deixar de dizer que a Constituição merece igualmente as suas críticas. E vamos fazê-las aqui e agora, **hic et nunc**, como diriam os romanos.

E por quê? Porque, em primeiro lugar, uma Carta Constitucional não pode ser um texto que não seja suscetível de atualização, ela necessita ser permanentemente atualizada e revista. Aliás, a Constituição de 1988 previu que, cinco anos após a sua promulgação, seria feita uma revisão constitucional, tal como ocorreu, mas, a meu ver, foi insuficiente para sua desejada atualização. A revisão constitucional que se deu em 1993 aprovou apenas seis emendas, a maioria das quais sem maior repercussão, as chamadas ECR – Emendas Constitucionais de Revisão.

Sabemos que uma das causas pelas quais a revisão não obteve êxito foi a crise que o Brasil viveu em 1993, inclusive aqui no Congresso. A proximidade das eleições em 1994 também contribuiu, pois dificultou as atividades de revisão, não permitindo que o Congresso avançasse nos seus trabalhos.

Outro fator que influiu para que não houvesse a fundamental revisão constitucional para o País foi, talvez, o fato de não termos experiência nessa área. Se não estou equivocado, a única Constituição brasileira que cogitou de revisão foi a de 1934, a que menor vigência teve, apenas três anos. Por isso mesmo, não chegamos a praticar anteriormente revisão constitucional. Há países – e darei o exemplo da Espanha e Portugal para citar os dois países ibéricos – que fazem revisões periódicas. E isso é bom porque vai atualizando o texto constitucional.

Mas diria também, Sr. Presidente, Senador Tião Viana, que a Constituição falhou na medida em que elevou à categoria de constitucional o que não é materialmente constitucional. Os enciclopedistas franceses diziam que só é constitucional aquilo que diz respeito à organização do Estado, à tripartição dos poderes e aos direitos e garantias individuais. Os enciclopedistas, três séculos atrás, queriam enfatizar que uma Constituição deveria conter apenas aquilo que é essencial à vertebração de um Estado nacional e que tudo o mais deveria ficar para a legislação complementar e ordinária.

Darei um exemplo constante da nossa Carta de 1824, embora outorgada, essa Carta tinha poucos dispositivos e um deles – salvo engano, o art. 178 – fazia separação entre aquilo que era materialmente constitucional, ou, para usar a expressão de Afonso Arinos, organicamente constitucional daquilo que era formalmente constitucional.

Então, talvez o defeito da nossa Constituição de 1988 seja o de termos elevado à categoria de constitucional aquilo que não era materialmente constitucional. Fizemos uma Constituição muito longa, composta de 344 artigos, se incluirmos além da parte permanente os constantes dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

E alguns não são tão transitórios assim. À época, talvez só a Iugoslávia tivesse uma Constituição maior, pois reunia um conjunto de cinco estados nacionais e seis nações. Com a queda do Muro de Berlim, desmembrou-se em estados nacionais que ganharam independência. Mais recentemente, há também o exemplo da Constituição da Venezuela, feita sob a égide do Presidente Chávez, denominada Constituição Bolivariana da República da Venezuela. Bolivariana porque Chávez tem em Bolívar uma figura de reconhecido

mérito na sua luta pela independência de países sul-americanos.

Outro ponto que influiu para que a nossa Constituição não tivesse seus objetivos plenamente atingidos – assim penso - foi à falta de um pré-projeto, ou seja, de um conjunto doutrinário ou programático, ideológico, se quiserem, que ajudasse a definir aquilo que era ou não constitucional.

A Constituição de 1891, por exemplo, foi feita como consequência de um projeto prévio; a Constituição de 1934 também teve um projeto que ajudou muito na discussão e votação das matérias, mas, na Constituição de 1988, tal não aconteceu. O que é muito grave. Além disso, muitos de seus dispositivos, em que pese estar comemorando 18 anos, ainda não foram regulamentados.

A propósito do assunto, gostaria de lembrar que existe uma publicação do Ministério da Justiça, editada em 1989, intitulada: “Leis a elaborar”. Esse trabalho aponta quais as leis que ainda precisavam ser feitas, para que a Constituição tivesse a sua eficácia plena, para que fosse adequadamente regulamentada e, conseqüentemente, entrar em vigor.

Uma outra crítica que cabe fazer à Constituição de 1988 é o fato de ser presidencialista e, até certo ponto de vista, isso tem uma lógica, porque desde a Constituição de 1891, quando proclamamos a República e definimos que o Brasil era uma República Federativa e presidencialista... Se bem que a Constituição insistiu, tenha definido sua opção pelo presidencialismo, acolheu em seu bojo muitos dispositivos de caráter parlamentarista.

Há uma simbiose de mecanismos distintos: instrumentos do sistema presidencialista convivem com os do sistema parlamentarista. Recorro à palavra “simbiose”, que é de origem grega e significa vida em comum; quer dizer, convivem institutos distintos.

O exemplo que eu poderia dar como representativo da existência de mecanismos parlamentaristas na Constituição presidencialista de 1988 é a medida provisória, importada da Constituição italiana. Ora, todos sabemos que, desde a república de 1946, a Itália é uma república parlamentarista. Então, trouxemos para uma constituição presidencialista mecanismos de viés nitidamente parlamentaristas. Isso explica os conflitos que se repetem entre Executivo e Legislativo, em função da medida provisória.

E talvez seja essa a hora e o momento de se refletir sobre a necessidade de rever o mecanismo das medidas provisórias, mesmo porque elas estão praticamente paralisando o Congresso Nacional e transferindo o comando da legislação para o Poder Executivo. Tal fato compromete as atividades do Congresso Nacional,

quer por retirar da instituição o poder de legislar, quer por paralisar as atividades, pois as medidas provisórias, por exigência da Emenda à Constituição nº 32, trancam a pauta do Congresso Nacional, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal.

Precisamos reestudar esse instituto da Medida Provisória, dentro dessas reflexões que fazemos a respeito da Constituição de 1988, que está comemorando dezoito anos hoje e, portanto, merece, ao lado do elogio, também uma reflexão crítica.

A Constituição de 1988 padece também de um defeito que a meu ver precisamos corrigir, e acho que a ocasião para fazê-lo será a partir de 1º de fevereiro, quando se instalará a nova legislatura eleita no dia 1º de outubro passado, é o que diz respeito ao tratamento conferido à Federação. Nós sabemos que um país das dimensões do nosso não pode deixar de ser uma federação; nós não podemos ser governados a partir de um poder central; aliás, a luta pela federação não foi uma luta que começou agora, não começou com a República, sequer.

Eu diria que a luta pela federação, isto é a descentralização, começou antes de o Brasil obter a sua independência e foi defendida, à época, por José Bonifácio, por exemplo, que entendia que nós deveríamos dar autonomia às chamadas Províncias. Isso foi expresso pelos Deputados brasileiros que foram às Cortes de Lisboa, em 1821.

Então, a luta pela federação é uma luta muito antiga. É bom lembrar Tiradentes, também no seu ideário, estava a luta pela federação.

Eu poderia lembrar aqui Rui Barbosa, que está aí acima da Mesa que dirige os trabalhos. Rui Barbosa era, antes de um republicano, um federalista, como o foi Joaquim Nabuco, um ilustre conterrâneo meu que tanto lutou pela abolição do trabalho escravo. Embora monarquista, ele defendia também a federação.

Então, nós sabemos que um país como o nosso não pode ser dirigido a não ser por uma verdadeira federação. E nós estamos vendo que a federação define em nosso País e que os dispositivos da Constituição de 1988 não são suficientes para o exercício de um verdadeiro Estado Federal. E vou mais além: a Constituição de 1988 estabeleceu que, além dos Estados e do Distrito Federal, seriam entes federativos os Municípios. Isso pareceu que haveria mais descentralização. Mas, na prática, tal não ocorreu. E o fato é que nós temos uma federação assimétrica.

O Estado de São Paulo, por exemplo, tem 40 milhões de habitantes e um PIB maior do que o da Argentina e que é, de fato, um Estado de grande expressão econômica e social. De outro lado, temos um Estado como o Amapá, que tem pouco mais de 700

mil habitantes, se não estou equivocado. Então, veja como é assimétrica a nossa federação.

Nós não podemos tratar igualmente desiguais. Mas não é só no campo demográfico que essa questão se põe. Essa questão se põe também na diversidade cultural. É muito diferente e variado o tecido social brasileiro no que diz respeito à sua formação étnica, ao seu folclore, aos seus costumes.

Precisamos estar atentos, na construção de uma verdadeira federação, a essa heterogeneidade cultural e também às desigualdades econômicas.

O Nordeste, *vis-à-vis* o Sudeste, tem uma posição muito desvantajosa sob o ponto de vista econômico. É importante ter consciência de que há Estados muito ricos em detrimento de Estados muito pobres. E há também enormes disparidades sociais, decorrentes, muitas delas, da questão econômica. Naturalmente faz com que, cada vez mais, fique visível que não temos uma federação caracterizada por um mínimo de homogeneidade, por um mínimo de mecanismos corretores das desigualdades.

Insisto em dizer que esse aniversário da Constituição de 1988, não pode deixar de ser celebrado e refletido; precisa ser incorporado à política brasileira e as mudanças que precisamos fazer, que não podem mais ser adiadas. Daí porque a nova legislação, nobre Senador e Presidente Renan Calheiros, que se instalará no dia 1º de fevereiro – V. Exª haverá de concordar com isso –, certamente colocará como prioridade número um as reformas institucionais.

O Brasil quer viver o momento de *aggiornamento*, de repensar o País e suas instituições e deseja fazê-lo também com a consciência de que elas são importantes não só do ponto de vista político, mas do ponto de vista econômico e social. Quando melhoramos a governabilidade, melhoramos as políticas de desenvolvimento do País, melhoramos as políticas de correção das desigualdades, melhoramos as condições de intercâmbio com o exterior e melhoramos, também, a imagem que desfrutamos no exterior. Porque, na hora em que se melhora a governabilidade, reforça a estabilidade política, a estabilidade econômica e a cidadania, indispensável a um país como o nosso, que há de ser uma grande Nação.

Sr. Presidente, aproveito a ocasião para, antes de encerrar, fazer uma homenagem aos constituintes de 1988, muitos dos quais já não se encontram em nós, mas nem por isso devem deixar de ser lembrados. Eles deixaram, com seu idealismo, com as suas preocupações, um bom exemplo, o exemplo de que o País precisava avançar. E ninguém pode deixar de reconhecer que o Brasil avançou após a Constituição de 1988. Ela foi o coroamento de um processo de transição

para a democracia, que é, certamente, o melhor regime político. E ainda hoje, como de certa feita lembrou Churchill, não se conheceu nada melhor.

É importante também, de outra parte, dizer que, em que pese não termos avançado como queríamos, isso não deve nos impedir de lutar pelo aperfeiçoamento institucional do País, realizando as reformas institucionais, as reformas que possam oferecer ao País realização de seus sonhos.

Creio que esse sonho poderá se realizar neste século XXI. Vou mais além: sei que o nosso maior patrimônio é o povo, pois, em que pesem o sofrimento e as vicissitudes por que passam, não perde a esperança, é um povo otimista.

Juscelino dizia, com propriedade, que o otimista, com relação ao Brasil, pode errar, mas o pessimista começa errando. Acreditar no Brasil, no seu povo e na possibilidade de, por meio das instituições representativas, melhorá-lo é ter esperança em algo que certamente pode acontecer e, conseqüentemente, fazer com que venhamos a dar, neste mundo ocidental em que estamos inseridos, o testemunho de uma Nação não apenas democrática, mas também desenvolvida e justa.

Sr. Presidente, encerro minhas palavras, solicitando a V. Exª que dê como lido partes não lidas do meu pronunciamento, para que possam constar dos Anais da Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Exª e concordo inteiramente com o que V. Exª acaba de dizer.

O aperfeiçoamento institucional para o Brasil é nosso único caminho – a ser orientado pela lucidez política que, mais uma vez, V. Exª interpreta nesta Casa –, para a governabilidade, para a segurança jurídica para a cidadania, para a inclusão social e para a redução das desigualdades sociais. Creio que esse foi o grande equívoco que os Poderes cometeram. Houve dois anos de crise política, houve um ano em que a agenda era mais ou menos conhecida e depois não houve nada como objetivo imediato que pudesse servir de convergência para os Partidos, mesmo para os Partidos que têm alguma divergência.

Com aquiescência do Plenário, fica o registro nos Anais do Senado, e o requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.026, DE 2006

Requeiro, nos termos da lei, Voto de Aplauso para a Escola Pública Integrada Professora Letícia Possamai, da comunidade de Aterrado, em Pouso Redondo - SC, por ter sido uma das sete unidades de ensino do Brasil selecionadas para o Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar. Concedido pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, Unesco e Fundação Roberto Marinho, o prêmio incentiva modelos de gestão democrática e participativa, e é o mais importante da categoria.

Sala das Sessões, 5 de outubro de 2006. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Como Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, julgo de extrema importância, neste momento, prestar minha particular solidariedade às famílias das vítimas do terrível acidente aéreo ocorrido na semana passada.

O Senado da República, num instante de extrema dor das famílias, vem, publicamente, repudiar qualquer manifestação depreciativa, nacional ou internacional, sobre essa tragédia, porque em nada ajuda no esclarecimento dos fatos. Ao contrário, pode favorecer a impunidade.

No que depender desta Casa e do seu Presidente, mobilizaremos todas as forças políticas para a rápida apuração das reais causas deste lamentável acidente aéreo, para que as autoridades brasileiras, com soberania e transparência, possam adotar todas as medidas de responsabilização daqueles que causaram danos irreparáveis a essas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento da Mensagem nº 115, de 2006-CN (nº 859/2006, na origem), do Presidente da República, que encami-

nha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º do art. 2º da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, o Relatório de Avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispendios Globais das empresas estatais federais não-financiadas, referente ao segundo quadrimestre de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 36, de 2006**, de 2 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de agosto do corrente ano, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação da Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O expediente, anexado ao Aviso nº 10, de 2006, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

Of. Pres. nº 203/2006/CMO

Brasília, 4 de outubro de 2006

Assunto: Encaminhamento de sugestões de alterações dos cronogramas de tramitação dos Projetos de Leis nºs 15/2006-CN (Orçamento/2007) e 16/2006 (Alteração PPA – 2004/2007).

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar, conforme cronogramas anexos, as sugestões de alterações dos calendários de tramitação dos Projetos de Leis nºs 15/2006-CN (Orçamento/2007) e 16/2006 (Alteração PPA – 2004/2007), aprovadas na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento nesta Comissão, realizada nesta data.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Gilmar Machado**, Presidente.

**CONGRESSO NACIONAL**

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ALTERADO

ORÇAMENTO PARA 2007

PROJETO DE LEI Nº 15/2006-CN

MENSAGEM Nº 094/2006-CN

(Nº 737/2006, NA ORIGEM)

Presidente: Deputado GILMAR MACHADO (PT/MG)
Relator-Geral: Senador VALDIR RAUPP (PMDB/RO)

4 de outubro de 2006

01. Leitura em sessão do Congresso Nacional 4/9/2006
02. Publicação e distribuição de avulsos até 9/9/2006
03. Prazo para realização de audiências públicas até 11/10/2006
04. Apresentação do Relatório Preliminar perante a Comissão até 16/10/2006
05. Apresentação de emendas ao Relatório Preliminar de 17 a 19/10/2006
06. Votação do Relatório Preliminar com Emendas pela Comissão.. até 31/10 a 1/11/2006
07. Apresentação de emendas ao Projeto de Lei..... de 2 a 16/11/2006
08. Publicação e distribuição de avulsos das emendas * até 21/11/2006
09. Apresentação, publicação, distribuição e votação dos
Relatórios Setoriais pela Comissão até 29/11/2006
10. Apresentação, publicação, distribuição e votação na
Comissão do Relatório Final até 06/12/2006
11. Sistematização do Parecer sobre o Projeto e seu
encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional até 11/12/2006
12. Sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional
e geração do Autógrafo até 22/12/2006

(*) Parágrafo 2º, art. 166 da Constituição Federal

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Ala C - Sala T-08 - 3216-6892/95
Consultoria de Orçamentos (CD) - 3216-5109
Consultoria de Orçamentos (SF) - 3311-3318



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ALTERADO

ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2004/2007

**PROJETO DE LEI Nº 16/2006-CN
MENSAGEM Nº 0095/2006-CN
(Nº 00738/2006, NA ORIGEM)**

Relator : Deputado ALEX CANZIANI (PTB/PR)

4 de outubro de 2006

- 1. Leitura em Sessão do Senado Federal 4/9/2006**
- 2. Publicação e distribuição de avulsos até 9/9/2006**
- 3. Realização de audiências públicas até 1/11/2006**
- 4. Apresentação de emendas perante a Comissão.....de 2 a 16/11/2006**
- 6. Publicação e distribuição dos avulsos das emendasaté 21/11/2006**
- 7. Apresentação, publicação, distribuição e votação do
parecer na Comissão..... até 05/12/2006**
- 8. Encaminhamento do parecer final à Mesa do CN até 11/12/2006**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Ala C - Sala T-08 - 3216-6891/95
Consultoria de Orçamentos (CD) - 3216-5109
Consultoria de Orçamentos (SF) - 311-3318

Alteração do Plano Plurianual para o período 2004-2007 - versão 02- PLN 16-2006

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

Of. nº 682-06-LPL

Brasília, 4 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Partido Liberal indica como titulares os Deputados José Carlos de Araújo (PL/BA) e José Santana de Vasconcellos (PL/MG), em substituição aos Deputados Amauri Gasques (PL/SP) e Wellington Roberto (PL/PB), e como suplentes os Deputados Luciano Castro (PL/RR), Miguel de Souza (PL/RO) e Neucimar Fraga (PL/ES), em substituição aos Deputados Coronel Alves (PL/AP), Raimundo Santos (PL/PA) e Welinton Fagundes (PL/MT), para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Luciano Castro**, Líder do Partido Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

Ofício nº 112/Plen

Brasília, 5 de outubro de 2006

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim solicitar o desligamento do Deputado João Grandão – PT/MS da condição de suplente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – Deputado **Luiz Couto**, Vice-Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2006

Altera o art. 108 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para adotar valor vinculado ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), como critério

a determinar a necessidade de escritura pública, nos negócios jurídicos relacionados a direitos reais sobre imóveis.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 108 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 108. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a seis mil reais, o qual deve ser corrigido, anualmente, a partir da data da entrada em vigor deste Código, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por indicador análogo, que venha a substituí-lo.(NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Como é cediço, a Constituição Federal (CF) veda, em seu art. 7º, IV, a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, o que já foi corroborado, em diversas oportunidades, pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Não obstante, alguns diplomas legais posteriores à promulgação da Carta Magna insistem em afrontá-la, carreando normas que divergem, de modo ostensivo, do mencionado dispositivo constitucional.

Esse é o caso do art. 108 do Código Civil, em que se adota o valor de trinta vezes o salário mínimo como critério a determinar a necessidade de escritura pública, nos negócios jurídicos que digam respeito a direitos reais sobre imóveis.

Para dirimir esse equívoco do legislador pátrio, que, no caso, incorreu em patente inconstitucionalidade, impende-nos apresentar esta proposição.

Embora tenha natureza conetiva, a proposta busca, de todo modo, contemplar a intenção do legislador original, ao fixar, como valor a ser corrigido anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a monta de seis mil reais, que equivale exatamente a quanto correspondiam trinta salários mínimos, à época da entrada em vigor do Código Civil.

O IPCA, por seu turno, foi por nós eleito como fator de correção, por se tratar de um índice reconhecidamente relevante e confiável, que procura refletir o comportamento dos preços dos produtos e serviços consumidos por famílias que recebem entre um e quarenta salários mínimos, nas regiões metropolitanas das

principais cidades do País. E divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com uma série histórica diuturna que aponta para a longevidade, sendo adotado pelo próprio Banco Central como parâmetro para o seu sistema de metas de inflação.

Pelas razões expendidas, cremos poder contar com amplo apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei, com o que estaremos todos meramente sanando uma inconstitucionalidade crassa a macular nosso Código Civil.

Sala das Sessões, 5 de Outubro de 2006. – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

.....
Art. 108. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.
.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social;

.....
IV – salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exmo. Sr. Presidente, Renan Calheiros, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna

no dia de hoje para falar sobre o trabalho da Comissão Mista, designada por V. Ex^a, para construir uma política permanente de recuperação do salário mínimo e também dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Há 150 páginas, Sr. Presidente, nesse relatório da Comissão, que teve a Presidência do Deputado Jackson Barreto, a Vice-Presidência do Deputado Walter Barelli e da qual fui Relator.

Sr. Presidente, faço o mesmo comentário que fiz ontem, no ato da aprovação, por unanimidade, do nosso relatório.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Martin Luther King, Senador Mão Santa, certa vez disse: “Se um homem não descobriu nada pelo qual morreria, ele não está pronto para viver”.

Não temos a pretensão – nós, desta Comissão – de nos ombrear ao Doutor King, mas, dentro das nossas possibilidades e capacidades, temos feito da nossa vida pública uma luta contínua pela defesa daqueles que não têm voz: dos idosos, dos negros, das pessoas com deficiência, dos índios, das mulheres, das crianças e dos pobres. Nem sempre vencemos, mas temos a consciência tranqüila para afirmar que nunca desistimos da luta, por mais difícil que ela fosse.

Uma de nossas bandeiras, desde meus tempos como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, no Rio Grande, há quase trinta anos, tem sido a luta por um salário mínimo digno para todos, que atenda às necessidades do trabalhador e de sua família. De tal forma, trabalhamos muito nesta comissão, Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, fruto do Ato Conjunto nº 3, de 2005, editado por V. Ex^a, Senador Renan Calheiros, e também pelo Presidente Aldo Rebelo.

Sabemos que o trabalho da Comissão não foi fácil. As resistências foram muitas, mesmo entre as Lideranças ditas progressistas, que sempre dizem que o salário mínimo não é um bom distribuidor de renda. Foram muitas as resistências, mas, graças ao esforço dos Parlamentares desta Casa, empenhados nesta luta pela distribuição de renda, conseguimos, com o apoio incondicional de V. Ex^a, que permitiu inclusive que viajássemos por todo o País, implantar a Comissão e fazer esse trabalho que estamos apresentando. E conseguimos mais: além de estabelecer que a competência da Comissão seria estudar, debater e propor mecanismos permanentes de reajuste do salário mínimo, também V. Ex^a nos pediu que debatêssemos formas de buscar uma política permanente para a recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas, haja vista que, em grande medida, os reajustes do salário mínimo refletem-se, com certeza, na nossa previdência pública – a Senadora Heloísa

Helena também participou ativamente desse trabalho, em todas as viagens que fizemos.

Sr. Presidente, eu gostaria de destacar também que, passado esse momento da votação do projeto, é importante lembrarmos que os beneficiados com esse relatório são aqueles brasileiros e brasileiras que têm de conviver com um salário que mal dá para sustentar a si mesmo e à sua família. Faço essa reflexão porque entendo que ela tem de estar muito viva no momento em que esse relatório for apreciado neste plenário.

Lembro-me muito do sonho do Presidente Getúlio Vargas, que criou o salário mínimo com a intenção de que servisse de parâmetro para a distribuição de renda e para melhorar a qualidade de vida da população assalariada do nosso País. O sonho, infelizmente, não se realizou. A partir da década de 80, com os fracassos econômicos da ditadura militar, e, nos anos 90, com a política recessiva do Governo, o número de excluídos manteve-se estável.

Em 1960, havia 49,6% de excluídos neste País; em 1980, 47,3% e, em 2000, passou para 42,6%. Para efeito de comparação, podemos verificar que o índice é praticamente similar ao de quarenta anos atrás. Em suma, pouco ou nada se fez para se retirar milhões de brasileiros da miséria.

É verdade, ninguém pode negar, que o Governo Lula representou um ponto de inflexão ao estabelecer, como prioridade número um, políticas redistributivas, como o tão conhecido Bolsa-Família.

O salário mínimo, porém, é a outra forma de se distribuir renda, mesmo se considerarmos o elevado índice de informalidade existente em nosso País. Isso se deve – o salário mínimo – ao chamado “efeito farol”, ou seja, o salário mínimo funciona como um referencial para os valores pagos ao trabalhador, mesmo que este não tenha carteira de trabalho assinada.

Mais do que nunca, a fim de evitarmos os sempre desgastantes e decepcionantes reajustes discutidos a cada ano, é chegado o momento de criarmos mecanismos consistentes e legalmente estabelecidos para que o reajuste do salário mínimo seja feito por meio de parâmetros acordados pela própria sociedade. É esse, fundamentalmente, o motivo que amparou e legitimou a Comissão Mista do Salário Mínimo.

Em nossa Comissão reafirmamos, de início, algumas questões sobre as quais passo a discorrer.

O primeiro fato que queremos destacar é que não admitiremos, em hipótese alguma, a tese de defesa de alguns de que deveria haver dois salários mínimos: um para os trabalhadores da ativa e outro para os aposentados.

Outro ponto é garantirmos o que manda a Carta Magna, que hoje completa 18 anos: o salário mínimo é

unificado em nível nacional e ninguém – ninguém – deve receber valor inferior ao que manda a Constituição.

Para encontrar soluções, a longa jornada da Comissão se iniciou em 24 de janeiro de 2006, quando foi realizada a primeira de 15 audiências públicas com o Ministro do Trabalho; representantes de entidades sindicais, todas as federações, confederações e centrais sindicais; representantes de entidades patronais; representantes de entidades de aposentados e pensionistas; pesquisadores do IBGE, do IPEA e da Fundação Getúlio Vargas; servidores públicos; e com o público em geral, em diversas capitais, como Curitiba, São Paulo, Salvador, Porto Alegre e Manaus.

Com a realização desses diversos e produtivos encontros, foi possível chegar-se a algumas conclusões que entendo importantes, mas vou arrolar meia dúzia delas, somente.

A primeira é que o Brasil é um País extremamente desigual e o salário mínimo pode ser um instrumento eficaz na redução das desigualdades, pois um aumento no seu valor exerce influência direta ou indireta sobre toda a economia.

A segunda é a inexistência de um mecanismo sistemático de reajuste do salário mínimo.

A terceira diz respeito ao fato de ter havido, ao longo das últimas décadas, um processo de achatamento do salário médio, que, assim, passou a se aproximar do salário mínimo; não de um salário mínimo como gostaríamos, um salário razoável, conforme manda o texto da Constituição.

A quarta conclusão desfaz o mito de que existiria um grande déficit da Previdência, o que não é realidade, uma vez que existem fontes, no texto da Carta Magna – repito, que hoje completa 18 anos –, destinadas a suprir as despesas com a seguridade social – saúde, assistência e previdência.

A quinta refere-se a um efeito real de distribuição de rendas graças às aposentadorias rurais, vinculadas ao salário mínimo desde o início da década de 1990.

A sexta é a constatação de que quebramos, nessa Comissão, um verdadeiro tabu. Muitos diziam, como alguns economistas ainda fazem, que o aumento do salário mínimo causaria inflação e inibiria o crescimento. O que aconteceu foi exatamente o contrário. Nos últimos anos, o salário mínimo teve, em média, um aumento real acima do dobro do PIB. E o resultado qual foi?

Ora, ouvi um economista comentando, hoje, que era um absurdo assegurar-se, em uma política permanente, um reajuste igual ao dobro do PIB. No entanto, ele não deve ter acompanhado a economia nos últimos anos. Foi dado mais que o dobro do PIB e a economia reagiu da seguinte forma:

- a inflação despendeu;
- a taxa de juros, que ultrapassava 26%, hoje é de 14,5%;
- foram gerados seis milhões de novos empregos, o que demonstra que isso não provoca desemprego;
- o risco Brasil, que já chegou a cerca de 700, hoje está na faixa de 200 pontos;
- o salário mínimo, em dólares, vale o dobro do que valia há quatro anos;
- o poder de compra do salário mínimo, no mesmo período, praticamente dobrou;
- nenhuma Prefeitura do País quebrou devido ao aumento do aumento do salário mínimo, como pregavam alguns que dizem ser donos da verdade;
- disseram que os trabalhadores domésticos seriam demitidos, mas o salário mínimo aumentou de R\$300,00 para R\$350,00 e isso não aconteceu, pelo que sei.

Podemos perceber que, hoje, a situação mudou para melhor com o aumento dado ao salário mínimo, que está sendo referendado por essa Comissão Mista.

Em relação às propostas e recomendações, dentre as muitas citadas pela sociedade, vou enumerar cinco.

Em primeiro lugar, a recuperação do valor do salário mínimo deve ocorrer com a implementação de políticas compensatórias e o controle da inflação.

Em segundo lugar, há a necessidade de se criarem novos mecanismos para se deixar claro que a Previdência brasileira não é deficitária. Basta que esses recursos permaneçam no campo da seguridade social, como manda a Constituição, e não só a contribuição do empregado e do empregador. Quanto a isso, apontamos, no relatório, que estamos reduzindo a contribuição sobre a folha e transferindo-a, de forma equilibrada e progressiva, para o faturamento.

Em terceiro lugar, devemos estipular um prazo adequado para efetuar a recuperação das perdas do salário mínimo.

Em quarto lugar, o reajuste de benefícios dos aposentados e pensionistas deve acompanhar o índice concedido ao salário mínimo, porque, senão, não dou mais que sete anos para que todos os aposentados deste País estejam recebendo somente um salário mínimo.

Por fim, é preciso que se pense em mecanismos e políticas públicas para incorporar, na seguridade social, o trabalhador informal. Devemos, também, garantir um princípio de previdência universal. Por que alguns podem-se aposentar com o salário integral, baseado na última contribuição, e para outros, aqueles que ga-

nam abaixo não de 10 – que é uma mentira, pois, no regime geral, ninguém ganha 10 –, mas de cinco ou seis salários mínimos, deve ser adotado o fator previdenciário, que reduz o benefício da mulher em 40% e do homem em 30%?

No relatório, ousamos dizer que vamos construir o princípio da aposentadoria universal, igual para todos, sem o fator previdenciário.

Sr. Presidente, nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão, pudemos perceber, claramente, que os efeitos do salário mínimo sobre a economia são positivos. Um dos nossos principais objetivos é reduzir a pobreza e melhorar a distribuição de renda em nosso País. Essa é uma tarefa que se impõe a todos nós.

Como afirmamos anteriormente, o salário mínimo é uma baliza para os demais salários. Tanto é assim que o impacto do salário mínimo atinge toda a cadeia salarial e aumenta a distribuição de renda. Na realidade, o mínimo, ao aumentar a renda das camadas mais pobres da sociedade, leva ao aumento do consumo e da produção, criando, assim, um círculo vicioso que fortalece o mercado interno.

O relatório final se constitui em documento histórico, na medida em que propõe, pela primeira vez na História deste País, um mecanismo de reajuste anual e permanente para o salário mínimo.

Conforme consta do projeto de lei, assegura-se a recuperação da perda inflacionária. Essa recuperação será conforme a inflação, mais o dobro do PIB.

Para os alarmistas, quero dizer que há três anos, em média, o salário mínimo está crescendo, até mais que o dobro do PIB, e o impacto disso na economia é positivo.

Em relação aos aposentados, propõe-se a criação de um instrumento de correção previdenciária que corresponderia ao resultado da divisão entre o salário de benefício do segurado e o salário de benefício mínimo pago pelo regime geral da Previdência. Isso serviria como um freio para conter a queda relativa entre os benefícios pagos e os reajustes concedidos aos aposentados e pensionistas que recebem pensões acima do salário mínimo.

Em relação aos Municípios, recomendamos, Sr. Presidente, o que V. Ex^a já fez como dever de casa, presidindo a sessão: a aprovação da PEC nº 285, de 2005, que prevê que o Fundo de Participação dos Municípios passe de 22,5% para 23,5%. Em consequência, os Municípios terão maior arrecadação e poderão sustentar a elevação do valor do salário mínimo.

Sr. Presidente, antes de conceder um aparte ao Senador Mão Santa, quero concluir o raciocínio do relatório.

Propusemos, ademais, alteração da legislação tributária para que diminua a contribuição social incidente sobre a folha de salários, transferindo-a, em parte, para a receita bruta, o que vai contribuir para a redução do emprego informal.

Destacamos, também, que o relatório acaba com o famigerado Fator Previdenciário. Esse instrumento que, para cálculo dos benefícios, usa a expectativa de vida é maquiavélico e cruel, pois reduz, como eu dizia, o benefício às mulheres em mais de 40% e aos homens em mais de 35%.

Por fim, não posso deixar de agradecer a todos aqueles que participaram da elaboração e da construção dessa Comissão Mista – o Senador Renan Calheiros, o Deputado Aldo Rebelo e todos aqueles que participaram ativamente ao longo de quase um ano de trabalho. Foram muitos os participantes, mas destaco o Presidente da Comissão, Deputado Jackson Barreto, e o vice-Presidente, Deputado Walter Barelle. Ambos agiram de modo a garantir que os trabalhos relatados por nós transcorressem de forma muito tranquila.

Agradeço também aos Consultores Legislativos do Senado Federal, ao sistema de cobertura desta Casa e da Câmara dos Deputados, à Agência Senado, à TV Senado, à TV Câmara, à Agência Câmara e à rádio que nos acompanharam nas audiências e nos Estados, dando total cobertura, promovendo assim a repercussão devida para este importante tema.

Todos agiram de forma muito construtiva para fazer com que este relatório se tornasse realidade. Agradeço a todos na certeza de que este relatório, com todas as recomendações aqui encaminhadas por nós, haverá de ser aprovado também no plenário do Senado da República e conseqüentemente na Câmara dos Deputados.

Senador Mão Santa, eu, naturalmente, esperava a leitura desta minha fala que apresentei também na Comissão para conceder um aparte a V. Ex^a, que tantas vezes, junto com outros Senadores, participou comigo desse debate. Estou muito esperançoso de que o aprovemos.

E quero dizer a V. Ex^a que no dia da votação, ontem, estavam lá as centrais, as confederações, os representantes de aposentados e pensionistas de todo o País. E eu lhes sugeri que encaminhassem aos dois candidatos a Presidente da República este relatório, pedindo que ambos se comprometam, seja qual for o eleito, com a aprovação do mesmo.

Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, atentamente estava ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a, e o País todo. Mas eu fazia uma reflexão sobre estes anos da 163ª Sessão Legislativa. Ninguém

teve um comportamento melhor do que V. Ex^a. Atentai bem! Tenho muito feito severas críticas ao Partido de V. Ex^a. Mas eu sei separar o joio do trigo. Quando começamos aqui a nossa luta pelo salário mínimo, liderados por V. Ex^a, era por US\$100. O trabalhador deve essa conquista a V. Ex^a, que liderou tudo. Mas neste Congresso, que teve momentos de tumulto, momentos de descrédito, V. Ex^a brilhou e elevou o nome deste Congresso. E não só na luta pelo salário mínimo. A luta pelos quilombos, a bela luta lá do Quilombo Silva, da sua família, que eu acompanhei...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a esteve comigo lá em Porto Alegre.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ...serviu para que o País todo respeitasse os outros quilombos. Até no Piauí houve reflexos. O Estatuto dos Idosos, que luta bonita, que bela página! E relativamente àquela decepcionante Medida Provisória nº 268, que tirava direitos dos aposentados e dos trabalhadores, V. Ex^a exigiu uma medida provisória paralela, que minimizou aqueles efeitos. Então a V. Ex^a quero dizer o seguinte: hoje mesmo estivemos juntos na Comissão de Direitos Humanos que prova, neste momento em que o País passa de tumulto, que V. Ex^a não arreda o pé de defender os direitos humanos. Sobretudo, quero crer que, apesar de Rui Barbosa ser baiano e V. Ex^a gaúcho – porque há homens como o próprio Getúlio, o pai da Previdência, dos trabalhadores, João Goulart, Alberto Pasqualini, Pedro Simon e V. Ex^a – mas ninguém interpreta mais Rui Barbosa que diz que a salvação é a primazia ao trabalho e ao trabalhador. Ele vem antes, ele é quem faz a riqueza. Esse sentimento de Rui Barbosa, V. Ex^a, gaúcho, é que faz voltar e retornar a nossa Pátria. Aqui estamos na bancada da Liderança do PMDB. De fato, mereço estar aqui porque represento a história de Ulysses, que está encantado no fundo do mar, o estoicismo de Teotônio Vilela, a imolação de Tancredo e o otimismo e desenvolvimento de Juscelino. Estou falando daqui da bancada como Líder do PMDB. Não há outro e acho que estou representando bem essa história desse partido que homenageia V. Ex^a. Agradeço a Deus a convivência com V. Ex^a, e o País tem muito a agradecer a Paulo Paim, principalmente os trabalhadores brasileiros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço, Senador Mão Santa pelo seu aparte. V. Ex^a tem participado ativamente desse debate da recuperação do salário mínimo e dos benefícios dos aposentados e dos pensionistas.

Estou esperançoso que efetivamente o Plenário da Câmara e o do Senado...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou concluir nesse minuto, Sr. Presidente. Estou esperançoso que o Plenário do Senado e o da Câmara aprovem o nosso relatório que na comissão foi aprovado por unanimidade.

A comissão é composta de onze Senadores e onze Deputados de todos os partidos. Sabemos que não vai ser este ano, mas esperamos que no primeiro trimestre do ano que vem vejamos aprovada a política permanente como a que estamos propondo, o fim do fator previdenciário e uma política permanente de recuperação dos benefícios dos aposentados concedendo a eles o mesmo percentual concedido ao salário mínimo.

Era isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco PRB-PB) – Com a palavra o Senador José Agripino, do PFL, do Rio Grande do Norte, pela Liderança.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Mão Santa, V. Ex^a sabe certamente o que é dossiê. Sabe, não sabe? (Pausa.) O Senador João Batista Motta sabe o que é um dossiê. Mas há muita gente que está nos vendo e nos ouvindo, lá no interior de Sergipe, Senador Almeida Lima, no interior do Piauí, do Espírito Santo, do Rio Grande do Sul, do Acre que não percebe o significado correto de dossiê.

Fala-se tanto num dossiê. Os jornais de televisão todos falam, todo dia, sobre o dossiê do caso das ambulâncias, que envolve aquela montanha de dinheiro, que, aí sim, as pessoas sabem o que significa. Aquela fotografia divulgada do montante de R\$1,7 milhão, isso as pessoas sabem; porém, o que as pessoas mais humildes podem não saber o que é dossiê.

Senador Almeida Lima, a nossa obrigação é debater, esclarecer, é propor e votar projetos, é melhorar a vida do povo, é esclarecer, é levar a informação precisa também ao povo para que o povo possa formar a sua consciência.

Dossiê, nós sabemos, Senador Mão Santa, que é um conjunto de informações, sejam documentos, sejam fotografias, sejam depoimentos, sejam fitas gravadas de áudio, voz, ou de vídeo, imagem. É um conjunto de informações com o objetivo de esclarecer um fato, de apontar um culpado, de denunciar algo errado, de esclarecer um fato certo. Tudo isso é dossiê. Dossiê é um conjunto de informações; é um conjunto de papéis,

de fitas, de fotografias, de material que informa, que comunica. Isso é dossiê. As pessoas que estão nos vendo e nos ouvindo talvez agora estão entendendo o que é dossiê. Porque antes entendiam que ao dossiê estava ligada uma montanha de dinheiro – R\$1,7 milhão. Que dinheiro era aquele? Para que servia aquele dinheiro?

Aí vem a minha palavra e a minha preocupação. O dossiê foi feito por alguém. Supõe-se que foi o Sr. Vedoin, o homem das ambulâncias, da Planam, que ofereceu – supõe-se – para incriminar o hoje Governador eleito do Estado de São Paulo, José Serra. Quem iria se interessar por comprar aquele dossiê? Supõe-se, há fortes indícios, há depoimentos, há quase provas de que foram petistas, uma organização petista, um grupo de petistas. Como no caso do Waldomiro, do “valerioduto”, era um grupo de petistas a serviço do crime organizado. Esse dossiê era oferecido pelo Vedoin e interessava a um grupo de petistas que arranhou um dinheiro, dinheiro grosso, em real e em dólar. Muito bem; quem vendeu? O Vedoin. Quem comprou? Os petistas. Com o quê? Com um dinheirão. De onde vem o dinheiro? Ninguém sabe ainda, mas se está no encalço.

A Polícia Federal, Senador Mão Santa, foi rápida no gatilho, por ordem de Márcio Thomaz Bastos, para operar a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Rapidamente, rapidamente, Sr. Presidente, quebrou-se o sigilo bancário de Francenildo porque se esperava que ele tivesse cometido um delito. Quebraram a cara. O dinheiro que estava na conta de Francenildo tinha vindo da doação do suposto pai dele. Mas eles foram rápidos. Por determinação do Ministério da Justiça, a Polícia Federal agiu rápido, e aquelas figuras, que sabemos, do Banco Central etc., quebraram o sigilo bancário num gesto de truculência. Agora, o rastreamento daquele dinheiro está difícil, complicado. A PF está dizendo que não será possível esclarecer o fato em tempo hábil.

Eu fico me perguntando o porquê da demora se o Presidente da República, ontem ou anteontem, deu uma entrevista, que foi manchete na primeira página dos jornais, pedindo a Deus que ele estivesse vivo e que o tempo fosse curto para que ele tivesse a informação sobre o conteúdo do dossiê e quem era o responsável pela sua compra. Ele pediu a Deus.

Muito bem. Quem é que está envolvido no dossiê? O Presidente pediu a Deus, num gesto teatral. Ele é um craque. Na manifestação teatral, ele é um craque. Na comunicação, ele é um craque. Não tenho nenhuma dúvida. Pediu a Deus que ele estivesse vivo a tempo de ver quem foram os aloprados responsáveis pela compra do dossiê, a origem do dinheiro, o porquê.

Eu disse ontem: é tão fácil! No caso Waldomiro, estavam envolvidos Waldomiro, Marcos Valério, Delúbio Soares, Silvinho, Genoino, Zé Dirceu, tantos outros amigos dele, da ante-sala dele, companheiros dele, petistas como ele. Ele disse que havia sido traído, esfaqueado pelas costas. Nunca apontou culpado; nunca puniu ninguém e tentou – e como tentou – evitar que a CPI dos Bingos, que esclareceu tanta coisa, fosse feita. Mas o fato é que ele não deu nenhuma contribuição e, agora, pede a Deus tempo para que os fatos sejam esclarecidos.

Eu disse ontem e quero repetir como que para esclarecer um fato é tão fácil, mais fácil do que o Presidente pedir a Deus tempo para que fique tudo esclarecido com ele vivo – e eu espero que tudo fique esclarecido com Sua Excelência vivo –, pois as pessoas que estão envolvidas são amigos dele. Mais uma vez, como no caso Waldomiro, são amigos do peito. Quem é Ricardo Berzoini? É o homem dos velhinhos, da fila dos velhinhos; é o ex-coordenador da campanha de Lula, sob cujas ordens trabalhava o Freud Godoy, o principal incriminado, que está citado como assessor especial de Lula. Logo abaixo do coordenador da campanha, que é Berzoini, ex-Ministro, o homem da fila dos velhinhos do INSS, está o Freud Godoy, que é ex-assessor especial de Lula, foi posto para fora, suponho, mas até pouco tempo era homem da ante-sala de Lula. Quem mais? Lorenzetti. Quem é Lorenzetti? Quem danado é Lorenzetti no jogo do bicho? É o churrasqueiro de Lula; é homem de dentro da casa dele; está citado como um dos responsáveis, comandante, é chefe da segurança de Lula, sob as ordens de quem trabalhavam o Gedimar e o Valdebran, que são petistas de carteirinha, filiados no Mato Grosso e em São Paulo, e que foram apanhados com o dinheiro, que dizem que foi levado para o Hotel Ibis por um outro petista chamado Hamilton Lacerda, coordenador da campanha de Aloizio Mercadante. São todos como Osvaldo Bargas, ex-secretário do Ministério do Trabalho do Governo Lula. É toda essa turma envolvida, citada.

Para que pedir a Deus tempo se ele pode reunir essa turma? Não reuniu os Governadores agora? Reúna essa turma; é tão importante para ele. Houve uma reunião de Ministros para fazer uma avaliação dessa coisa toda, das dificuldades da campanha. Por que ele não reúne essa turma do peito e pede a eles – aí, sim, pelo amor de Deus – que esclareçam ao País quem comprou, quem foram os alopados que quiseram prejudicá-lo?

Se está isento de tudo, ele que peça aos alopados que contem a história toda, para que o Brasil fique sabendo, porque senão o Brasil fica imaginando que

ele não foi ao debate, do qual fugiu, porque não tinha argumentos para responder às indagações que seguramente seriam feitas a ele por Geraldo Alckmin, por Heloísa Helena, por José Maria Eymael, pelos candidatos à Presidência, que não tinham o que perguntar a uma cadeira vazia. E o povo do Brasil tem todo o direito de supor que Lula não foi porque não tinha argumento para explicar o dossiê e outras coisas mais.

Reúna, pois, essa turma! É turma do peito dele! Gente dele! Petistas como ele. Querem a desgraça dele ou querem o bem dele? Então, que colaborem com o Presidente, que digam de onde veio o dossiê, de onde veio o dinheiro. Esclareçam esse fato todo para não prejudicar Lula, senão o povo do Brasil tem todo o direito de raciocinar que Lula está dentro disso, que ele é parte disso, que ele não tem como cobrar de quem pode cobrar dele, que são esses petistas citados. O brasileiro tem o direito de pensar isso.

Muito bem. Tudo isso eu falei ontem, mas há um fato, Senador Marcos Guerra, que me faz voltar à tribuna, que é uma manchete do jornal **Valor Econômico**, que diz o seguinte: “Resultado das investigações do dossiê só sairá depois do segundo turno, diz Bastos”. Sabe quem é Bastos? Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça, comandante da Polícia Federal, o homem responsável pelas investigações. Só depois do segundo turno.

Aí quero fazer a constatação dos fatos e apresentar a minha estupefação, porque, na matéria, está dito que um dos presentes teria dito: “Não há previsão de quando vai terminar a apuração do dossiê, teria advertido o Ministro da Justiça. A investigação só acabará antes da eleição se alguém contar a verdade espontaneamente”.

Antes de fazer meu comentário final, ouço, com muito prazer, o Senador Mão Santa e o Senador Almeida Lima, em seguida.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino, atentai bem: V. Ex^a me lembrava da história de Afonso Arinos. Getúlio Vargas, que era pessoa boa – ninguém escolhe a época para governar –, para entrar, teve de fazer uma revolução. Depois, os paulistas quiseram derrubá-lo; depois, veio a Segunda Guerra Mundial. Então, um período complexo. Mas ele era um homem bom. Já li, José Agripino, todo o diário de Getúlio, dois volumes, e vi ali como ele era um homem bom, trabalhador, nacionalista e puro! Atentai bem, José Agripino. E houve aquele atentado contra Carlos Lacerda. Olha, ele estava em Minas, com Juscelino governando o Estado, e disse que aquilo era coisa de política. E Afonso Arinos veio ao Congresso e discursou como V. Ex^a faz hoje. A história se repete. Será mentira o órfão? Será mentira a viúva? E, como V. Ex^a, real-

mente ele chegou – Getúlio era um homem bom – e viu que sua patota, o Gregório Fortunato tinha planejado e estava envolvido em um mar de lama. E ele teve a grandeza de sair da vida para a história, porque não queria compactuar com aquilo. Mas esse PT é muito pior do que aquele mar de lama que o Gregório, por uma fidelidade canina a ele, planejou, talvez inconseqüentemente. Esse PT é uma organização criminosa. Então, o Lula não pode ficar de Jamanta – aquele da novela, que não sabe de nada. Oh, Lula, o PT é uma organização criminosa! E a democracia, Senador José Agripino... V. Ex^a poderia ter sido o Vice-Presidente, mas Deus colocou V. Ex^a para fazer esse pronunciamento histórico, como o de Afonso Arinos, que fez Getúlio se mancar; Getúlio viu que tinha nascido de lá, e a saída honrosa foi aquela. Então, não vamos permitir que Lula seja o Jamanta: não sabe, não viu e não sei o quê. V. Ex^a está alertando: o dossiê, a imoralidade. E a Bíblia diz: “Diga-me com quem andas, e te direi quem és.” Ele só anda com essas peças ruins. E, quanto à democracia, nós estamos aqui, Senador José Agripino, para defendê-la. A democracia foi construída pelo povo. O povo, insatisfeito com os reis – que eram melhores do que esse que está aí; não se comparam D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II com o PT – foi à rua e gritou: “liberdade, igualdade e fraternidade”. Esse grito demorou 100 anos para chegar, mas chegou, e nasceu o governo do povo, pelo povo, para o povo, que estamos aqui para defender. Montesquieu tripartiu o poder e criou o Legislativo. Este poder serve para alertar o País; estamos aqui para dizer que a riqueza da democracia é a alternância no poder. Deus não abandona seu povo. Deus botou Davi para vencer Golias, que era menos pior que o PT; botou Moisés para libertar seu povo. E botou esse moço, Geraldo Alckmin, filho político do maior nome da história política: Mário Covas. É a alternância no poder. Acordai, Brasil! Acordai! Vamos salvar a democracia, que é uma criação do povo e que nada tem que ver com o PT, que é uma organização criminosa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a corrobora meus argumentos e esclarece, com suas colocações, alguns fatos a mais que me escaparam. V. Ex^a os menciona com oportunidade.

Senador Almeida Lima, ouço V. Ex^a, com muito prazer, com a concordância da Presidência. Em seguida, ouvirei o Senador Sibá Machado.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador José Agripino, congratulo-me com V. Ex^a pelo pronunciamento. Mais uma vez, deve-se censurar o comportamento do Ministro da Justiça, Sr. Márcio Thomaz Bastos, nesse episódio do dossiê, sobretudo pela falta

de credibilidade e de imparcialidade da parte de S. Ex^a para o acompanhamento e para o ato de presidir, no cargo de Ministro da Justiça, as investigações. Todos sabemos que se trata de uma farsa dirigida por S. Ex^a. Se S. Ex^a continuar à frente desse procedimento, não chegaremos a nenhuma conclusão. A esta altura, já teríamos tido condições de ter uma conclusão desse inquérito, e não tivemos.

As providências que ele tomou foram, na verdade, no sentido de punir, transferindo delegados que estavam agindo dentro do processo correto de investigação. Lamentavelmente, ele os desviou exatamente com esse objetivo, como em outras oportunidades, a exemplo da investigação do caso Waldomiro Diniz, pois os computadores que ele usava, instalados no Palácio do Planalto, só foram apreendidos muito tempo depois, tempo mais do que suficiente para que tivessem feito a limpeza adequada, a fim de não se comprovar o que, graças a Deus, chegamos a provar depois: o envolvimento de toda essa quadrilha comandada pelo próprio José Dirceu. Novamente censuro o Ministro da Justiça por esse comportamento não-digno, que confunde a Polícia Federal com um órgão do Governo Federal, quando se trata de órgão permanente do Estado brasileiro e, digo mais, cujo corpo de delegados – tive essa notícia hoje – encontra-se contrariado exatamente pela interferência do Governo em suas ações, em suas atividades.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Almeida Lima. V. Ex^a fala, com propriedade, de algo que é a minha convicção: a Polícia Federal é um patrimônio do povo brasileiro, mas esse órgão recebe ordens. Muitas vezes é obrigada a cumprir ordens, e as que vem recebendo são do seu chefe, do seu comandante, que é o Ministro Márcio Thomaz Bastos, de quem se deve, neste momento, cobrar rapidez nas investigações – rapidez que está sendo colocada às avessas na declaração de S. Ex^a, que diz que o resultado das investigações do dossiê só sairá depois do segundo turno. S. Ex^a não diz “daqui a vinte ou trinta dias”; com muito pouca inteligência, diz “depois do segundo turno”, ou seja, passada a eleição.

Quero ouvir o Senador Sibá Machado, o Senador Marcos Guerra, para fazer as minhas apreciações finais.

Senador Sibá Machado, com muito prazer, ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino, em primeiro lugar, quero dizer que V. Ex^a é um brilhante Líder do Partido da Frente Liberal, tem toda a nossa admiração, é pessoa de um conhecimento muito vasto e de muita habilidade com as palavras. Claro que, toda vez que fala, V. Ex^a chama a atenção.

Discordo em apenas um ponto do pronunciamento de V. Ex^a, e é somente isso que quero abordar, neste momento, no aparte. Quanto ao histórico dos dossiês, não podemos imputar o regime de uso desses institutos para uma disputa eleitoral, porque fomos vítimas disso também. Em algum momento, foram-nos oferecidos dossiês dessa natureza para disputar uma eleição, naquele momento contra o ex-Governador José Serra. Tratava-se da história de vida de José Serra, de Fernando Henrique Cardoso, de Mário Covas e de outros líderes do PSDB, e o Presidente Lula tomou uma atitude muito digna naquele momento: não aceitou, não quis nem mesmo analisar os fatos daqueles documentos. E mandou-se jogar o documento no lixo. Agora, quando volta esse absurdo, é unanimidade na Casa, para todos nós e para qualquer pessoa, que essa fórmula para se disputar uma eleição deve ser banida, imediatamente, de qualquer possibilidade, de qualquer tentativa futura. Temos harmonia quanto a isso. Quanto à origem dos recursos financeiros, todos queremos saber qual é, inclusive o Presidente Lula, para ver se conseguimos resolver essa novela de uma vez por todas. Não podemos concordar em imputar isso a um desejo do Presidente, até mesmo porque as circunstâncias não lhe permitiram. No histórico de vida do Presidente, Sua Excelência jamais concordou com esse tipo de artifício e, agora, nem tinha necessidade de fazê-lo, pois estava na iminência de ganhar a eleição no primeiro turno. É preciso que acabemos, de uma vez por todas, com qualquer iniciativa dessa natureza. Temos defendido agora, dentro do PT, que haja uma punição rigorosa. Não pode ficar dessa maneira. Não pode haver tentativa de qualquer pessoa de utilizar uma matéria como essa para uma disputa eleitoral. Quanto a Freud Godoy, a Polícia Federal não está encontrando qualquer participação dele nessa novela. Também é injusto dizer que o Ministro Márcio Thomaz Bastos não tem cumprido com seu dever de Ministro de Estado. No nosso entendimento, S. Ex^a tem tido presença em todos esses momentos, deixando a Polícia Federal atuar como todos desejamos. A Polícia Federal foi, sim, utilizada no regime militar como polícia política. Neste momento, ela é uma polícia de Estado; não é uma polícia de Governo ou de qualquer pessoa. Portanto, em relação ao dever de polícia – e é apenas nesse ponto que discordo de V. Ex^a –, a Polícia Federal o está cumprindo, assim como o Ministro da Justiça. E eu gostaria de defender, dentro do meu Partido, a punição imediata para esse tipo de comportamento. Isso é relembrar a excrescência política que vivemos em um tempo que não queremos que volte nunca mais.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a tem todo direito e tem a obrigação de fazer as considerações que faz, com delicadeza, com equilíbrio, que cumprimento e elogio.

Mas perduram minhas preocupações, porque veja: V. Ex^a disse que, num dado momento, foi um dossiê oferecido ao PT, a Lula, e ele não aceitou. Mas agora há uma montanha de dinheiro, que é o retrato do crime. O dossiê foi oferecido, o dinheiro foi providenciado, petistas filiados foram ao hotel com uma montanha de dinheiro para comprar o dossiê que incriminava José Serra, que facilitaria, evidentemente, petistas que estavam envolvidos com a compra do dossiê.

Daí perdura uma dúvida: esse dossiê interessa ao PT, interessa a Mercadante, interessa a Berzoini, interessa a Márcio Thomaz Bastos, interessa a Lula? Só o debate ofereceria a oportunidade para que ele, Lula, que seria, teoricamente, o prejudicado nessa história, pudesse digladiar com seus opositores e esclarecer o fato. Ele não o fez. Ele não foi ao debate. O povo do Brasil fica com uma dúvida: por que ele não foi ao debate? O dossiê foi mostrado ao Brasil inteiro, foi dada a oportunidade a ele de esclarecer este e outros fatos. Por que ele não foi? Ele tem culpa no cartório?

Segundo ponto. Os alopados citados pelo Presidente Lula são pessoas da intimidade dele, são pessoas que ele pode chamar, dar um puxão de orelha e mostrar que com ele não tem convivência nem com a impunidade, nem com a improbidade. Não o fez.

Eles estão aí. Eu não sei, Senador Sibá Machado, se o Osvaldo Bargas, o Freud Godoy, o Valdebran, o Gedimar, o Jorge Lorenzetti e o Hamilton Lacerda são na verdade culpados. Eles são citados, e há denúncias fortes, consistentes, mas eu não posso afirmar que eles sejam culpados. As investigações estão em curso. O que sei é que eles são ligados ao PT e a Lula pessoalmente. Lula tinha todo o direito de chamar essa turma da pesada, esses comprometidos, teoricamente, com a prática do ilícito, esses alopados, chamá-los à responsabilidade e execrá-los publicamente se ele não teme nada. Se ele não teme nada, ele deveria ter feito isso e o povo do Brasil o estaria aplaudindo neste momento. Ao invés disso, está com uma dúvida, com uma interrogação. E porque a interrogação está ocorrendo também na cabeça das pessoas é que Lula está caindo nas pesquisas. As pessoas perderam o crédito nele, porque ele é reincidente. No caso do Waldomiro, a punição só aconteceu pelo flagra, não por iniciativa de Lula. No segundo caso, que é reincidência, o mesmo comportamento omisso, ou seja, conivência com a improbidade e com a impunidade. E o brasileiro não aceita isso.

Ouçõ agora com muito prazer o Senador Marcos Guerra antes das minhas considerações finais.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senador José Agripino, com essa sua conclusão, após o aparte do nobre Senador Sibá Machado, praticamente 50% do meu aparte foi manifestado por V. Ex^a. Mas quero chamar a atenção para um ponto. V. Ex^a começou o pronunciamento perguntando o que é um dossiê, se as pessoas sabem o que é um dossiê. É importante frisarmos que um dossiê pode ser construído de qualquer forma. E esse dossiê foi construído para prejudicar candidaturas do PSDB, inclusive a de São Paulo, do candidato José Serra. Eu só lamento uma coisa, até em cima do aparte do companheiro Sibá Machado: está na hora de parar de querer ser vítima: “Eu não sei de nada, não sabia, não quero saber”. Quer dizer, infelizmente, Senador José Agripino, o brasileiro tem pena das pessoas. Isso é ruim. Quando a pessoa se coloca como vítima, às vezes pode induzir a um caminho. Por isso, graças a Deus, vamos ter o segundo turno. É lógico que vença o melhor, mas a população terá condições realmente de saber muitas verdades que muita gente não sabe. Quero acreditar que dá para saber quem deu o dinheiro e de onde ele veio. Porque são pessoas muito próximas ao Presidente da República. Então dá para saber quem deu, de onde veio, quando foi apanhado e por que motivo as pessoas contrataram aquele dossiê. É uma explicação que o Brasil todo quer ter. Todos desejamos um Presidente da República que realmente conheça os fatos, principalmente aqueles que estão ao seu redor. Parabéns a V. Ex^a pelo seu pronunciamento, que veio em um bom momento. Precisamos continuar trazendo esses fatos à tribuna, a fim de deixar a população cada vez mais ansiosa para saber a verdade. Meus parabéns!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigada a V. Ex^a.

Vou encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Faço um apelo ao Plenário e ao nobre Senador, tendo em vista que o seu tempo era de cinco minutos e se passaram trinta minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Vou encerrar. Agradeço a V. Ex^a a benevolência.

Sr. Presidente, do Ministro Márcio Thomaz Bastos o que se deseja é a agilidade que teve no Caso Francenildo. Somente isso. Nada mais. Não quero que ele opere milagre. Tão ágil como foi no Caso Francenildo, na quebra do sigilo e nas providências tomadas, que S. Ex^a fosse na elucidação da origem do dinheiro e nas providências do dossiê. Somente isso. Ao invés disso, ele diz que o resultado das investigações do dossiê sairá somente depois do segundo turno.

Senador Mão Santa, “depois do segundo turno” enseja que o brasileiro faça a si uma pergunta: será que se alguém, espontaneamente, desse a informação precisa sobre o caso, não abreviaria as investigações? Claro que abreviaria! Quem pode obter a informação espontânea? O Presidente Lula, com as pessoas que são da sua intimidade, da sua relação pessoal. Só espontaneamente, segundo o Ministro Márcio Thomaz Bastos disse, ou o próprio Presidente disse, somente com uma declaração espontânea se poderia abreviar o processo.

Quem é que pode obter essa declaração espontânea? Quem diz que pede a Deus tempo para ver esse assunto esclarecido e não pede a quem pode esclarecer que esclareça. Nem V. Ex^a, nem eu temos conhecimento ou condição de pedir nem ao Sr. Gedimar, nem a Valdebran, nem a Freud Godoy, nem a Berzoini, nem a Bargas, nem a qualquer dos citados que digam finalmente de onde veio aquele dinheiro, para quem era o dossiê e o que se pretendia com aquilo tudo. São pessoas da intimidade de Lula. É ele quem poderia pedir que espontaneamente se encerrasse aquele assunto. A não ser que o esclarecimento dos fatos traga ao Presidente Lula prejuízo maior do que o desgaste da dúvida e da interrogação, que vai se arrastar até o segundo turno das eleições. Talvez a dúvida e a interrogação, por mais desgaste que provoquem, sejam menos catastróficos do que aquilo que se supõe pretende esconder.

A elucidação dos fatos que Márcio Thomaz Bastos, na minha opinião, procrastina, em contraponto à ação rápida no Caso Francenildo, produziria uma catástrofe, talvez não atingindo Lula diretamente, mas de forma indireta. Indireta porque o brasileiro sabe que quem convive com a impunidade e a improbidade é omissor. E o brasileiro sabe que honesto é quem não rouba e não deixa roubar; que o sério é quem não comete delito e não deixa cometer delito. Talvez se esteja tentando evitar que Lula seja conivente com a improbidade e com a impunidade, e que Lula, se não rouba, deixa roubar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Com a palavra o Senador Almeida Lima. Em seguida, falará o Senador Tião Viana.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, povo brasileiro, no dia 20 de julho passado, vimos à tribuna desta Casa para fazer uma crítica ao sistema aeroviário brasileiro. Trouxe alguns fatos para mostrar, sobretudo, a falta de capacidade operacional nos aeroportos brasileiros e, principalmente, a falta de capacidade operacional de nossas empresas aéreas, especialmente naquele

instante – embora ainda persista –, quando vivíamos a fase mais aguda da crise da empresa Varig. Mostramos também que essa falta de capacidade operacional representava, como ainda representa, um risco muito grande para a população brasileira e também para estrangeiros que aqui chegam, que aqui circulam ou que daqui saem.

Não menos de oito a dez milhões de passageiros são transportados por mês. Chegamos a comentar, inclusive, que a própria Infraero, administradora dos aeroportos, e, mais recentemente, a nova agência criada, a Anac, não estavam capacitadas para operar, para dirigir, para fiscalizar, para acompanhar os serviços aéreos em nosso País. Não trabalhavam, como não trabalham, na fiscalização às ordens de serviços que essas empresas recebem. Daí o permanente atraso, a permanente falta de organização, o permanente desrespeito ao usuário do sistema – não são poucas pessoas, são milhões de pessoas diariamente em nosso País.

Naquele momento, quando o Congresso Nacional estava em meio recesso, pois nos encontrávamos no mês de julho, cheguei a afirmar que, tão logo reiniciássemos o segundo período legislativo dessa nossa legislatura anual, eu voltaria à tribuna desta Casa para tentar sensibilizar V. Ex^{as} e o Congresso Nacional no sentido de que o Parlamento Brasileiro trouxesse para si, avocasse para si a responsabilidade pelo levantamento das normas que regem o sistema aeroviário brasileiro e procurasse acompanhar de perto, até mesmo em uma comissão parlamentar de inquérito, as atividades dos órgãos públicos e das empresas concessionárias desse serviço público. A intenção era que a Casa do Povo, assim fazendo, pudesse respaldar a nossa população usuária desse sistema que vive passando riscos.

Lamentavelmente, tivemos um incidente de pequena monta, mais uma vez com a empresa TAM, no aeroporto em São Paulo, quando, após a aeronave ter decolado, uma de suas portas caiu. Por uma grande coincidência e por uma grande dádiva, não houve maiores danos.

Mas esse não foi o primeiro, não foi o segundo, não foi o terceiro acidente. Nós temos conhecimento de aeronaves que estão sendo utilizadas sem a necessária manutenção, aeronaves que estão sendo objeto de manutenção de forma célere, equipes de voo trabalhando com excesso de carga horária, aeronaves que estão paralisadas nos aeroportos com o horário de decolagem vencido aguardando ainda equipes, comissários de bordo que vêm de um outro Estado, como constantemente se verifica aqui mesmo, quando os vôos ficam paralisados aguardando as

equipes que vêm, por exemplo, de Goiânia e atrasam uma hora, uma hora e meia, numa demonstração clara da falta de capacidade operacional, do excesso de horas trabalhadas.

Repito, temos necessidade, como representantes do povo brasileiro no Parlamento Nacional, na Casa do Povo, de trazermos para nós a responsabilidade de fazer uma investigação completa, sem o estabelecimento de premissas, de responsabilidades nem de culpabilidades para quem quer que seja.

Como se trata de um serviço público não prestado condignamente ao cidadão usuário, um serviço que é objeto de concessão pública e que diz respeito ao interesse nacional, com uma enorme população nacional e internacional utilizando esse sistema, não poderemos deixar de, a partir de uma sensibilização maior de meu pares, estabelecer um procedimento de investigação.

Não faço, em relação ao acidente ocorrido recentemente com uma aeronave da Gol no espaço aéreo do Estado de Mato Grosso, nenhum pronunciamento alarmista, apenas registro o trágico acidente ocorrido, a perda de vidas preciosas que deixou enlutada a família brasileira. É preciso que se diga: embora ainda não levantados todos os dados necessários a uma conclusão desse processo investigatório, já se percebe que os órgãos deste País não estão devidamente preparados para fazer frente a eventualidades, a catástrofes lamentáveis como essa.

Sabemos, inclusive, do tratamento inadequado que dirigentes da Anac deram a esse episódio, e que o resgate é, inclusive, moroso.

É preciso que se tomem providências, que haja uma fiscalização maior e que as empresas autorizadas a transitar no espaço aéreo brasileiro sintam que há órgãos gestores e administradores preocupados, responsáveis e prontos para agir.

Lamentavelmente, temos conhecimento de que essas mesmas empresas sabem perfeitamente que elas são omissas e que a própria agência é omissa. O órgão antecessor da Anac agia da mesma forma nas pequenas e nas grandes questões, nos pequenos e nos grandes fatos. Para a simples falta de fiscalização e de punição em relação a empresas cujos vôos são atrasados por culpa própria da empresa não há uma repreensão nem a aplicação de uma multa tampouco servidores nos aeroportos que possam estabelecer a ordem. Todos os passageiros ficam à mercê dessa desorganização e dessa irresponsabilidade.

Fiz esse pronunciamento no dia 20 de julho. Obviamente, nós nem ninguém prevíamos nada que pudesse acontecer de forma tão grave como aconteceu, precedido por aquele incidente de porte menor,

da TAM, a que me referi há pouco. Mas se não temos um sistema organizado, todos estamos sujeitos a esse tipo lamentável de acidente, de incidente, de catástrofes, de desastres, como verificado recentemente com essa aeronave da Gol.

Eu concedo o aparte ao nobre Senador.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senador Almeida Lima, V. Ex^a trouxe um assunto que chocou todo o País. Estou num hotel aqui em Brasília onde estão vários capixabas que tinham parentes naquele vôo. Conversei com vários. Hoje, a maior preocupação dessas pessoas é a investigação. Tive o desprazer de ver várias fotos, mas uma delas me chamou muito a atenção. Era uma foto tirada de uma certa altura, e a câmara pegou um raio de quase 20 quilômetros. Quando foi feito o *zoom* da foto, deu para ver várias peças sobre as copas das árvores: roupas, malas que se abriram no ar, quer dizer, objetos que caíram sobre as copas das árvores. Realmente foi chocante! No momento, a preocupação deles é com a investigação. Inclusive, um deles levantou uma dúvida até com relação à própria aeronave, já que a Gol está comprando 101 aeronaves da Boeing. É, pois, importante para o País saber onde é que está o erro, pois a aeronave se desintegrou no ar – e nós andamos de avião todos os dias, para lá e para cá. Mas um outro ponto que me chamou atenção é que a conclusão da investigação vai demorar muito. E quando digo muito, estou-me referindo a 90, 120 ou até 150 dias, e as pessoas estão muito aflitas, querendo uma explicação não só da Gol, mas da agência que controla o tráfego aéreo. Portanto, Excelência, parabéns pelo seu pronunciamento, que é muito oportuno. Nós, aqui do Senado, temos de ficar atentos e ajudar essas famílias a cobrar uma resposta o mais rápido possível. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Quero dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que há necessidade de o Congresso Nacional, desta Casa, do Senado Federal, tomar uma providência não apenas em relação a esse episódio. Não podemos ser omissos; precisamos estabelecer um fórum de debate em uma comissão – permanente ou provisória – e levantarmos as condições de todo o nosso sistema aeroviário, ou seja, quais as condições operacionais das empresas, como está sendo a normatização do sistema. Enfim, o Poder Público precisa se fazer presente de forma direta, objetiva, a fim de dar ao povo brasileiro melhores condições e a tranquilidade de um serviço que traduz segurança.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda dentro do tempo deste meu pronunciamento, quero tratar de um segundo assunto que foi objeto de pronunciamento do nobre Senador Heráclito Fortes, de apartes que con-

cedi a S. Ex^a e de um requerimento para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito feito por S. Ex^a, com o objetivo de realizar uma investigação ampla e profunda nas organizações não-governamentais deste País que estão recebendo recursos financeiros do Governo Federal.

Estamos aqui com a matéria da **Folha de S. Paulo**, do dia 22 de setembro, que noticia que “promotor pede auditoria em ONG ligada a petista”. Segundo a reportagem, o Ministério Público do Estado de São Paulo determinou a realização de uma auditoria externa para verificação das contas e dos documentos da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), entidade que já teve como dirigente Jorge Lorenzetti, petista acusado de intermediar negociações sobre o dossiê contra José Serra e contra a campanha do candidato a Presidente da República, Geraldo Alckmin. Um dia antes da apreensão de R\$1,7 milhão em um hotel, em São Paulo, o Ministério do Trabalho liberou R\$4,1 milhão para a Unitrabalho. Durante o Governo Lula, a Unitrabalho recebeu R\$18,5 milhões da administração federal.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como bem disse o Senador Heráclito Fortes, não se trata de uma comissão parlamentar de inquérito com objetivos eleitoreiros, tanto que S. Ex^a afirmou que ela não deveria ser apresentada e instalada nesta legislatura atual ou até mesmo antes do processo eleitoral de primeiro e de segundo turnos, com que eu concordo, exatamente para que não traga ou não tenha esta conotação. Mas tão logo encerre o processo eleitoral, esta comissão parlamentar de inquérito precisa vingar, precisa ser objeto de tratativas no Senado Federal. Precisamos averiguar e fazer investigação profunda, porque se trata de recursos que estão sendo retirados do povo brasileiro, do Governo Federal. E aprenderam agora esta mania de retirar recursos do Orçamento da União, terceirizando serviços próprios da atividade administrativa pública, o que não condiz com a realidade nacional diante dos poucos recursos que temos para administrar as carências de nosso País.

Portanto, retornando a esta tribuna, deixo registrada para V. Ex^{as} e para o povo brasileiro a necessidade dessa investigação. Temos milhares de entidades e de instituições dessa natureza espalhadas por todo o País que estão fazendo farra com o dinheiro público, gastando os recursos do povo em atividades que não têm gerado benefício a esse mesmo povo.

Assim, é nossa responsabilidade, é responsabilidade do Parlamento, fazer essa investigação, para que os recursos públicos sejam destinados à atividade pública, administrados pelo Poder Público, na área da segurança pública, da saúde pública, da educação, da

infra-estrutura do País, na geração de empregos e não de forma irresponsável e corrupta, como temos conhecimento de que estão sendo aplicados em vários casos relativos a inúmeras organizações não-governamentais que recebem recursos do Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Wellington Salgado.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 113, DE 2006-CN
(Nº 745/2006, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Solicito a Vossas Excelências, de conformidade com a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 4, de 2006–CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$641.598.335,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”, enviado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 450, de 2006.

Brasília, 1º de setembro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 161/MP

Brasília, 29 de agosto de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para propor a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 4/2006-CN, encaminhado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 450, de 8 de junho de 2006.

2. O crédito relativo ao Projeto de Lei nº 4/2006-CN destina-se o apoio aos entes da Federação com recursos para o Desenvolvimento do Ensino Médio, possibilitando a melhoria de sua qualidade e a ampliação de seu atendimento, de forma a tomar a Educação básica mais efetiva para a redução das desigualdades sociais e, com relação a Operações Oficiais de Crédito – Recursos sob a Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIEES, à concessão de financiamento a mais de 100 mil alunos do Ensino Superior a partir do segundo semestre do exercício de 2006.

3. A proposta de retirada desse Projeto de Lei decorre do fato de o referido crédito ter sido incluí-

do na Medida Provisória nº 318, de 22 de agosto de 2006, publicada no **Diário Oficial da União**, de 23 de agosto de 2006.

4. Essa é a razão pela qual proponho a retirada de tramitação do aludido Projeto de Lei.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

Aviso nº 1.023-C. Civil

Brasília, 1º de setembro de 2006

Assunto: Retirada de tramitação de projeto de lei.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 4, de 2006-CN.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – A Presidência, nos termos do **caput** do art. 42 do Regimento Comum, defere a solicitação, encaminha a Mensagem à publicação e determina sua juntada ao processado do **Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2006.**

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – A Presidência informa ao Plenário que, na votação da **Medida Provisória nº 297, de 2006**, realizada ontem, as emendas a ela oferecidas foram tidas como rejeitadas, em virtude do acordo das Lideranças para aprovar tão-somente o texto original da Medida.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana, por permuta com o Senador Romeu Tuma.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de modo muito objetivo, subo à tribuna do Senado para expressar o mais profundo agradecimento à população do Acre pela eleição confirmada no último dia 1º de outubro, quando tivemos uma grande e extraordinária vitória no projeto político apresentado àquele Estado.

Pelo menos há 16 anos, temos construído diariamente um projeto de Estado que tem sido compreendido perfeitamente pela população e que, agora, foi acolhido com votação expressiva: dos oito Deputados Federais, tivemos a oportunidade de eleger seis; 80% dos prefeitos estão vinculados, confiando plenamente no avanço e na determinação do projeto político do

Estado para promover justiça social, para melhorar os indicadores daquela sociedade, para reduzir as contradições e para romper com as desigualdades; e, no Senado, houve a confirmação do meu nome.

De modo muito generoso, o povo do Acre me deu uma votação, posso dizer, Senador Mão Santa, no mínimo, maravilhosa, o mais importante para o trabalho político. No meio de uma imagem da política que se tem hoje no Brasil, uma imagem de desalento e de pouco reconhecimento das virtudes da atividade pública, ter tido aquela votação no Acre é motivo de muito orgulho para mim e contribui para melhorar a auto-estima do Estado inteiro. É um voto de confiança, sobretudo, pois foi aprovado o trabalho construído pelo Governo Jorge Viana de união política, que promoveu uma mudança direta dos indicadores sociais.

No meu Estado, o Acre, o PIB **per capita**, em 1998, era de R\$1,7 mil; em 2003, passou para R\$4.338,00. Não dispomos do último levantamento, mas não temos dúvida de que o PIB extrapola os R\$8 mil. Então, o Acre tem tido um crescimento vertiginoso. Nosso índice de crescimento é da ordem de 20% ao ano, o que nos traz um alento muito grande.

Além disso, temos políticas sociais decididas, procuramos horizontalizar oportunidades de inclusão social e trabalhar com o olhar voltado para as desigualdades que mais fazem uma população historicamente se sentir desamparada e não acolhida pelo Estado. Buscamos fazer uma política onde se afirme um processo de industrialização e de modernidade das estruturas produtivas do Estado.

O Acre, hoje, é outro Estado. Com muito orgulho, chamamos qualquer cidadão deste País para visitar nosso Estado – e todos sentem a diferença –, sejam integrantes de partidos políticos, sejam pessoas ligadas à atividade cultural ou à atividade empresarial. Todos têm muito respeito pelo que está acontecendo na política pública do Acre hoje.

E posso, com muita tranquilidade e com segurança, dizer ao Plenário do Senado que isso é fruto de um processo de humildade constante que resolvemos adotar como guia das nossas vidas, entendendo a formação política do Estado nos anos 70, fruto de uma composição de influência da Igreja Católica, em que as comunidades eclesiais de base geravam as chamadas células de libertação na política, na cidadania, na conscientização, no mundo, que fugiam da opressão política que o Brasil vivia naquela hora. Havia a influência do movimento sindical brasileiro, que era o movimento de resistência a um Estado autoritário, e do movimento estudantil, que gritava a liberdade no seu sentido mais pleno e mais elevado. E somos frutos disso. Procuramos compreender todo o significado

histórico em que o Brasil vivia naquela hora e constituímos uma frente de partidos que foi dando passos de aprendizagem na política.

Ganhamos a Prefeitura de Rio Branco, no primeiro momento, na qual tivemos um aprendizado enorme com Jorge Viana como Prefeito; depois, tivemos oito anos no Governo do Estado e, agora, uma aprovação para mais quatro anos. É a primeira vez que o PT consegue uma aprovação de três mandatos de Governo do Estado neste País.

Sem dúvida alguma, tivemos, nessa caminhada, nessa travessia, um acúmulo de acertos e os acidentes de alguns erros. Os erros serviram para que aprimorássemos nossas responsabilidades, nossos deveres na construção de um Estado mais justo e mais correto. Isso levou a uma aprovação muito grande da sociedade.

E a minha eleição é fruto desses fatores que tivemos a capacidade de aprender e que fizemos com que fossem edificados dentro do Estado e da capacidade de ampliar uma política de alianças.

Hoje, muitos Partidos constituíram o que chamamos de Frente Popular do Acre. Esses Partidos estenderam a mão na confiança de que o PT dirigirá um processo de afirmação política dentro do Estado. O que mais importa para nós é o direito à cidadania, o direito à dignidade de todos os que lá vivem e a afirmação de um Estado onde a política se torne, sim, um instrumento virtuoso da sociedade e um instrumento de confiança, pois, por intermédio dela, pode-se prestar um serviço à comunidade no seu sentido mais pleno e mais elevado.

Os indicadores atuais nos animam muito. O Acre é o único Estado do Brasil que tem universidade em todos os Municípios. Lá há universidade federal e universidade pública, Senador Mão Santa. Todos os Municípios dão a seus jovens o direito ao acesso à universidade. Municípios que têm 80% da sua população representadas por irmãos índios estão lá com universidade. Há Hospital da Família em todos os Municípios. Há uma luta de afirmação de um processo de desenvolvimento industrial dentro do Estado, onde existe um serviço público eficiente e austero e uma política tributária correta, justa, moderna, atual.

Então, esses fatores construíram uma sensibilidade imensa, um sentimento de confiança muito grande na população do Acre. Penso que o Estado está pronto para servir como uma oficina da política pública no Brasil. Outros Estados estão muito bem constituídos, muito bem representados, e essa troca de experiência, no futuro, vai fazer com que sejam cada vez menores os erros dos políticos que têm uma visão de Estado nos moldes que temos e daqueles que entendem que

política se faz, sobretudo, com humildade, com responsabilidade e menos com a violência das eleições.

A política das ofensas, a política do denunciismo já foi sepultada no nosso Estado. Hoje, a política que nos interessa é a política do grande debate democrático, a política das responsabilidades medidas entre aqueles que apresentam os distintos projetos e uma política que promova a união de todos, independentemente da cor partidária, que queiram defender os interesses da sociedade.

Então, isso é muito claro para nós hoje no Estado do Acre. Por isso, somos fruto de um processo de decisão que trouxe uma belíssima vitória. Tenho confirmado no Acre um sentimento de muita humildade em acolher a vitória do nosso Governador Binho Marques, que fez uma revolução na área da Educação naquele Estado. Tenho a humildade de acolher, com muita gratidão, a população do Estado pela eleição de seis dos oito Deputados Federais e a minha eleição para o Senado também, fruto de muito trabalho, de muita responsabilidade social e política, nunca abrindo mão da coerência.

Quem faz política rompendo laços com facilidade, usando a prática da falta de conteúdo para poder ganhar voto em cima do oportunismo com a sociedade, está perdendo tempo, porque há muito entendimento, há muita compreensão política por parte do eleitor brasileiro, e isso gerou uma grande e bela vitória no Estado.

Concedo um aparte ao meu amigo médico, a meu colega Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PDMB – PI) – Senador Tião Viana, a eleição de V. Ex^a alegre não só o Acre, mas também todo o Brasil. V. Ex^a é ímpar nas suas análises e considerações. Mas me permita, por ser mais avançado na idade, dizer-lhe algo a que V. Ex^a deve agradecer. V. Ex^a é oriundo da ciência da saúde, da Medicina, faz dela a mais humana das ciências, do médico benfeitor. Mas V. Ex^a e todos nós, oriundos da Medicina, temos um Código de Ética, o Código de Hipócrates. Por isso, há aqueles cursos de Deontologia Médica. Então, não vamos buscar o que nos afasta. Siglas partidárias, vamos derrubar esse muro. O que nos une é a bandeira da Ordem e do Progresso, a ciência médica, o Código de Ética de Hipócrates. É esta bandeira que V. Ex^a tem de levantar: a da ética, contra a política sem ética, sem decência, sem honradez, sem honestidade. Eu me alegro porque o vejo continuar. V. Ex^a é mais jovem. É, sem dúvida alguma, essa bandeira que o está tornando grande. Não esqueceu o mártir da democracia, que foi Juscelino, do meu Partido. E quis Deus eu estar falando aqui, da Liderança do PMDB, e o faço com toda a galhardia. Acho que

ninguém, no momento, representa esse estoicismo de Ulysses Guimarães; de Teotônio, doente, moribundo – árvore boa dá bons frutos –, cujo filho estimulamos muito a entrar na luta; de Tancredo, que se imolou; e de Juscelino também, com sua vida. Atentai bem: V. Ex^a trouxe isso. Sei que isso tudo é válido. Árvore boa dá bons frutos. Eu gostaria de conhecer os pais de V. Ex^a. Conheci seu irmão, rapidamente, pois, quando governei o Piauí, ele começou no Acre. Eu o conheço não tão profundamente como conheço V. Ex^a, um dos mais virtuosos homens públicos, que dá aquela esperança nesse meio de tumulto, de confusão. Mas nem tudo é isso. Há Tiões Viana em quem podemos confiar. Então, a sua vitória é a vitória da democracia. Mas não se esqueça: aonde vamos, levamos nossa formação profissional. V. Ex^a, sem querer, leva a ética que o nosso Pai da Medicina, Hipócrates, plantou com o Juramento de Hipócrates, que V. Ex^a guarda e tão bem representa e nunca largou. V. Ex^a representa com grandeza a Medicina. Como Professor, eu o acompanhei. Meus aplausos a V. Ex^a, que, neste momento de desesperança, ressurgiu como a esperança do que está na Bandeira: “Ordem e Progresso”. A sua vitória é nossa; a sua eleição é nossa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço-lhe muito, Senador Mão Santa, o gesto amigo e carinhoso de V. Ex^a. De fato, é um exemplo que V. Ex^a puxa para esse compromisso, que é maior para nós que somos médicos, dentro da política, da ética, da defesa da vida. Fui muito atacado por adversários em uma epidemia que a Amazônia vive hoje. V. Ex^a sabe da sazonalidade da malária, e, ao invés de esquivar-me do debate, eu o enfrentei com o peito aberto, como se diz.

Dois dias após a eleição, eu estava lá, reunido com a equipe técnica e discutindo os últimos momentos de declínio efetivo da epidemia de malária que assolou a região do Vale do Juruá no nosso Estado, enquanto os adversários que atacaram um mês antes apenas viajaram e vão voltar. Nós os chamamos de políticos Copa do Mundo: voltam de quatro em quatro anos para disputar a eleição. Já fui no mesmo local onde eles atacavam, rompendo e mostrando que enfrentamos, como Governo, utilizando políticas de Estado, as adversidades com coragem, com honestidade e com transparência. Possivelmente, por esta razão interior que temos como médicos, que é a honradez e a defesa da vida acima dos interesses da vida pública e dos interesses pessoais.

Agradeço muito essa manifestação carinhosa de V. Ex^a.

Senadora Fátima Cleide, Senador Maguito Vilela e meu amigo, Senador Sibá Machado.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senador Tião Viana, é um grande prazer parabenizá-lo nesta tarde de hoje, também pela sua humildade, pela forma como se coloca. V. Ex^a é uma grande pessoa, mereceu cada voto depositado. Quero também parabenizar o Governador Jorge Viana, o meu companheiro Binho. Conheço o Acre desde a minha infância, tenho para com ele uma relação afetiva e de parentesco muito forte, porque o Acre abraçou metade dos nordestinos da minha família que se dirigiram para lá, que não quiseram ficar no Estado de Rondônia. É impressionante como V. Ex^a coloca a mudança, o desenvolvimento desse Estado após a eleição do Governador Jorge Viana e a sua eleição como Senador da República. V. Ex^a é merecedor de cada voto, com muito carinho. Quero também parabenizar, neste momento, o nosso companheiro Eduardo Suplicy. Juntos, V. Ex^a e ele se tornaram os dois campeões de voto para o Senado Federal nesta eleição. Acredito muito que tudo o que aconteceu no Estado do Acre é exemplo de ética e responsabilidade pública. Ética é, sobretudo, no meu entender, a aplicação do recurso público de forma que ele possa se transformar em benefício. Sei o que é isso porque vivo, infelizmente, uma realidade totalmente diferente. Mas nós não cruzamos os braços, continuamos na luta. Mais uma vez, meus parabéns pela administração que se tem desenvolvido no Estado do Acre, pela sua competência e coragem de enfrentar cada adversidade que se colocou neste período em que V. Ex^a esteve aqui no Senado Federal, contribuindo também para que aquele Estado possa hoje ter o desenvolvimento social que tem. Quiçá, logo, logo veremos o Estado do Acre com o maior índice de desenvolvimento humano da Amazônia. Isso me causa orgulho porque, como irmã amazônida, queremos que cada um cresça para que todos possamos crescer juntos. Meu parabéns.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito. Fique certa de que o Acre, se continuar nesse caminho político adequado, aprovado pela população, não tenho dúvida de que em dez anos estará entre os cinco melhores Estados do Brasil, nos seus indicadores sociais. Tenho absoluta confiança nisso.

Saiba V. Ex^a que o que mais queremos, como vizinhos amazônicos, é uma união com o Estado de Rondônia, onde haja uma política que sirva à sociedade, que mude os indicadores sociais e que reflita uma política elevada, com interesse da sociedade sobre os interesses da ganância e do egoísmo político. V.

Ex^a é uma bela referência política para nós do Estado do Acre.

Meu amigo, Senador Maguito Vilela, um homem que marcou a minha memória política aqui no Senado na defesa do movimento de combate à fome e às desigualdades sociais em Goiás, quando destinou parte dos recursos do Fundo de Participação do Estado para que os goianos mais humildes tivessem direito à dignidade mínima. Um grande e corajoso Senador da República!

Concedo um aparte ao Senador Maguito Vilela, com muito prazer.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Solicitei o aparte, Senador, para cumprimentá-lo pelo brilhantismo do seu pronunciamento e para dizer que o povo do Acre lhe fez justiça. V. Ex^a é um dos Senadores mais brilhantes de toda a história deste País. Um homem extremamente equilibrado, competente, leal, ético ao extremo. Participou agora de uma campanha difícil e foi, proporcionalmente, o Senador mais votado do Brasil. Por isso, quero, em nome do povo goiano, cumprimentá-lo por essa façanha e por essa vitória extremamente merecida. Ninguém mais do que V. Ex^a mereceu a votação que teve. Aliás, o conjunto político do Acre é extraordinário. Seu irmão, Jorge Viana, fez um grande trabalho, um trabalho reconhecido nacionalmente, e até internacionalmente. É também um grande administrador, um grande político e sempre fez política com muita ética, com muita seriedade, com muita transparência. O Acre vem-se transformando realmente. E, para mim, não será novidade que, com esse conjunto político, agora com a eleição de Binho Marques, que é também do grupo, o Acre se transforme num dos Estados mais corretos deste País sob todos os aspectos: meio ambiente, saúde, segurança pública, geração de emprego e social. Creio que cada povo tem o direito de ser feliz, de progredir e cada povo tem de saber escolher seus governantes, aqueles que comandam o Estado. E o povo acreano tem sabido, nas últimas eleições, portar-se com espírito cívico, com patriotismo, com grandeza de caráter e, por isso, o Acre está recebendo o retorno por intermédio desse conjunto político constituído por V. Ex^a, por seu irmão Jorge Viana e futuramente sob a batuta de Binho Marques. Quero também anunciar a V. Ex^a, com muita alegria, com muita felicidade, que em Goiás fizemos um grande acerto. Cem por cento do PMDB, incluindo o Prefeito Iris Rezende, de Goiânia, a Deputada Iris, que teve uma votação extraordinária – elegemos a maioria dos deputados federais e esta-

duais – apoiará o Presidente Lula; cem por cento do PT apoiará a minha candidatura neste segundo turno. Fizemos uma grande parceria e estamos fazendo um trabalho maravilhoso buscando a vitória. V. Ex^a sabe que esse é um sonho antigo. Eu sempre tive afinidade com o PT, sempre defendi o PT, sempre quis o PT conosco. E hoje, em Goiás, realizamos esse acordo e vamos fazer uma belíssima campanha neste segundo turno; uma campanha ética, honesta, para que o povo goiano ganhe com o Presidente Lula, com a minha candidatura e com a minha eleição, se Deus quiser. Muito obrigado! Parabéns! Que V. Ex^a tenha mais um mandato extremamente proveitoso no Senado da República.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Admirável Senador Maguito Vilela, desejo, com absoluta sinceridade, a vitória de V. Ex^a. Saiba que a minha esposa migrou com sua família de Goiás para o Acre nos anos setenta. Ela era criança ainda. E, seguramente, eu e ela pediremos a toda a família dela, que é numerosa, voto para V. Ex^a, porque é um admirável Senador e será, sem dúvida alguma, um grande Governador deste País, no Estado de Goiás. Meus agradecimentos a V. Ex^a.

Concedo um aparte ao amigo Senador Sibá Machado. A seguir, ouço o Senador Suplicy, que o TSE sentenciou como o Senador com o maior número de votos da história do Brasil. Eu, proporcionalmente, também tive uma grande votação nessa eleição.

Senador Sibá Machado, ouço V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Tião Viana, não tive oportunidade de me manifestar um pouco sobre o nosso histórico e o nosso tão bonito resultado eleitoral. Fiz referências mais claras a Binho Marques. Eu estava aguardando este momento para fazê-las a Tião Viana, cuja vitória, se traz alegria para os demais, imaginem para nós lá do Estado. Digo que ter a oportunidade de estar na Presidência do PT neste momento da história é muito gratificante, assim como o é conhecer V. Ex^a desde a década de noventa. V. Ex^a foi colocado como o nosso candidato em 1994; e, em seguida, também para assumir a cadeira de Senador da República em 1998. Eis que agora o Estado do Acre, reconhecendo o brilhante trabalho de V. Ex^a, dá à sua pessoa a mais expressiva votação de um Senador da República em termos proporcionais: quase 89% dos votos. Conte isso ontem, e algumas pessoas ficaram muito admiradas. Esse resultado é consequência do brilhantismo de uma pessoa que tem carinho por tudo o que faz na vida. Quando profissional da Medicina,

antes de fazer carreira política, era um dos médicos mais respeitados e procurados de nosso Estado. Agora, tudo fica dobrado, porque V. Ex^a continua médico e, agora, também como Parlamentar. E as duas escolas do Estado estão hoje reproduzidas: a Escola de Administração Pública, um modelo que Jorge Viana implanta no Estado e que todas as administrações municipais procuram seguir; e a Escola de Parlamento, na qual vemos todos os Colegas aprendendo com V. Ex^a como se faz um brilhante mandato parlamentar. Portanto, ficam aqui, em nome do PT e de todos os amigos nossos – não só do PT, porque ficou suprapartidário esse resultado – os nossos parabéns. Felicidades mil e que Deus conserve a sua pessoa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, que é sobretudo um amigo e alguém que defende as mesmas causas minhas, por um Acre, por uma Amazônia, por um Brasil mais justo e verdadeiro e pela construção de um partido pelo qual temos muito respeito e queremos que erre cada vez menos, estando cada vez mais ao lado do povo brasileiro.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy, meu querido amigo, a quem chamo sempre de meu irmão mais velho.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – São muitos os motivos felizes para eu aqui externar os meus parabéns, os meus cumprimentos pelo seu brilhante desempenho, reconhecido pelo povo do Acre, devido ao seu extraordinário trabalho desde quando aqui chegou, Senador Tião Viana. Tantas vezes nós tivemos afinidades de propósitos e de ações! V. Ex^a tem agido – o Senador Sibá Machado é testemunha disto –, mais do que como amigo; como um irmão, um conselheiro. Volta e meia V. Ex^a diz a mim: “Olha, Eduardo, será que não seria melhor você agir de uma outra forma?”, “Tenha cuidado com isso e com aquilo”, “Na hora de apartear o Senador Mão Santa, veja bem como faz” – só porque ele estava olhando para V. Ex^a. O Senador Tião Viana sempre está fazendo ponderações a mim nas mais diversas situações. Eu quero dizer que têm sido positivos os seus conselhos, as suas recomendações. Eu senti não poder estar lá no Acre, porque eu precisava estar em 645 municípios paulistas – mas não foi possível estar em todos. Eu até pergunto se V. Ex^a conseguiu no Acre ir a todos. Quantos são?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – São vinte e dois.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vinte e dois. Ali ficou um pouco mais fácil. Eu estive em

mais de 50 municípios e também fiz questão de vir aqui pelo menos uma vez quase todas as semanas, mesmo quando não havia sessão deliberativa, porque considerava isso um dever. Com isso, não foi possível estar em todos os municípios, mas assumi a decisão de visitar, e muito, todos os municípios paulistas neste terceiro mandato. Vou ter de planejar, porque não é coisa tão fácil de se fazer. Mas é tão bom saber que o seu trabalho, o do Governador Jorge Viana, o da Senadora Marina Silva – atual Ministra do Meio Ambiente, que especialmente no Acre tem uma presença tão significativa em cooperação com o Governador Jorge Viana, com o Senador Sibá Machado, com o novo Governador Binho Marques, que era Vice-Governador e que agora assume a sucessão – conseguiram tal harmonia de afinidade com o povo! Conseguir 88% dos votos num Estado é um feito fantástico! Imagine se eu tivesse conseguido tal proeza. Consegui cerca de 48% (47,8%), um número muito grande, é claro, mas os paulistas são em maior número. Recebi 8.898.803, quase nove milhões de votos, o que aumenta muito a minha responsabilidade em fazer jus a essa extraordinária confiança. Mas também sou testemunha de que V. Ex^a, além de exercer tão bem o seu mandato como Senador, como 1º Vice-Presidente desta Casa, membro presente em tantas comissões, V. Ex^a procurou se esmerar como médico. Inclusive, durante este mandato, V. Ex^a apresentou a defesa da sua tão bonita tese de doutoramento, à qual tive a alegria de assistir. Além disso, estou sabendo agora que V. Ex^a acaba de ingressar no quadro docente da Universidade Federal do Acre. V. Ex^a poderá estar na universidade nas tardes de sextas-feiras, tal como faço, ou, não sei, nas manhãs de segundas-feiras. Para V. Ex^a, é um pouco mais difícil porque Brasília fica mais distante de Rio Branco. Quem sabe possam os estudantes da área de Medicina da Universidade Federal do Acre ter a satisfação de aprender com V. Ex^a. Se quiser, um dia, que eu vá fazer uma palestra aos seus alunos, vou com muita alegria. Meus parabéns. Seja bem-vindo, com tanta justiça, de volta a esta Casa, para mais oito anos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, que já foi ao Acre diversas vezes. Desde as primeiras disputas políticas que travamos ali, V. Ex^a já nos trouxe conferências extraordinárias de temas, para nós, distintos, como a renda básica de cidadania e o debate de ética, que sempre o guia em sua vida.

Não tenho dúvida de que, em seu terceiro mandato, Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a será um marco

definitivo de apoio, proteção e credibilidade no segundo Governo do Presidente Lula, que precisa muito de apoio e sustentação ética. Sem dúvida, V. Ex^a é uma referência nesse campo dentro do nosso Partido. É alguém que, como eu, tem disposição para enfrentar todas as críticas que são feitas ao nosso Partido, discutindo da refundação a todo e qualquer desafio que o PT tenha pela frente. É alguém determinado a defender o Brasil acima dos interesses de grupos políticos.

Ouç o aparte dos Senadores Marcos Guerra e Romeu Tuma para encerrar, com a tolerância do nosso querido Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Peço a compreensão dos nobres Senadores, visto que já foi dado o dobro do tempo permitido ao campeoníssimo de votos, mas temos uma lista imensa de inscritos. Peço a compreensão de V. Ex^{as}.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senador Tião Viana, V. Ex^a é um parlamentar que merece vários apartes. Confesso que jamais imaginei esta Casa sem V. Ex^a. Falar de V. Ex^a é muito fácil. V. Ex^a tem todas as qualidades que um bom parlamentar precisa ter neste País. Enquanto V. Ex^a faz seu pronunciamento, acessei a Internet para ver os dados da eleição. Quero parabenizá-lo não apenas por ter obtido 88,76% dos votos, dos quais é merecedor, mas também porque o acreano é pé quente. Vejo aqui que Geraldo Alckmin ganhou no Acre no primeiro turno. Então, quero parabenizar o acreano pelo caminhão de votos que deu a V. Ex^a, pelo grupo de parlamentares que elegeu, e agradecer, também, pelos votos concedidos ao Presidente da República Geraldo Alckmin. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, que acompanha a vida do Senado Federal como ninguém, no exercício do mandato, e que está sempre preocupado com temas da ordem econômica brasileira, com os desafios e com os ajustes da macroeconomia para prestar um serviço à sociedade brasileira.

Quanto a essa referência que faz ao candidato Geraldo Alckmin, fique certo V. Ex^a de que o Presidente Lula liderava as pesquisas até dez dias antes do Primeiro Turno, mas essa onda de denúncias ocorridas em São Paulo repercutiu, sim, por meio da imprensa, na sociedade. Isso fez com que houvesse uma diferença pequena, mas temos certeza absoluta de que, agora, o Presidente Lula vencerá no Acre com pelo menos 70% dos votos, pois esse é o recado que a população nos dá todos os dias.

Com anuência do Sr. Presidente, concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Tião Viana, serei rápido. O Senador Mão Santa está nos dizendo que V. Ex^a tem ética porque é médico, assim como Geraldo Alckmin. Meu filho foi presidente do Conselho de Ética do Hospital Sírio-Libanês. Então, convivo com aqueles cujas mãos são abençoadas por Deus para curar as pessoas. Sinto muita afeição por V. Ex^a – V. Ex^a não pode dizer que isso não é verdade –; passamos, inclusive, por momentos difíceis, com algumas contradições e algumas dificuldades naturais da vida política. Não sou político, penso que não tenho qualidades para ser político. Venho de uma atividade do Poder Executivo, uma das mais difíceis, que é a de ser policial, mas me adaptei a pessoas como V. Ex^a, que tem a bondade no coração, o princípio de respeito ao colega, ao semelhante, e de não faltar com a verdade nunca. Além disso, V. Ex^a fala de uma região pela qual tenho amor, que é a Região Norte do País, incluindo o Acre, onde sei que há criação de carneiros. Jesus disse que o bom guia é aquele que sabe guiar os carneiros. E no seu Estado tenho um grande amigo que é especialista na criação de carneiros. Não vou falar que se come bem o carneiro, porque estaria ferindo o princípio de amor ao carneiro. Hoje alguém me dizia que é triste ver um carneiro morrer porque ele chora. V. Ex^a tem todas as qualidades para representar o seu Partido sem ferir a dignidade dos outros. Quando V. Ex^a era Líder – sem crítica a nenhum outro –, eu não diria nem a sua amabilidade, mas a sua qualidade de respeitar os demais Líderes fazia com que se levassem avante os projetos que eram importantes para o Governo. A sua volta é muito especial para este Congresso. Eu, pelo menos, espero poder viver mais quatro anos, se Deus quiser, ao seu lado. V. Ex^a tem uma virtude pela qual o Governo deve abençoá-lo, que é a qualidade da representação que o Governo tem na sua pessoa. Esse carinho, essa dedicação e esse respeito são inigualáveis. Creio que aqui temos grandes Senadores, mas V. Ex^a tem algo especial, que não sei explicar, e eu gostaria de continuar essa amizade.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço-lhe, muito sensibilizado, as palavras e concluo o discurso, respeitando a solicitação da Presidência, dizendo do respeito e do apreço que lhe tenho. V. Ex^a sempre procura colocar a relação humana acima da relação política, da relação partidária. Isso nos cativa a todos, fazendo com que se estabeleça uma relação sempre muito respeitosa com V. Ex^a.

Esteja certo, Senador Romeu Tuma, que, na próxima legislatura, o convívio será ainda melhor, com muito mais respeito, com a construção de mandatos que venham a defender os interesses do Brasil e dos Estados. Ressalto a lealdade e a coerência com o voto que nos foi dado pela população dos nossos Estados.

Agradeço, de maneira muito carinhosa, os apartes de respeito à vitória conquistada pelo povo acreano. O Senado está homenageando o Acre e não a minha pessoa com os apartes que me faz.

Agradeço, Sr. Presidente, de coração e com toda a humildade, o apreço e a confiança renovada do povo acreano, que nos dará a certeza de um segundo turno muito vitorioso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – V. Ex^a merece toda a consideração desta Presidência.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, por cessão do Senador João Batista Motta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, se o Senador Maguito Vilela me permitir fazer uma breve comunicação, por questão de emergência.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Pois não, Senador, com muito prazer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Cavalcanti, há poucos instantes encerrou-se, no Conselho de Ética, presidido pelo Senador Romeu Tuma, o depoimento prestado pela Senadora Serys Slhessarenko, que foi, sobretudo, argüida pelo Senador Relator Paulo Octávio.

Sr. Presidente, a Senadora Serys Slhessarenko nos prestou um depoimento de extraordinária importância, falando de toda a sua trajetória de vida e dizendo que, por tudo aquilo que sabemos dela, de maneira alguma poderia estar envolvida em qualquer procedimento que ferisse a ética.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de requerer seja transcritos nos Anais do Senado o depoimento inicial da Senadora Serys Slhessarenko, com a devida licença do Senador Maguito, a quem agradeço pela oportunidade de me manifestar antes de sua fala.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sen. E. Siqueira
Agradeço, finalmente, por poder falar e por poder ser ouvida, após mais de 120 dias de cruel linchamento público que sofri.

➔ Gostaria de começar dizendo que estou aqui em respeito à sociedade e, em especial, ao Senado, que não pode carregar uma mácula dessa envergadura com 1 de seus membros.

➔ Exerço esse meu direito-dever, dizendo que é muito difícil fazer uma defesa quando não se tem uma acusação ~~clara e precisa~~...lembrando que a acusação contra mim é **sempre indireta** e em instante algum me envolve diretamente com as versões ditas neste Conselho de Ética, *no MPF, Polícia*

➔ Não vou usar do mesmo expediente daqueles que tentaram me envolver nesse escândalo: acusações sem provas; combinações prévias na surdina; ilações irresponsáveis. **Mesmo porque** todos os envolvidos são unânimes em dizer que eu não tenho nada a ver com tudo isso...claro....tudo isso depois de fazerem um estardalhaço sem tamanho e quando as investigações aprofundam, **diante de tantas contradições**, acabaram por admitir que eu nunca *1* estive envolvida com esse escândalo todo.

- Sr. Relator: Senador Paulo Otávio.

➔ Como uma breve introdução, gostaria de ressaltar alguns pontos da minha trajetória política....

1) INICIO DA VIDA POLITICA: Comecei minha vida na Política Universitária – em todas as ocasiões, **sempre eleita** – como chefe de Departamento de Educação, e logo após Coordenadora do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de MT; onde fui professora por 26 anos em sala de aula.

- Secretária Municipal de Educação de Cuiabá-MT, em 1986;
- Secretária Estadual de Educação em MT, em 1987-1988;
- 1º mandato de Dep.Estadual, de 1990-1994;
- 2º mandato de Dep.Estadual, de 1994-1998;
- 3º mandato de Dep.Estadual, de 1998-2002; eleita Senadora da República em 2002. Todos os mandatos pelo PT/MT.

2) Como DEPUTADA ESTADUAL:

➔ Uma atuação sempre muito difícil, por vezes única mulher, por vezes única na oposição, mas sempre acreditando nos ideais que norteiam minha prática política, voltada para os movimentos sociais que sempre participaram ativamente do meu mandato.

➔ Dependo EXCLUSIVAMENTE da minha credibilidade, construída ao longo de 16 anos de vida parlamentar, para continuar na Política....QUE ME TIREM A VIDA, MAS NÃO ME TIREM MINHA DIGNIDADE!!!

➔ Participei de muitos trabalhos na Assembléia Legislativa de MT, às vezes presidindo CPI's, da CPI/COMPRA DE VOTOS; da CPI DA TERRA; da CPI/TRABALHO ESCRAVO; da CPI/MAFIA DO FISCO; da CPI/NARCOTRÁFICO; e ~~de todas as outras~~ ^{tantas outras ações}; suportando pesadas pressões e chantagens, sem ceder um momento sequer.

➔ Comprei várias brigas políticas e nunca arredei o pé delas...não me arrependo, um instante sequer, das denúncias que fiz, ~~nas~~ ^{as} autoridades de MT, ao Ministério Público, ou mesmo das várias ações populares que propus.

➔ MAS OS ADVERSÁRIOS E OS CRIMINOSOS nunca se cansaram em tentar promover escândalos, como se isso fosse me vergar...o absurdo é tamanho que, às vésperas da minha eleição ao Senado Federal (em 2002), fui acusada de ser mandante de tentativa de homicídio, por uma carta anônima e fita de vídeo grampeada e grosseiramente editada – sem que sequer fosse ouvida previamente – mas que um órgão de imprensa local, fez questão de reproduzir, semanas a fio....então o jogo na Política em MT é muito ~~baixo~~ ^{pesado}.

➔ Agora, às vésperas desta última eleição, na qual concorria ao Governo do Estado, aparece esse tal de LUIZ ANTONIO VEDOIN, cada hora falando uma coisa, alguns absurdos atrás de outros, e simplesmente, **do dia para a noite, me envolveram nesse lamentável episódio**. Até a eclosão desse escândalo, NUNCA TINHA OUVIDO FALAR DESSES SENHORES....NUNCA TINHA OUVIDO FALAR NO NOME PLANAN, que aliás, até hoje nem sei onde esta empresa se localiza em Cuiabá.

➔ A CPMI DAS AMBULÂNCIAS me notifica para apresentar defesa, eu a faço (juntando uma série de documentos e disponibilizando todos os meus sigilos, seja bancário, fiscal e telefônico), mas na sessão da Leitura do Relatório Parcial (10/08/2006), um de seus membros **admite expressamente que não leu a minha defesa, e me mandam para o cadafalso**, enquanto outros parlamentares eram sumariamente absolvidos, mesmo com inquéritos abertos no SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL...o que não é o meu caso, já que não tenho inquérito ~~aberto no STF~~ ^{requerida ao STF}.

Caequi 1 parentese: Sr. presidente/Sr. relator

➔ Meus advogados – e aqui em especial meus mais sinceros agradecimentos aos Dr.Reginaldo de Castro e Dr.Davi Machado Evangelista, ^{Alexandre} que por convicção íntima estão nesta empreitada – e já cuidaram da minha defesa técnica... quanto a isto estou totalmente tranqüila; mas gostaria de abordar algumas poucas e rápidas questões.

➔ Tudo isso começou uns 15 dias depois da deflagração exitosa e um trabalho brilhante do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e da POLÍCIA FEDERAL DE MT...quando foram presos os donos da Planan e várias outras pessoas e foram apreendidos uma série de documentos da empresa....nesse período, já tinha vindo à público o envolvimento de dezenas e dezenas de parlamentares, **mas meu nome não.....**a primeira notícia que saiu contra mim, foi do jornal “O Globo” do RJ em 17/05/2006...dando conta que meu nome estaria envolvido no esquema em 2001, ressaltando o jornal que nessa época nem Senadora eu era, enfim....claro...isso caiu como uma bomba em MT...nos dias seguintes virei, para parcela da imprensa de MT, partícipe do esquema....chegaram a dizer que meu nome constava do LIVRO-CAIXA da Planan....CURIOSO é que já fiz 2 ou 3 pedidos à CPMI para que me fornecessem uma CERTIDÃO sobre o que há, se é que há, alguma prova material contra minha pessoa e até hoje, passado tanto tempo, nada me foi fornecido nesse sentido.

Srs. e Sras.

➔ É uma insanidade brutal...toda minha trajetória política é **INCOMPATÍVEL** com o que me acusam....

➔ TEM ALGUMA RAZÃO PARA TUDO ISSO OCORRER?
Como já disse, não vou usar do mesmo expediente dos delinquentes que me acusam sem prova...mas posso intuir algumas coisas....p.ex., depois de se comprovar que

VEDOIN negociava denúncias, é no mínimo estranho que, 4 dias depois de ser lançada oficialmente minha candidatura para o Governo do Estado de MT, VEDOIN faz a acusação contra minha pessoa....aliás...é estranho demais, pois o primeiro parlamentar que ele acusa, na quase centena de parlamentares, nominando e fazendo acusação SOU EU!...No mínimo esquisito....foram 9 dias de depoimento, 153 páginas de interrogatório de VEDOIN à Justiça Federal de MT...um depoimento em delação premiada onde as informações prestadas pelo delator e demonstradas com provas materiais poderia beneficiá-lo e, contudo, o primeiro parlamentar que ele nomina e acusa sou eu!!!, sem nenhuma prova consistente...quer dizer, logo eu sou “escolhida para estreitar” o rol das acusações, enquanto vários outros parlamentares, contra os quais existe prova documental robusta, ou foram simplesmente esquecidos, ou foram relegados a segundo plano....É TUDO MUITO ESTRANHO!

➔ São coisas que não fecham, as contradições são muitas...

- É muito claro que LUIZ ANTONIO VEDOIN era muito “organizado”.... tinha um controle rígido de seu esquema...registrava todas as suas operações, anotava tudo... mas no entanto não sabe sequer precisar o mês, às vezes o ano, que ^{que} ~~diz ter~~ dado o dinheiro QUE ALIÁS, NEM ^{diz que} FOI PARA MIM!!! (tem depoimento que ele fala, SET/OUT de 2003; tem depoimento que ele fala que foi em

“no ano de 2004”; tem depoimento que ele fala que foi “uns 15 dias” depois de SET/OUT de 2003; seu pai já chegou a dizer que foi durante o ano de 2002)...quer dizer...é muita contradição escancarada.

- Uma hora é o filho LUIZ ANTÔNIO que teria entregue o dinheiro; outra hora é o pai, DARCI VEDOIN, que disse que entregou e depois disse que nem na cidade (Cuiabá) estava;

➔ Sempre a minha conduta, no trato com as emendas, foi muito clara...já alertei, inclusive, em várias ocasiões, quer seja dentro do meu gabinete, na relação com os prefeitos, enfim, em várias vezes, que não toleraria nenhuma forma de desvio ou malversação das minhas emendas, dizendo e reiterando várias vezes que se soubesse de qualquer notícia nesse sentido, mandaria apurar com rigor.

Investigações profundas e punições a altura

➔ É importante dizer que minhas emendas para Saúde, no **orçamento de 2004**, observaram rigorosamente o mínimo obrigatório (30%) do total....poderia ter, se quisesse, destinado integralmente os \$2.500.000,00...mas não o fiz...foram destinados \$750 MIL, que depois sofreu um corte de 20%....sendo liberado, portanto, \$600MIL para saúde, em 6 emendas para saúde (1 para Posto de Saúde de Campo Novo dos Parecis e 5 para aquisição de ambulâncias...destas...2 foram “vencidas” (entre aspas) pela

PLANAN....o que não quer dizer nada!!!...aliás, vários outros parlamentares também tiveram suas emendas para Saúde que beneficiaram a PLANAN e nem por isso estão envolvidos com o escândalo das ambulâncias....Não se pode colocar em jogo um mandato de Senador da República, simplesmente porque um delinqüente diz, sem prova alguma, alguém estar envolvido...aliás, LUIZ ANTONIO VEDOIN nem me acusa diretamente....ainda que se admitisse essa história maluca e cheia de contradições, LUIZ ANTONIO já disse, inclusive aqui, no seu último depoimento, que em instante algum dessa trama toda, se falou no meu nome!!!!...É UMA ARMAÇÃO ABSOLUTAMENTE INSUSTENTÁVEL CONTRA MEU MANDATO E A MINHA PESSOA!!!

➔ Gostaria de deixar muito claro que não tenho compromisso com ninguém que eventualmente tenha se aproveitado da minha atividade parlamentar, seja quem for...Caso se comprove qualquer participação daqueles que me cercam ou que estiveram ^{ou não} a meu serviço, que respondam integralmente por seus atos e sejam severamente responsabilizados...

DESDE O INÍCIO DESSA LOUCURA sempre reafirmei meu completo interesse no total esclarecimento dos fatos, disponibilizando toda a espécie de sigilo meu, seja bancário,

fiscal e telefônico. Não posso deixar meu ÚNICO PATRIMÔNIO POLITICO ser vilipendiado desta maneira.

✱ QUERO DIZER POR FIM que apesar de tudo isso ter acontecido comigo, vou continuar não me vergando a tal tipo de torpeza....ao contrario....quando os fatos por si só demonstram minha total inocência com tudo isso, só reafirmam meus propósitos de continuar essa luta....OBRIGADO SENHOR PRESIDENTE, SENHOR RELATOR, SENHORES SENADORES AQUI PRESENTE, SENHORES FUNCIONÁRIOS DESTA CASA,

~~✱~~ meu agradecimento especial para a solidariedade e palavras de apoio de parlamentares que acompanharam meus pronunciamentos.

✱ → Não será demais anotar que todos as entrevistas já realizadas por mim quando da divulgação dos fatos foram categóricas quanto a condenação de todos os envolvidos, com tal intensidade que ^{levei} a família Vidoni a anunciar que deixava o Estado do Mato Grosso. Eu sou, no mínimo, ~~um~~ ingenuo por não dizer nada disso em tal contexto se tivesse qualquer

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Nos termos do Regimento Interno, V. Ex^a será atendido.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assomo a esta tribuna depois de um longo tempo, em função da disputa eleitoral no meu Estado. Por estar disputando o Governo de Goiás, agora já no segundo turno, tive que me ausentar deste plenário, desta tribuna.

Volto hoje, com muita honra, com muito orgulho, para tratar, inicialmente, de um tema que chocou todos nós, brasileiros, que foi o acidente ocorrido com o Boeing da Gol no dia 29 de setembro de 2006. Cento e cinquenta e cinco pessoas perderam suas vidas. Foi o maior acidente da história da aviação no nosso País.

Quero prestar minha solidariedade aos seus familiares e minhas homenagens póstumas às 155 pessoas vitimadas por aquele acidente que consternou todos nós brasileiros, que enlutou a família brasileira, que enlutou todos o País e que sensibilizou o mundo inteiro, tendo em vista que quase todos os Chefes de Estado enviaram condolências às famílias brasileiras por intermédio do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, entre as 155 pessoas vítimas daquele acidente estavam dez goianos, a quem presto, naturalmente, minha homenagem póstuma e a cujos familiares presto minha solidariedade. Do meu Estado, Goiás, dez pessoas perderam a vida: Carlos Luz, Lucas da Silva Lemos, Átila Resende, Marcelo Lopes, Clécio Moraes, Rosana Magalhães, uma médica de Goiânia, e seu filho Pedro, de apenas três anos, Pedro Peixoto, Tiago dos Santos, Salustiano Rocha, com quem estive, em Luziânia, poucos dias antes do acidente – fui recebido por ele numa loja maçônica aqui em Luziânia –, e Ronivon Miranda, também morador daqui de Luziânia, do Entorno da capital.

Dez pessoas, dez goianos que tinham o melhor relacionamento no nosso Estado, gozavam do melhor conceito, pessoas cujas famílias vêm, ao longo dos anos, ajudando a construir o Estado de Goiás.

Quero encaminhar, através do Senado da República, a todos os familiares das vítimas goianas nossos sentimentos, nossas condolências, nossa solidariedade e pedir a Deus que dê muita paz, muito conforto a todas essas famílias goianas, que passaram e passam por um momento de muita dor e muito sofrimento.

Quero, Sr. Presidente, dizer que as eleições em Goiás transcorreram em um clima de muita paz, muita tranquilidade, consolidando, assim, o processo democrático no nosso Estado. Esse clima também se apresentou no resto do País, porque as notícias veiculadas

pela grande imprensa brasileira, em todos os Estados brasileiros, são de que as eleições transcorreram de forma pacífica e democrática em todo o País.

Muitos foram os vitoriosos no primeiro turno e alguns vão disputar o segundo turno. O Presidente Lula também vai disputar o segundo turno com o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin. Como eu já havia dito ao ilustre Senador Tião Viana, em Goiás

fizemos uma grande composição para o segundo turno, formada pelo PT, pelo PMDB, pelo PCdoB, a que também aderiu o ex-candidato Edward Júnior, do PSDC, que concorreu para Governador, para enfrentar o atual Governador de Goiás, que concorre pelo PP, apoiado pelo PSDB. De forma que agora, em Goiás, o PP e o PSDB estarão de um lado e o PT e o PMDB estarão de outro, tanto para apoiar a minha candidatura ao Governo de Goiás, quanto para apoiar a candidatura do Presidente Lula à Presidência da República.

Entendo que os goianos vão participar de uma forma efetiva dessas eleições do segundo turno. Se o povo brasileiro determinou que o Presidente disputasse o segundo turno com Geraldo Alckmin e o povo goiano determinou que Alcides Rodrigues e eu disputássemos o segundo turno, foi porque ele ainda não estava convencido das nossas propostas, das nossas idéias, do nosso plano para Goiás e para o Brasil nos próximos quatro anos.

Iremos disputar, com muita dignidade, com muita ética, com muita transparência, com muita simplicidade e com muita humildade. Aliás, minha vida pública sempre foi caracterizada pela humildade. Minha trajetória sempre foi ao lado dos menos favorecidos, dos excluídos, daqueles que mais precisam do apoio do Governo, das prefeituras, dos poderes constituídos desta Nação.

Quando Governador do Estado, procurei fazer um governo com a maior seriedade e transparência, um governo extremamente ético e voltado para as camadas mais sofridas do meu Estado. Vim para o Senado presidir a Comissão para erradicação da pobreza e da fome no Brasil. Tive o orgulho de contar, nessa Comissão, com a presença de Eduardo Suplicy, Senador brilhante; de Heloísa Helena, que disputou também a Presidência da República; e de Marina Silva, hoje Ministra. Criamos o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Brasil, que está sendo extremamente útil para as camadas menos favorecidas deste País.

Por isso, vou disputar o segundo turno de cabeça erguida, com a consciência tranqüila, na certeza de que farei uma campanha voltada para a ética, uma campanha simples, humilde, até porque vou enfrentar novamente a máquina econômica, o poder político. A reeleição é um desastre para aqueles que estão en-

frentando a máquina dos seus respectivos Estados. Mas vamos com muita humildade, com muita simplicidade, apresentar mais uma vez ao povo goiano as nossas idéias nas áreas de educação, da saúde, da segurança pública, do social, do meio ambiente, dos esportes, da cultura. Enfim, apresentaremos as nossas idéias em todos os setores para a administração pública nos próximos quatro anos.

Sr. Presidente, eu gostaria de abordar um tema que considero relevantíssimo com relação ao entorno de Brasília, que pertence ao Estado de Goiás. Fiquei simplesmente atordoado em ver o abandono que está o entorno do Distrito Federal. É problema de falta de esgoto sanitário, de falta de água tratada, de falta de asfalto nas ruas, de falta de linhas de ônibus, de falta de saúde. Muitos hospitais estão fechados no entorno, sem a menor assistência por parte do Governo Estadual. Ao entorno do Distrito Federal falta tudo: saúde, educação, segurança pública, saneamento básico, moradias, empregos. O Governo goiano, ultimamente, abandonou o entorno do Distrito Federal. Nos últimos oito anos, o entorno não recebeu praticamente nada e, por isso, está com uma população extremamente revoltada e com razão.

Faço um apelo para que o Governo Federal possa ajudar a resolver esses problemas do entorno. Se Deus me der o privilégio de ser eleito novamente Governador de Goiás, quero envidar todos os esforços para resolver esses problemas graves do entorno do Distrito Federal.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Maguito Vilela, V. Exª me permite um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Concedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Cumprimento-o pelo seu desempenho não apenas como Senador, mas pela confiança com que o povo de Goiás resolveu levá-lo para essa disputa no segundo turno. V. Exª, inclusive, esteve à frente, muitas vezes, ao longo dessa campanha. Era o favorito.

Certamente, agora, com a possibilidade de maior equidade no horário eleitoral e com os debates que as emissoras de televisão e rádio vão promover, V. Exª poderá mostrar sua bagagem, sua história, seu conhecimento dos problemas de Goiás e seus compromissos. Dou o testemunho de que fomos colegas na Comissão Mista Especial de Erradicação da Pobreza, por meio da qual tivemos jornadas memoráveis, como a visita que fizemos, no Rio de Janeiro, à residência do professor Celso Furtado, que estava com a saúde frágil. Colhemos um depoimento extremamente interessante, um dos mais bonitos sobre toda a experiência do professor Celso Furtado ao longo

de sua vida. Fez também recomendações sobre como devemos caminhar no sentido de combater a pobreza absoluta, para prover dignidade e liberdade real a todos os cidadãos. Coloco-me à disposição de V. Exª, Senador Maguito Vilela, para transmitir aos goianos o apoio que V. Exª merece. É importante o entendimento que V. Exª está tendo com o próprio Presidente Lula para dar força à sua candidatura. Serão muitas as oportunidades para nossa convivência – tenho certeza. Coloco-me à sua disposição para debater o aperfeiçoamento dos programas de transferência de renda, tais como o Bolsa Família. Conforme V. Exª sabe, pretendemos aprovar uma lei segundo a qual o programa de transferência de renda, aos poucos, priorize os mais necessitados, como faz o Bolsa Família, chegando um dia a se transformar num direito a uma renda básica de cidadania, num direito de toda e qualquer pessoa, não importa a origem, a raça, o sexo, a idade, a condição civil ou mesmo sócio-econômica. Todos poderemos partilhar a riqueza de nossa Nação como um direito à cidadania. Meus cumprimentos a V. Exª. Boa sorte nessa sua renhida batalha.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Muito obrigado.

A Srª Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senador Maguito, V. Exª me concede um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Honrame muito o aparte de V. Exª, um dos Senadores mais atuantes de toda a história do Senado da República do Brasil.

Concedo o aparte, com muito prazer, à ilustríssima e querida Senadora.

A Srª Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senador Maguito, vou lamentar muito não tê-lo mais ao meu lado a partir de fevereiro de 2007. Mas, com muito prazer, parabeno-o pelo resultado da eleição. Nesse segundo turno, pode contar conosco. Tenho uma aliança muito forte com os trabalhadores em educação do Estado de Goiás e sei que todos, nesse momento, estão com V. Exª. Faremos o que pudermos para que V. Exª seja eleito Governador do Estado de Goiás, porque Goiás merece.

Fico muito feliz por saber que, lá em Goiás, o Partido dos Trabalhadores já definiu, 100% do Partido, estar presente nesta jornada, nesse segundo turno, abraçando a bandeira em defesa de seu nome. Lamento muito não poder mais ser sua companheira a partir de fevereiro, mas ficarei muito feliz com a sua presença no Governo do Estado de Goiás. Meus parabéns.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço muito a V. Exª. Parabéns também pelo brilhantismo com que participou nas últimas eleições no seu Estado. V. Exª é uma Senadora que tem realmente engrandecido este País e o povo brasileiro.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Maguito Vilela, antes de mais nada, acredito que o papel de um Governador de Estado vai muito mais além de administrar os anseios, as necessidades e os problemas da comunidade em que vive, que é o seu Estado. Mais do que isso, um Governador deve participar ativamente das opiniões do País, a partir do ambiente em que vive, da sua jurisdição e da sua responsabilidade. Os Governadores também emitem boas e importantes opiniões para o cenário nacional. Nesse resultado eleitoral, imaginava-se que uma disputa no Estado de São Paulo, com o Senador Aloizio Mercadante, pudesse ter essa participação num futuro Governo do Presidente Lula. Hoje, o avanço coloca V. Ex^a, na região Centro-Oeste, como uma dessas expectativas. Particularmente, defendo, no PT, olhando o País como um todo, que um Governador ajuda muito no debate da política, bastante. Eu vejo com clareza que V. Ex^a está preparadíssimo para debater os problemas nacionais. Portanto, rogo, de público, que nossos companheiros do Estado de Goiás façam o que for possível para ajudá-lo no trabalho. Que V. Ex^a se torne o Governador daquele Estado. V. Ex^a já foi Governador e, com certeza, vai fazer o que há de melhor para o Estado de Goiás. Aguardamos que, nessa vitória, V. Ex^a continue sendo um Governador que ajude muito no debate para o futuro segundo mandato do Presidente Lula. Parabéns por ter chegado ao segundo turno. Acredito na vitória de V. Ex^a e, consecutivamente, no crescimento da democracia do País.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Siba Machado, que aqui chegou de forma bastante humilde, consolidou-se, e hoje é uma grande figura deste Parlamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu falava sobre o Entorno do Distrito Federal, que se encontra em total abandono. É preciso que o Governo do Estado de Goiás e o Governo Federal voltem as suas atenções para o Entorno a fim de resolver os problemas de saneamento básico, água tratada, asfalto, geração de emprego e saúde. Principalmente saúde, que é um caos total no Entorno. É muito grande o abandono dessa região importantíssima, em que vivem um milhão e quinhentas mil pessoas.

Quando governamos o Estado, construímos muitas escolas e hospitais na região, pavimentamos ruas e criamos linhas de ônibus, levamos água tratada a muitas localidades e extensões de energia elétrica.

Governo nenhum fez o que nós fizemos pelo Entorno. Por isso, queremos que essa região seja a me-

nina dos olhos do nosso próximo Governo e também do Governo do Presidente Lula.

Acredito na reeleição do Presidente Lula, Senador Sibá Machado. Ele conseguiu fazer com que o Brasil alcançasse os melhores índices econômicos e sociais. Atualmente, o pobre vive muito melhor do que antes. O Presidente precisa consolidar seu projeto, e o povo brasileiro vai entender a necessidade de reeleger-lo. Espero que os goianos marchem com o Presidente Lula, a fim de que, em seu segundo governo, ele continue a fazer com que o País avance mais na área econômica, na área social, em todos os setores. Nós do Centro-Oeste brasileiro esperamos que haja uma política agrícola definida, com a política de preço mínimo, por exemplo, seguro rural, insumos genéricos e zoneamento agrícola. Enfim, tenho certeza absoluta de que teremos a política agrícola de que o Centro-Oeste e o Brasil precisam.

Confio no povo goiano, no povo brasileiro, na minha eleição e na reeleição do Presidente Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Maguito Vilela, o Sr. Roberto Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Maguito Vilela, quis Deus que eu estivesse na Presidência, pois eu gostaria de dar o testemunho da vida de V. Ex^a, que é, sem dúvida nenhuma, um dos maiores nomes vivos do PMDB. V. Ex^a, no momento mais difícil, presidiu o nosso Partido, e eu estava na posse. V. Ex^a teve o melhor comportamento, de todos os pronunciamentos que ouvi, quando queria garantir ao PMDB um candidato próprio.

Todos eles! Perdemos a oportunidade de escolher vários nomes ilustres: Garotinho, Rigotto, Itamar, ex-Presidente, e o símbolo da virtude, Pedro Simon. V. Ex^a e eu estivemos juntos. V. Ex^a não representa apenas o passado, não, mas uma perspectiva de grandeza do nosso Partido.

Digo a V. Ex^a que não vamos ficar no que nos separa. Acredito que, para o momento e para o País, o melhor candidato à Presidência da República é aquele que teria a hierarquia do saber na política, o candidato a Presidente Alckmin.

Com a palavra o orador subsequente, Senador João Batista Motta, do PSDB do Espírito Santo.

S. Ex^a tem direito a usar da tribuna por vinte minutos.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço minhas

as palavras do Presidente Mão Santa com relação ao grande colega e Senador Maguito Vilela. Somos testemunhas de que S. Ex^a foi um grande Governador do Estado de Goiás. Nossa apreciação e admiração por S. Ex^a são muito grandes.

No entanto, Presidente Mão Santa, se o povo de Goiás estivesse, neste momento, sintonizado com a TV Senado e ouvisse o discurso feito pelo Senador Maguito Vilela, por certo, S. Ex^a teria perdido a eleição hoje. E por que, Senador Mão Santa? Porque, em todos os Estados onde há o agronegócio, o Presidente Lula perdeu a eleição, pois não respeitou o homem do campo.

Faliram todos aqueles que produzem carne, soja, arroz, milho e por aí afora. Vamos abastecer nossos mercados, daqui para frente, com produtos do Uruguai e do Paraguai. Já estamos abastecendo nossas lojas com produtos das indústrias chinesas. Essa foi a política cambial, o tratamento que o Presidente Lula dispensou ao homem do agronegócio. Todos sabemos disso.

Lá em Mato Grosso, todas as farinhas estão paradas porque não há mais mandioca para trabalhar, não há preço para produzirem. O campo está abandonado. Nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, que carregam o Brasil nas costas no que diz respeito ao agronegócio, o candidato Geraldo Alckmin já ganhou a eleição, a despeito de Maguito Vilela, de Roberto Requião e de tantos outros líderes que estiveram ao lado do Presidente Lula, no primeiro turno.

A nossa opinião, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, é a de um Senador; lá na Câmara, é a de um Deputado Federal. Temos os nossos partidos, puxamos a sardinha para o nosso candidato; o outro puxa para o candidato dele.

Para todos aqueles que, neste momento, assistem à TV Senado, farei um paralelo do que aconteceu e o que tem acontecido no atual Governo. Para isso, vou ler o artigo escrito por um jornalista. Quem não conhece Arnaldo Jabor? Quem não leu **O Globo** não viu o artigo. Eu o retirei da Internet, porque também não cheguei a ler o jornal. Mas gostaria que o povo brasileiro tomasse conhecimento do artigo, principalmente aquele que não leu o jornal e não conseguiu ler o que escreveu um homem que não tem nada a ver com política; ele é um articulista, um escritor, um cineasta, um culto deste País.

O título do artigo, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, é “A verdade está na cara, mas não se impõe”.

Segue o artigo:

O que foi que nos aconteceu? No Brasil, estamos diante de acontecimentos inexplicáveis, ou melhor, ‘explicáveis’ demais. Toda a verdade já foi descoberta,

todos os crimes provados, todas as mentiras percebidas. Tudo já aconteceu e nada acontece. Os culpados estão catalogados, fichados, e nada rola. A verdade está na cara, mas a verdade não se impõe. Isto é uma situação inédita na História brasileira.

Claro que a mentira sempre foi a base do sistema político, infiltrada no labirinto das oligarquias, claro que não esquecemos a supressão, a proibição da verdade durante a ditadura, mas nunca a verdade foi tão límpida à nossa frente e, no entanto, tão inútil, impotente, desfigurada, broxa.

Os fatos reais: com a eleição de Lula, uma quadrilha se enfiou no governo e desviou bilhões de dinheiro público para tomar o Estado e ficar no poder 20 anos. Os culpados são todos conhecidos, tudo está decifrado, os cheques assinados, as contas no estrangeiro, os *tapes*, as provas irrefutáveis, mas o governo psicopata de Lula nega e ignora tudo. Questionado ou flagrado, o psicopata não se responsabiliza por suas ações. Sempre se acha inocente ou vítima do mundo, do qual tem de se vingar. O outro não existe para ele e não sente nem remorso nem vergonha do que faz. Mente compulsivamente, acreditando na própria mentira, para conseguir poder. Este governo é psicopata.

Seus membros riem da verdade, viram-lhe as costas, passam-lhe a mão na bunda. A verdade se encolhe, humilhada, num canto.

E o pior é que o Lula, amparado em sua imagem de ‘povo’, consegue transformar a Razão em vilã, as provas contra ele em acusações ‘falsas’, sua condição de cúmplice e comandante em ‘vítima’: E a população ignorante engole tudo.

Como é possível isso? Simples: o Judiciário paralítico entoca todos os crimes na fortaleza da lentidão e da impunidade. Só daqui a dois anos serão julgados os indiciados – nos comunica o STF. Os delitos são esquecidos, empacotados, prescrevem. A Lei protege os crimes e regulamenta a própria desmoralização. Jornalistas e formadores de opinião sentem-se inúteis, pois a indignação ficou supérflua. O que dizemos não se escreve, o que escrevemos não se finca, tudo quebra diante do poder da mentira desse governo.

Continua o articulista:

Está havendo uma desmoralização do pensamento. Deprimo-me: ‘Denunciar para quê, se indignar com quê? Fazer o quê?’. A existência dessa estirpe de mentirosos está dissolvendo a nossa língua. Este neocinismo está a desmoralizar as palavras, os raciocínios. A língua portuguesa, os textos nos jornais, nos *blogs*, na TV, rádio, tudo fica ridículo diante da ditadura do lulo-petismo. A cada cassado perdoado, a cada negação do óbvio, a cada testemunha, muda, aumenta a sensação que as idéias não correspondem mais aos

fatos! Pior: que os fatos não são nada – só valem as versões, as manipulações.

No último ano, tivemos um único momento de verdade, louca, operística, grotesca mas maravilhosa, quando o Roberto Jefferson abriu a cortina do país e deixou-nos ver os intestinos de nossa política.

Depois surgiram dois grandes documentos históricos: o relatório da CPI dos Correios e o parecer do procurador-geral da República. São verdades cristalinas, com o sol a pino. E, no entanto, chegam a ter um sabor quase de 'gafe'. Lulo-petistas clamam: 'Como é que a Procuradoria Geral, nomeada pelo Lula, tem o deslante de ser tão clara! Como que o Osmar Seraglio pode ser tão explícito, e como o Delcídio Amaral não mentiu em nome do PT? Como ousaram ser honestos?'

(...) Assim como o stalinismo apagava fotos, re-escrevia textos para coonestar seus crimes, o governo do Lula está criando uma língua nova, uma novi-língua empobrecedora da ciência política, uma língua esquemática, dualista, maniqueísta, nos preparando para o futuro político simplista que está se consolidando no horizonte. Toda a complexidade rica do país será transformada em uma massa de palavras de ordem, de preconceitos ideológicos movidos a dualismos e oposições, como tendem a fazer o populismo e o simplismo. Lula será eleito por uma oposição mecânica entre ricos e pobres, dividindo o país em 'a favor' do povo e 'contra', recauchutando significados que não dão mais conta da circularidade do mundo atual. Teremos o 'sim' e o 'não', teremos a depressão da razão de um lado e a psicopatia política do outro, teremos a volta da oposição mundo x Brasil, nacional x internacional. A esquematização dos conceitos, o empobrecimento da linguagem visa à formação de um novo **ethos** político no país, que favoreça o voluntarismo e legitime o governo de um Lula 2 e um Garotinho depois.

Assim como vivemos (por sorte...) há três anos sem governo algum, apenas vogando ao vento da bonança financeira mundial, só espero que a consolidação da economia brasileira resista ao cerco político-ideológico de dogmas boçais e impeça a desconstrução antidemocrática. As coisas são mais democráticas que os homens.

Alguns otimistas dizem: 'Não... este maremoto de mentiras nos dará uma fome de verdades!'. Não creio [diz o articulista]. Vamos ficar viciados na mentira corrente, vamos passar a falar por antônimos. Ficaremos mais cínicos, mais egoístas, mais burros.

O Lula reeleito será a prova de que os delitos compensaram. A mentira será verdade, e a novi-língua estará consagrada.

Esse texto deve se transformar na maior corrente que a Internet já viu. Talvez assim possamos nós que não somos burros mais uma vez salvar o Brasil. Passe para quantas pessoas você puder. Se você é brasileiro e gosta do seu País faça algo por ele. Esta é a hora!

Presidente Mão Santa, isso é escrito por um homem culto; isso é escrito por um homem da imprensa; isso é escrito por um homem que não se enverga por nada, não se deixa levar pelas mentiras.

Assim, este País vai agora, no dia 29, mostrar que tem juízo, que tem responsabilidade. Não vamos aqui defender o Governo passado, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que nos deu esta maldita reeleição. Não é por causa do Lula que eu estou falando maldita reeleição. Não! Em âmbito federal, ainda podemos entender uma reeleição. Mas quando essa ocorre num Município de dez mil, quinze mil habitantes, em que não há profissionais na política, os prefeitos são tirados do comércio, um farmacêutico, um dono de mercearia, um fazendeiro ou um funcionário público... Muitas vezes entram no poder e, se forem irresponsáveis, sentam-se na cadeira já fazendo campanha para se reeleger. E aí não tem perdão. Vai ser reeleito, evidentemente, porque não tem profissionais na sua oposição, é uma cidade do interior, é uma cidade pequena. Reelege-se, fica oito anos no poder. Em oito anos, ele dizima toda a oposição. Pega um "poste" e o coloca em seu lugar, ficando por trás manobrando com ele, ditando regras, indo muitas vezes buscar os pacotes de dinheiro, fruto da propina que aquele prefeito está concedendo por meio das obras contratadas; depois, manda se afastar da cadeira, sentando-se novamente e são mais oito anos. Isso é um absurdo. Essa reforma política tem de vir acompanhada do fim da reeleição.

Também não podemos continuar com eleições a cada dois anos. O Brasil, a cada quatro anos, perde dois anos com eleições. Não custaria nada seguirmos o caminho que o próprio Lula apontou: cinco anos de mandato, com as eleições todas no mesmo dia.

Somos um País que tem a sua eleição toda informatizada. Levando a "colinha", em meio minuto o eleitor digita os seus números e sai dali satisfeito, sem enfrentar filas. Este País merece ter uma eleição só, em que o prefeito ajude o vereador e vice-versa; que os dois ajudem o deputado; que o deputado estadual ajude o deputado federal, o governador e por aí afora, como foi em 1982, quando tivemos uma eleição linda e maravilhosa.

Precisamos adotar o voto distrital, mas o voto distrital puro. Temos de acabar com essa história de um grande empresário, um homem de dinheiro, entrar em uma campanha na última hora, jorrar dinheiro pelas ruas e sair o mais votado da eleição, em uma de-

monstração de desrespeito frontal a toda a sociedade. Isso tem de acabar.

Esta eleição tem que ser com voto distrital puro. Eleição estadual e federal tem que ser transformada em eleição idêntica às de prefeito, todas no mesmo dia. E o deputado federal tem que ser responsável pelo seu reduto eleitoral para que possa disputar eleição. Precisamos fazer uma reforma política que dê aos brasileiros a satisfação, a alegria de votar e o respeito pela democracia.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado, com muito prazer.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador João Batista Motta, vou rogar a V. Ex^a que transporte esse pensamento ao coletivo do PSDB, porque apresentei duas PECs com as duas propostas que V. Ex^a fez, a PEC nº 20 e a de nº 41. A PEC nº 41 propõe mandato de cinco anos linear para todos – inclusive para o Senado – de vereador a presidente da República, com o fim da reeleição para os mandatos executivos. A PEC nº 20 propõe que em 2014 possamos fazer eleição em turno único, para todas as esferas do Parlamento ou do Poder Executivo, unificando então as eleições em data única e que todos tivessem mandatos por igual. Quais as vantagens disso tudo, entre as demais? Primeiro, uma drástica redução dos custos financeiros de processos eleitorais. Em 2004, as eleições custaram perto de um bilhão.

Imagine-se, a cada dois anos, uma eleição de um bilhão de reais de custos não contabilizados, custos dos partidos, mas apenas os empreendimentos levados pela Justiça Eleitoral. Teríamos, então, duas ou três a cada década, a cada dez anos. Segundo, do ponto de vista das novas alianças político-partidárias, os partidos seriam obrigados a conviver com as suas alianças não só por causa de uma eleição. O Brasil está vivendo um momento complicadíssimo. Cada partido que ganha as eleições, dois anos depois é obrigado a refazer a aliança política. Nosso País está brincando de fazer democracia. Somos obrigados a conviver com as alianças. Além disso, Senador João Batista Motta, considero muito complicado para o desejo do povo. Elegemos um candidato para uma função, e, no ano seguinte, essa pessoa muda para outra, para outra, para outra. E o eleitor não tem nem a possibilidade de ver o seu eleito atuando no cargo para o qual o elegeu. Os dois aspectos foram postos. O Relator era o Senador Tasso Jereissati, Presidente do PSDB, que recusou, na íntegra, a PEC 20 e aceitou em parte a PEC 41, aceitou o fim da reeleição e mais nada. Sugiro que retomemos a conversa, sim; isso é muito bom para o Brasil. É o que há de inovador. Agora, tem um gargalo no meio do caminho, que é decidir se se esticam

ou se encurtam mandatos entre 2008 e 2012. Sugiro que os eleitos de 2008, eleições municipais – vereadores e prefeitos – tenham mandato excepcional de seis anos para coincidir, em 2014, com os mandatos no âmbito dos Estados e da União. Portanto, teríamos essa sua vontade resolvida. Acredito que é vontade não só minha, mas de muitas pessoas. Não tivemos a oportunidade de esclarecer melhor, mas acredito que é inevitável que, seja o Lula ou mesmo o Geraldo Alckmin o Presidente do Brasil no ano que vem, haveremos de refazer a política nacional, sob pena de não termos o desenvolvimento a contento, não termos democracia a contento, e o País vai ficar rodando em círculos, infelizmente, que nem cachorro querendo morder a ponta do rabo.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Eu agradeço o aparte do Senador Sibá Machado e digo que o nosso pensamento sempre coincidiu em tudo, tudo, tudo. Raramente divergimos em alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Batista, Cristo fez o Pai-Nosso em um minuto. V. Ex^a dispõe de um minuto para encerrar.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Muito obrigado, Senador.

Quero parabenizá-lo pela observação e pelas emendas. V. Ex^a está certo. V. Ex^a só está errado porque, por ser um homem do interior do Brasil, um homem de uma cidade agrícola, de um povo que vive com dificuldade, admite que o Brasil tenha de viver com o dólar a R\$2, fazendo o jogo da China; tenha de conviver com o dólar a R\$2, prejudicando, matando e quebrando todo o agronegócio brasileiro; prejudicando todos aqueles que trabalham; prejudicando, assim, todos aqueles que pretendem ver este País maior.

Por exemplo, V. Ex^a viu que agora, na Inglaterra, eles estão querendo fazer a privatização da nossa Amazônia. Mas isso já aconteceu. O Governo Lula já aprovou aqui que qualquer cidadão, qualquer empresa estrangeira possa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a não é igual a Cristo. V. Ex^a dispõe de mais um minuto.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Quem dera eu fosse igual. Eu sou só João Batista, o que anuncia Cristo, como estou anunciando aqui a vitória de Geraldo Alckmin.

Senador Sibá Machado, o estrangeiro vai chegar aqui e vai fazer um contrato de concessão. Já está dito na lei que aquele contrato pode ser dado em garantia de um empréstimo lá fora. O cidadão vai fazer um empréstimo grande, vai comprar avião, vai comprar mansão para viver nababescamente, e daqui a 40 anos, quando eu estiver morto, e o Presidente Lula também, ele vem

aqui e executa o contrato daquela dívida, tornando-se dono daquela área da nossa Amazônia.

Esse foi um crime cometido aqui, com a aprovação de uma medida provisória que o Presidente Lula mandou para esta Casa. Infelizmente, essa é a verdade, claro que contra o meu voto, contra o voto da Senadora Heloísa Helena, contra o voto do Senador Pedro Simon e de tantos outros Senadores que amam este País e querem vê-lo cada vez melhor.

Faço um apelo ao povo deste País para que pense, porque nós precisamos colocar um gerente, um administrador de qualidade, alguém com muita experiência, para olhar esses fatos que acabei de relatar, para que o Brasil possa sair do marasmo em que vive, crescendo míseros 2% ao ano, enquanto qualquer País da América do Sul ou da Ásia está crescendo à taxa de 10%.

Não estamos aproveitando o embalo, a grandeza que temos em nossas mãos. Estamos nos transformando em algozes, em lesas-pátrias deste País. Espero que o povo brasileiro me ouça, que ouça o Senador Mão Santa, ouça todos nós e tenha consciência na hora de votar, para que o Brasil possa melhorar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador João Batista Motta, queremos nos congratular com V. Ex^a pois esse foi um dos pronunciamentos mais lúcidos da história do Senado, com o Estado do Espírito Santo, que tem três grandes representantes: João Batista Motta, Marcos Guerra e Magno Malta. Senador João Batista, V. Ex^a, que é conhecedor da Bíblia, disse que João Batista anunciou Cristo e V. Ex^a anuncia o nosso próximo Presidente: Geraldo Alckmin. Quero dizer ao Paulo Hartung, a quem eu devo favores – quando eu governava o Piauí ele, como diretor do BNDES, me ajudou –, que uma de suas maiores obras foi trazer V. Ex^a a esta Casa. V. Ex^a é, sem dúvida nenhuma, Senador João Batista Motta, uma das melhores e mais brilhantes inteligências do Senado. V. Ex^a uma vez quis me seduzir para criar asas e, como tucano, voar por aí, mas nós estamos no PMDB, aquele PMDB livre que vai seguir a sua orientação no segundo turno da eleição presidencial, votando naquele que tem a hierarquia do saber na política: Geraldo Alckmin.

Com a palavra o Senador da Paraíba, do PRB, Senador Roberto Cavalcanti. V. Ex^a, de acordo com o Regimento, tem direito a vinte minutos. Esperamos que saiba usar o tempo e não abusar como o nosso João Batista.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB

– PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje

o Regimento foi violado ao extremo, mas eu venho em nome da Paraíba...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nós seguimos V. Ex^a, que estava presidindo e foi muito tolerante. O exemplo arrasta, como dizem.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB

– PB) – Serei muito rápido e objetivo.

Hoje, 5 de outubro, nesta Casa foi lembrada a data na qual foi publicada nossa Constituição. Não se pode falar em Constituinte, não se pode falar em Constituição brasileira sem lembrar Humberto Lucena, que deu uma contribuição fantástica à Constituição que hoje o Brasil tem.

Eu evidenciaria duas emendas do saudoso Senador Humberto Lucena: uma referente ao regime presidencialista de 5 anos e outra referente ao acesso ao serviço público por concurso, fato que marcou a gestão pública brasileira. É importante lembrar Humberto Lucena, o articulador; Humberto Lucena, o conciliador; Humberto Lucena, o agregador; Humberto Lucena, a cara do PMDB da Paraíba. Ele foi deputado estadual duas vezes, deputado federal quatro vezes, senador três vezes e duas vezes presidente desta Casa.

O Brasil, a Paraíba e esta Casa perderam o Senador Humberto Lucena em 1998, apenas dez anos após a promulgação de nossa Constituição. A Paraíba sente muito a falta dele. A política da Paraíba não é a mesma após sua morte.

Aproveito este tempo, que garanto cumprir para a tranquilidade dos demais oradores, para me referir ao meu primeiro pronunciamento nesta Casa, em que abordei um tema econômico, a prospecção de petróleo na Paraíba em duas bacias: bacia sedimentar da plataforma continental, chamada Bacia Paraíba-Pernambuco, e a bacia do Rio do Peixe, especificamente na cidade de Sousa.

Foi uma luta bastante interessante, pois se tratava da defesa de um tema que domino, que se reporta à área econômica, à estruturação do Estado, para que a Paraíba deixe de ser um Estado tão sofrido e economicamente tão desestruturado.

Repito que a luta foi muito bonita e começou na ANP, Agência Nacional de Petróleo, na qual tive excelente receptividade. Porém, existiam obstáculos estratégicos. Após os contatos com a Agência Nacional de Petróleo, estendemos o pleito e levamos a solicitação ao Sr. Ministro. S. Ex^a e todo o seu gabinete nos deram a máxima atenção, mas sempre esbarrávamos em problemas burocráticos, em problemas técnicos, que inibiam a rápida inserção da Paraíba no rol dos Estados em que a produção de petróleo será iniciada.

Ontem, de manhã, estive com o Presidente Lula, que, em um ato de extrema sensibilidade política, de-

terminou que a Paraíba fosse incluída no rol dos Estados com perspectiva de produção de petróleo. Toda a Paraíba agradece essa decisão tomada pelo Presidente Lula, que na Paraíba recebeu quase 70% dos votos. A região de Sousa, cidade que tem o nome da família do Sr. Presidente neste momento, necessitava ter sua auto-estima elevada. A região necessitava de algum acontecimento econômico que marcasse o seu destino de progresso, o seu destino no futuro. Aquela região estava ancorada economicamente na cultura do algodão, que na Paraíba, no Nordeste como um todo, foi dilapidada, destruída. Hoje, quase inexistem por razões diversas, como clima, legislação trabalhista e uma série de outros fatores. Hoje, a região de Sousa, a Paraíba e o Nordeste devem ao Presidente Lula esta decisão estratégica de fazer com que fossem priorizadas a prospecção e a produção de petróleo no nosso Estado.

Sr. Presidente, era isso que eu tinha hoje a agradecer. É muito fácil vir a esta tribuna bater; é muito fácil vir a esta tribuna acusar; é muito fácil vir a esta tribuna reivindicar, mas é muito importante que se venha a esta tribuna quando se trazem resultados. Graças ao Presidente Lula, eu hoje venho a esta tribuna para agradecer, em nome do povo da Paraíba.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O nosso agradecimento pela capacidade sintética do grande Senador da Paraíba.

Concedo a palavra à Senadora, do PT do Estado de Rondônia. Regimentalmente, V. Ex^a tem vinte minutos – eu jamais ousarei cortar sua palavra.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)
– Muito obrigada, Sr. Presidente.

Como disse o Senador que me antecedeu, Roberto Cavalcanti, é muito importante que venhamos a esta tribuna para agradecer.

Ocupo hoje esta tribuna para agradecer. Agradecer carinhosamente os mais de 185 mil eleitores de Rondônia que a mim confiaram seu voto neste pleito eleitoral.

Candidata a Governo do Estado, tive a alegria, nesta segunda campanha em que meu nome se submete à apreciação do eleitor, de ter o reconhecimento de cidadãos e cidadãs que comigo sonharam e acreditaram nas propostas da nossa coligação denominada Rondônia no Coração. São propostas sustentadas pela diretriz de promover em Rondônia o desenvolvimento responsável, o desenvolvimento que abomina o desperdício dos recursos naturais.

O desenvolvimento que agrega valor a nossos produtos, acabando com a mera condição de corredor de exportação de nossas matérias-primas.

O desenvolvimento que reconhece na ciência, na pesquisa e na tecnologia instrumentos vitais para o planejamento e o crescimento econômico do Estado de Rondônia.

O desenvolvimento que fortalece a agricultura familiar, não bastando estradas, mas também acesso ao crédito – como está fazendo o Presidente Lula em nosso Estado –, à assistência técnica, à saúde.

O desenvolvimento que potencializa na educação de nossos jovens a oportunidade para o trabalho de qualidade. Por isso, nosso programa tinha como eixo a educação técnico-profissional.

O desenvolvimento que valoriza o funcionário público, agente essencial para o funcionamento o pleno funcionamento do Estado brasileiro.

Eleitores de todas as classes sociais, trabalhadores do comércio, policiais militares, civis, trabalhadores da educação e da saúde, trabalhadores rurais, empresários, comerciantes, estudantes e donas de casa reconheceram a necessidade de mudança, apostando nessas propostas, que, indiscutivelmente, levariam Rondônia a uma nova realidade. Enfim, propúnhamos no nosso Plano de Governo mudar a realidade social do Estado, que pode ser resumida numa frase: Estado rico com povo pobre. Isso é demonstrado pela Pnad – Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar – que, em Rondônia, constatou que, em 75% dos nossos domicílios, a renda familiar está em torno de meio a dois salários mínimos no máximo. É um absurdo para um Estado que é detentor de tantas riquezas naturais e minerais, cujo valor ainda não mensuramos.

Mas quis a vontade soberana do eleitorado reeleger o atual Governador. Respeito e aceito essa decisão, mas é necessário alertar o meu querido povo de Rondônia da necessidade de fiscalizar este Governo, de cobrar políticas para geração de emprego e renda, principalmente para os nossos jovens, atendimento digno na saúde e, principalmente, o fim da violência. É impossível, Sr. Presidente, um Estado com uma população de apenas 1,5 milhão de habitantes ser detentor de marcas que estão entre as primeiras do Brasil, demonstrando que o nosso Estado é um dos mais violentos do País.

É isso que farei daqui, nas trincheiras da tribuna do Senado Federal. Serei vigilante implacável do Governo reeleito. É minha obrigação e dever, principalmente com aqueles que confiaram esta responsabilidade à minha pessoa.

Fiz uma campanha propositiva, sem ataques a meus adversários, embora tenhamos muitas coisas

a dizer. Fiz uma campanha limpa, modesta, sem uso da máquina pública. Em Rondônia, administramos diversos órgãos e instituições federais, sete municípios, entre eles a capital do Estado. Infelizmente, isso não aconteceu do outro lado. Tanto é que, próximo ao dia da eleição, a chefe da imprensa oficial do Estado foi presa, porque foi flagrado o caminhão da coligação a que pertence o Governador reeleito, retirando papel da imprensa oficial para a sede da gráfica onde era reproduzido o seu material.

Levei propostas concretas e viáveis ao povo de Rondônia, e no último debate na televisão boa parte da população pôde se certificar da qualidade de nossa campanha, de nossos propósitos, de nossa disposição em oferecer uma alternativa, um rumo político novo para Rondônia.

Continuarei defendendo os ideais de uma sociedade que respeita as diferenças. Continuarei defendendo a parceria e o diálogo, condições essenciais para um governo transparente e aberto à participação popular.

Continuarei defendendo o desenvolvimento que considere o ser humano em primeiro lugar, o desenvolvimento que faça uso de nossas imensas riquezas naturais de forma responsável e equilibrada, para melhorar a qualidade da renda do nosso povo.

Continuarei defendendo o bom uso dos recursos públicos, a administração correta e eficiente.

Continuarei defendendo as minorias, os mais necessitados e desamparados. E continuarei a defender as políticas públicas adotadas pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Governo que reduziu a pobreza no País e que apresenta os melhores indicadores sociais dos últimos dez anos.

Como fez o Senador Roberto Cavalcanti, eu também faço desta tribuna questão de agradecer ao Presidente Lula, porque se existem investimentos hoje no Estado de Rondônia são, com certeza, Sr. Presidente, investimentos do Governo Federal.

Os eleitores de Rondônia, que de coração aberto depositaram suas esperanças em minha candidatura e na do Presidente Lula, podem continuar contando com o meu trabalho e com a atuação dos Deputados Eduardo Valverde e Anselmo de Jesus, reeleitos para a Câmara Federal, assim como podem contar também com o trabalho dos Deputados Neri Ferigolo, Professor Dantas e, também, do nosso companheiro Dr. Ribamar Araújo, eleitos para a Assembleia Legislativa de Rondônia. Com certeza, farão um trabalho que merecerá destaque naquela Casa.

Estamos satisfeitos e conscientes do dever cumprido, fazendo política diferente em Rondônia: prestando contas do mandato, acompanhando a execu-

ção de cada centavo das emendas dos recursos que conseguimos mobilizar do Orçamento Geral da União, atendendo às demandas dos movimentos sociais e tratando com igualdade todos os prefeitos e prefeitas do meu Estado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso deixar de parabenizar as vitórias que o meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, obteve na eleição para governos de Estado em primeiro turno. Festejo a eleição do ex-Ministro Jaques Wagner para o Governo da Bahia, mais um passo importante naquele querido Estado.

Festejo também as vitórias de Marcelo Deda, em Sergipe; de Wellington Dias, no Piauí; e de Binho Marques, no Acre. Com reais chances de vitória, a nossa companheira Senadora Ana Júlia, no Pará; e o ex-Ministro Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul, devem se unir aos quatro eleitos, quando poderemos passar a contar com seis Governadores.

Festejo igualmente a eleição de 83 Deputados Federais pelo Partido dos Trabalhadores, a segunda Bancada na Câmara dos Deputados, o que de modo nenhum me surpreendeu, mas certamente deixou desapontados comentaristas e analistas da artilharia pesada contra o Partido dos Trabalhadores, que anunciavam encolhimento drástico de nossa Bancada na Câmara.

Embora a Bancada feminina na Câmara não tenha crescido – continuamos com 45 Deputadas –, devo saudar o esforço de todas as mulheres que participaram dessas eleições. Saudar seu exemplo, exemplo que foca a determinação de aumentarmos a participação da mulher no processo político. Impossível aqui listar todas as mulheres da Região Amazônica que deste processo participaram. Em meu Estado parabeno a Deputada Federal Marinha Raupp, que obtém seu quarto mandato; e, no Amapá, quatro mulheres elegeram-se Deputada Federal, fenômeno sem dúvida digno das crônicas políticas desta eleição. Saúdo, especialmente, a ex-Governadora Dalva Oliveira, do PT, e Janete Capiberibe, do PSB.

Nesta eleição, lamento um *ranking* negativo, para variar, em meu Estado, Rondônia. O Estado, segundo levantamento da Polícia Federal, liderou o número de prisões no dia das eleições – foram 85 detenções de um total de 251 no País. Somente na minha cidade, Porto Velho, foram detidas 53 pessoas pelos crimes de boca de urna, distribuição de combustível e de alimentos e distribuição de material de campanha. É um indicador, infelizmente, do quanto é crônica a ilegalidade perpetrada pelo poder econômico. E isso, Srs. Senadores, mesmo com as pesquisas de intenção de votos favoráveis aos candidatos endinheirados. Mas

sei que esse tipo de coisa ganha, a cada eleição, o repúdio de maior número de eleitores.

É preciso, por outro lado, ficar atento, porque os enganadores estão em toda parte e vão, neste segundo turno, Senador Sibá, tentar tirar, com métodos escusos, a hegemonia que o Presidente Lula tem na capital do meu Estado, Porto Velho.

Aliás, quero pedir ao Governador reeleito, Ivo Cassol, do PPS, coordenador, no Estado, da campanha do candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, que desça do palanque, que pare de atingir, com ofensas, com palavras de baixo calão, a minha pessoa, a pessoa do Senador Amir Lando, a pessoa dos seus concorrentes e principalmente a pessoa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Tenho certeza de que os eleitores do atual Governador não o reelegeram para isso e não querem ver esse tipo de baixaria acontecer no meu Estado.

Não iremos permitir, Sr. Presidente, que isso aconteça.

Conto com os eleitores rondonienses, com a nossa militância, para termos um segundo turno vitorioso. Vitorioso, sim, para o País, que tem muito mais pobres do que ricos; para o País, que é sustentado pela agricultura familiar, e não pelos 200 homens do agronegócio.

Agradeço também, Sr. Presidente, à Direção Estadual do PT, do PCdo B, do PRTB, do PSC, que confiaram a mim esta tarefa de representá-los em tão importante disputa ao Governo Estadual.

Ouçó, com prazer, o aparte do Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Senadora, congratulo-me com V. Ex^a pela brilhante campanha que fez. Foi uma campanha limpa e humilde, com pouco dinheiro, sem avião, sem helicóptero para percorrer o Estado de ponta a ponta, sem comícios, por falta de estrutura. E V. Ex^a teve um desempenho fantástico, com aproximadamente 25% dos votos...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Quase 26%; foram 25,9%.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Com 25,9% dos votos. Era uma eleição para se levar para o segundo turno. Infelizmente, isso não aconteceu. Penso que é salutar a disputa em segundo turno, porque dá uma oportunidade a mais para os eleitores refletirem sobre os dois postulantes finais, como acontece agora no Brasil. Em Rondônia, seria muito bom que V. Ex^a, que ficou em segundo ou outro candidato que tenha ficado em terceiro ou quarto lugares, pudesse ter disputado o segundo turno. Infelizmente, isso não foi possível, mas dou parabéns a V. Ex^a pela campanha limpa, séria e honesta que fez, como já falei, humilde, de pé no

chão mesmo, rumo ao Governo de Rondônia. É esse tipo de campanha que engrandece a democracia brasileira e a do nosso Estado. Parabéns mais uma vez a V. Ex^a. Muito obrigado.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Eu é que agradeço, Senador Valdir Raupp, e espero que a partir deste segundo turno das eleições presidenciais, possamos construir um projeto diferente para o Estado de Rondônia, um projeto que conte com o apoio de forças que realmente desejam ver a mudança do nosso Estado, que é tão rico, mas que, infelizmente, detém, no *ranking* de pobreza, um dos primeiros lugares do País. E isso para nós é inadmissível.

Espero contar com V. Ex^a, com o PMDB de Rondônia, nessa jornada, para que possamos oferecer ao cidadão e à cidadã rondoniense uma perspectiva de esperança, pelo menos.

Ouçó com prazer o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora, queria dizer o quanto nós do Estado do Acre respeitamos V. Ex^a e admiramos os esforços que tem feito ao longo da sua vida pública em Rondônia, com as dificuldades que o Estado oferece, em função das distâncias, da situação geográfica, e das questões já apresentadas aqui pelo Senador Valdir Raupp. Temos tido sucesso em Porto Velho: V. Ex^a aqui no Senado Federal e dois colegas nossos eleitos para representação na Câmara dos Deputados, repetindo agora essa votação. Demos um passo significativo no Estado de Rondônia. Considero esse esforço muito parecido com o que, na Biologia, é chamado de resiliência: quando um lixo da natureza é duramente agredido e que, com o passar do tempo, ele se supera com suas próprias condições e consegue se reabilitar. Ainda acho que foi correto o que aconteceu em Rondônia, quando o PT e sua aliança política e o PMDB e sua aliança política trilham independentemente porque tinham que apostar num segundo turno. Não podíamos cometer o erro de apostar numa eleição plebiscitária de ter apenas duas concorrências lá. No nosso entendimento, isso atrapalharia a possibilidade de conversar melhor com a sociedade sobre os eventos que pairaram sobre o Poder Legislativo, Executivo e Judiciário do Estado. Ficou o Estado atribulado, a sociedade meio atônita, sem saber em que porta bater para fazer até alguma reclamação. Então, acho que foi de muita coragem. Não gosto de olhar para um processo eleitoral, seja com resultado vitorioso ou não, como se aquele fosse o último dos resultados. São experimentos. São experiências. A sabedoria popular se compara aos desígnios divinos. Isso são testes e somos cobaias dessas experiências. Devemos, portanto, tratá-las com a grandeza que V. Ex^a traz no pronunciamento de hoje. Continuaremos juntos,

insistindo no diálogo com a comunidade rondoniense, para que ela possa compreender que aquele Estado tem um potencial enorme de ser um dos Estados mais importantes do ponto de vista econômico e também político-social. Parabenizo V. Ex^a pelo trabalho e pelos votos que os rondonienses deram à Governadora.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Senador Sibá Machado. Devo dizer que este é o nosso sonho, o de ver o Estado de Rondônia industrializado, potencializando a agroindústria, principalmente para fortalecer a agricultura familiar. Temos potencial de riqueza, e digo que hoje Rondônia é um dos Estados mais ricos do País. Foi abençoado por Deus e tem de tudo.

Agora mesmo, somos chamados mais uma vez para oferecer uma das riquezas que a mãe natureza nos deu, que é a água, para gerar energia. Nós, no Estado, não precisamos – neste momento, temos em construção 39 pequenas centrais hidrelétricas e mais duas hidrelétricas de médio porte –, mas oferecemos o nosso recurso natural para que o Brasil não sofra possíveis apagões, caso não se construam imediatamente as hidrelétricas do Madeira. Novamente somos chamados e oferecemos o nosso recurso natural como matéria-prima para o desenvolvimento e o crescimento econômico deste País, mas, desta feita, vamos participar de uma forma diferente. Quero contar com a parceria dos Senadores e do Governo do Estado do Acre para que possamos nos colocar não de forma ajoelhada diante da Nação, mas de forma soberana, porque detemos riquezas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora, nós nos associamos ao pronunciamento de V. Ex^a. Deus escreve certo em linhas tortas. Sei que o Senado ganhou com a convivência com V. Ex^a, que representa, com muita grandeza, a mulher brasileira, a professora e a política de bons costumes.

O próximo orador inscrito é o Senador Sibá Machado. O Senador Valdir Raupp também pediu para fazer uso da palavra. Como devemos encerrar a sessão às 18 horas e 30 minutos, o Senador Sibá Machado e o Senador Valdir Raupp dispõem do tempo restante em comunhão. Assim como se divide o pão, V. Ex^{as} dividem o tempo.

Convido para ocupar a tribuna o Senador do PT do Estado do Acre, nascido no nosso Piauí, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, que preside a sessão, Senadora,

Senador Valdir Raupp, insisti em vir à tribuna no dia de hoje porque estamos em pleno momento de vivência do segundo turno para, no dia 29 de outubro, escolher o Presidente do Brasil a partir de janeiro próximo.

Trago aqui um artigo escrito por Emir Sader que me estimulou a provocar um debate. Eu já estava com muita vontade de fazê-lo na semana passada, mas eis que agora me chega a oportunidade.

Emir Sader escreve seu artigo fazendo uma pergunta e uma provocação:

O que está em jogo?

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se a Petrobras vai ser privatizada – como afirma o assessor de Alckmin, Mendonça de Barros, à revista Exame – e, com ela, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Eletrobrás.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se os movimentos sociais voltarão a ser criminalizados e reprimidos pelo Governo Federal.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se o Brasil seguirá privilegiando sua política externa de alianças com a Argentina, a Bolívia, a Venezuela, o Uruguai, Cuba, assim como os países do sul do mundo, ao invés da subordinação à política dos EUA.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se retornará a política de privataria na educação.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se a política cultural será centrada no financiamento privado.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se teremos menos ou mais empregos precários, menos ou mais empregos com carteira de trabalho.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se haverá mais ou menos investimentos públicos em áreas como energia, comunicações, rodovias, saneamento básico, educação, saúde, cultura.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se seguiremos diminuindo as desigualdades no Brasil mediante políticas sociais redistributivas – microcrédito, aumento do poder aquisitivo real do salário mínimo, diminuição do preço dos produtos da cesta básica, bolsa-família, eletrificação rural, entre outros – ou se voltaremos às políticas tucano-pefelistas do governo FHC.

O que está em jogo no segundo turno é tudo isso – o que, por si só, é de uma enorme proporção e já faz diferença entre os dois candidatos. O que está sobretudo em jogo no segundo turno é a inserção internacional do Brasil, com conseqüências diretas para o destino futuro do país.

Com Lula se manterá a política que privilegia a integração regional e as alianças Sul/Sul, que se opõem à Alca em favor do Mercosul. Com Alckmin se privile-

giariam as políticas de livre comércio: Alca, assinatura de Tratado de Livre Comércio com os EUA, isolamento da Alba, debilitamento do Mercosul, da Comunidade Sul-Americana, das alianças com a África do Sul e a Índia, o Grupo dos 20.

O que está em jogo no segundo turno é a definição sobre se o Brasil vai subordinar o seu futuro com políticas de livre comércio ou se o fará em processos de integração regional. Isso faz uma diferença fundamental para o futuro do Brasil e da América Latina. Adotar o livre comércio é abrir definitivamente a economia do país para os grandes monopólios internacionais – norte-americanos em particular –, é renunciar a definir qualquer forma de regulamentação interna – de meio ambiente, de moeda, de política de cotas, etc. É condenar o Brasil definitivamente à centralidade das políticas de mercado, com a perpetuação das desigualdades que fazem do nosso o país mais injusto do mundo.

O que está em jogo no segundo turno então é se teremos um país menos injusto ou mais injusto, se teremos um país mais soberano ou mais subordinado, [de joelhos, cabisbaixo, tímido, envergonhado], se teremos um país mais democrático ou menos democrático, se teremos um país ou se nos tornaremos definitivamente em um mercado especulativo e nos consolidaremos como um país conservador dirigido pelas elites oligárquicas (como um mistura de Daslu mais Opus Dei). Se seremos um país, uma sociedade, uma nação – democrático e soberano – ou se seremos reduzidos a uma bolsa de valores, a um *shopping center* cercado de miséria por todos os lados.”

Com isso, Sr. Presidente, avaliando o modelo de administração apresentado pelo PSDB, aqui está o divisor de águas, entre os propósitos apresentados pela aliança política liderada pelo PSDB e pela aliança política liderada pelo Partido dos Trabalhadores.

Nós tivemos a retomada liberal a partir dessa aliança política. E sabemos, Sr. Presidente, que, ao longo da história, o retrato do liberalismo tem de ter limite, porque, caso contrário, ocorre uma quebra como a da Argentina, a do México, a da África do Sul e até mesmo a norte-americana, em 1929.

John Maynard Keynes – economista cujos pensamentos há três ou quatro décadas são aceitos no mundo –, depois da quebra da bolsa de valores norte-americana, em 1929, propôs o intervencionismo. Ele não é socialista, é uma pessoa de pensamento eminentemente capitalista, mas sabe que as regras do jogo têm que ter limite, entre a ambição da força do empresariado e a responsabilidade do Estado para com o conjunto da sociedade.

Estou lendo para o meu mestrado, Sr. Presidente, exatamente sobre essa área. Estou fazendo mestrado na área de desenvolvimento regional, revitalizando um pouco essas informações, e fico preocupadíssimo, porque todos os analistas liberais dizem que tudo se resolve a partir dos interesses de mercado. E quem fica com os que estão à margem do mercado? Como eles ficam? Isso tem que ser dito.

O Sr. Geraldo Alckmin não está discutindo essas questões. Está um vazio puro. Não está indo a público dizer o que pretende fazer do Brasil. Está se escondendo. Diz palavras soltas, palavras ocas, sem sentido nenhum. Fala de choque de gestão. O que é choque de gestão? Ele tem que vir a público dizer o que é choque de gestão. Choque de gestão significa o quê? Como personalidade pública – e quero aqui fazer um comentário sobre isso – o histórico de vida de Alckmin o coloca em uma situação complicada, porque, quando teve oportunidade de ser líder político, trilhou o caminho da intolerância.

Há vários artigos abordando isso. É uma pessoa que está muito mais vinculada ao fim do diálogo, que não gosta do diálogo, que prefere...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Sibá Machado, permita-me interrompê-lo para, regimentalmente, prorrogar a sessão por quinze minutos, a fim de que V. Ex^a possa concluir seu discurso e o Senador Valdir Raupp, que está pacientemente esperando, possa usar a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, faço este debate, porque, com justa razão, os que vêm à tribuna do Senado Federal ou vão a qualquer tribuna de qualquer ambiente de debate abordam a questão da ética. Muito bem! Agora, debater a questão da ética no calor do primeiro turno, quando não estava em jogo a investigação, e sim a disputa eleitoral. No segundo turno – sabiamente, o povo escolheu o segundo turno –, teremos tempo para tratar de todos os temas do País. Vamos tratar da questão da ética, assim como também da segurança pública e dos rumos do País. Vamos discutir se continuaremos no rumo da soberania nacional ou se partiremos para o entreguismo, se vamos submeter a soberania brasileira aos interesses internacionais, se vamos poder discutir nossa política internacional olho no olho ou se vamos nos submeter, se vamos nos envergonhar. Esses assuntos é que interessam ao País.

Não quero nem tratar das questões internas, das questões relativas à distribuição de renda, porque já sabemos, de antemão, que a aliança PFL/PSDB não está se importando com isso. Pegamos um País cujo endividamento, na relação dívida/PIB, estava na ordem

de 60%; o Presidente Lula conseguiu baixar esse número para 50% e ainda se propõe a, no seu próximo mandato – e o Presidente haverá de ter esse próximo mandato – fazer com que cheguemos a 2010 com o nosso País, de fato, tendo feito seu dever-de-casa para o tão sonhado desenvolvimento sustentável.

Sr. Presidente, estarei aqui todos os dias, durante o debate do segundo turno, mesmo nas sessões sendo não-deliberativas, para debatermos assunto por assunto, não apenas o assunto daqueles que fazem uma campanha... No meu entendimento, o PSDB deu a entender que nem eles queriam o seu candidato. A forma da escolha – três pessoas para escolher um candidato a Presidente da República – mostra como é a democracia interna. Apesar de todos os defeitos internos do meu Partido, ninguém é instado a ter um compromisso público, a passar por um processo eleitoral, sem passar pelas instâncias partidárias, pelo menos. A pessoa tem que ter apoio da militância, tem que participar de debates para colocar o seu nome. No PSDB, três pessoas escolhem aquele que poderá ser o mandatário da Nação! Depois, ele ficou entregue a ninguém. Agora, porque ele passou para o segundo turno, houve uma nova reorganização de pessoas.

Nós queremos, Sr. Presidente, vir a esta tribuna com toda a tranquilidade. Se tivermos que explicar qualquer problema, nós o faremos. Afora isso, nós viemos a esta tribuna discutir o País. Ser Presidente da República vai muito além de palavras vãs, de palavras sem sentido, de bravatas. Poderá estar enrustida, subliminarmente, nas entrelinhas desse debate malfeito pela aliança PFL/PSDB, a intenção de voltar o País à incerteza do seu sucesso econômico, voltar o País à subserviência norte-americana, voltar o País à concentração absurda de renda. Isso nós haveremos de debater todos os dias, aqui na tribuna do Senado ou em qualquer outro lugar.

Ouçõ, com atenção, o Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Sibá Machado, o discurso é maravilhoso. Votei no Presidente Lula duas vezes. Eu também acreditei no discurso. A diferença é que V. Ex.^a continua acreditando. V. Ex.^a citou o articulista que fez referência às políticas desenvolvidas, mas V. Ex.^a chegará à conclusão de que seu discurso não tem nada a ver com a verdade, já que o Presidente Lula privilegiou, neste País, os banqueiros. Foram eles que ganharam dinheiro, enquanto os pobres...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador João Batista Motta, quem criou o Proer foi Fernando Henrique Cardoso. Ninguém salvou banqueiro como Fernando Henrique, criando o Proer. Então, não podemos dizer isso em relação a uma empresa no

sistema capitalista, cujo objetivo é o lucro. Os bancos, tradicionalmente, cresceram em todos os governos, mesmo quando a inflação era galopante.

O debate está sendo travado como se não tivéssemos conhecimento da história. A iniciativa do Proer, programa para salvar banco quebrado, falido, por irresponsabilidade seja de quem for, partiu do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Sibá Machado, salvar uma Varig, um sistema bancário ou uma Vale do Rio Doce é compreensível. Todavia, dar os lucros, dar a riqueza do povo brasileiro só para meia dúzia de empresários só o Presidente Lula fez até hoje. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, privatizou a telefonia e o povo brasileiro está feliz com isso. Ele privatizou a Vale do Rio Doce – a meu ver, isso foi um engano –, mas ela está dando lucro, está exportando.

A Lei Kandir isentou a Vale do Rio Doce quando ela exportava. O Lula isentou agora, quando ela também importa. Quer dizer, são absurdos que não são compreensíveis para um Governo que teria obrigação de defender os pobres. Enquanto a Vale do Rio Doce obtém o lucro que obtém, as grandes empresas contabilizam os lucros que contabilizam vendendo produtos *in natura*, que não produzem emprego nem agregam valor neste País. A Senadora disse, há pouco, que, no Estado dela, os pobres ganham de meio a, no máximo, dois salários mínimos. É isso mesmo. Aí ela fala na agricultura familiar. A agricultura familiar só vai ser bem sucedida no dia em que os produtos tiverem preço, porque produzir um saco de milho para vender por R\$7,00 ou R\$9,00, produzir um saco de arroz para vender por algo entre R\$12,00 e R\$15,00, só mandando as mães das autoridades deste País para a roça plantar. O resultado vai ser comer produtos importados do vizinho, porque nós não vamos produzir daqui a uns dias. Todo o sistema está falido, esta é a verdade. Deram empréstimos, mas esses empréstimos não estão sendo nem serão pagos. V. Ex.^a tem que entender que o Governo Lula se aproveita do Plano Real, se aproveita de toda a política feita pelo Governo do PSDB no passado, pratica as mesmas políticas, esta é a verdade.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Ex.^a me permita, porque meu tempo está se esgotando. A forma como V. Ex.^a fala de novo nos trata como se não conhecêssemos nosso País, como se não conhecêssemos a nossa história. A agricultura brasileira está assim porque sempre foi uma agricultura de *plantation*, uma agricultura eminentemente voltada para exportação sob *commodities*, quando qualquer tempestade que ocorre na economia mundial tem esse problema.

O Presidente Lula recomenda tecnologias de absorção, hoje, da nossa sobra de grãos e oleaginosas para salvar o agronegócio brasileiro. Estamos criando...

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Mas, mas, mas não...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A Petrobras está criando... Um instante...

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Não tem crise, não tem tempestade...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A Petrobras está criando o HBio, o Presidente Lula edita a medida provisória estabelecendo o biocombustível nacional, porque vamos absorver o excedente de soja, vai-se reequilibrar a partir de um mercado interno, de uma tecnologia que o mundo não tem.

Segundo: o Presidente Fernando Henrique era Ministro de Itamar Franco. O Plano Real não é do Governo Fernando Henrique; o Plano Real é do Governo Itamar Franco, quando Fernando Henrique era Ministro da Fazenda.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Implantado pelo Ministro Fernando Henrique.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Tornou-se candidato a Presidente da República montado na carona de um projeto que ...

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ... não era do seu governo. Se tem alguém pegando carona no Plano Real, não somos nós. O Plano Real tem duas coisas importantes: retirou o fantasma da inflação galopante – isso nós reconhecemos, todos nós reconhecemos – e estabilizou novamente a moeda brasileira. Agora, quais são os pontos falhos do governo do PSDB? O governo do PSDB trouxe para o Brasil a incerteza de futuro. Foi aí que houve o endividamento, foi aí que houve a privatização. V. Ex^a reconhece que algumas foram erradas, mas nós reconhecemos que todas o foram, porque algumas áreas da economia são questão de soberania nacional e não podemos privatizá-las nunca. E isso é reproduzido em outras experiências de governo, como no Estado de São Paulo, como é o caso do PED lá. Então, estamos querendo dizer para V. Ex^a...

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Sibá Machado...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Só um instante.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Sibá Machado, o Presidente Fernando Henrique...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Um momento, porque não estou lhe concedendo um apar-

te. Estou dizendo a V. Ex^a que este é um debate muito importante. Ficaria mais tempo aqui se o Presidente me concedesse – não há problema – o tempo que fosse necessário. Estou até disposto a presidir, para que o Senador Valdir Raupp fale depois.

Quero dizer a V. Ex^a que o Sr. Geraldo Alkmin é um pote vazio, porque ele não está discutindo o País! Que ele diga aos brasileiros o que pretende fazer deste País! Choque de gestão? Que choque ele deu em São Paulo? Que choque foi esse? É uma pessoa que, quando olha para os movimentos sociais, me faz lembrar os anos de 1920, quando se dizia que o movimento social brasileiro era um caso de polícia.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Sibá Machado, choque, em São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Batista Motta, o aparte deve ser concedido pelo orador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu estou dizendo a V. Ex^a que, sobre esse assunto, o PSDB precisa explicar o que vai fazer do País, porque estamos explicando todos os dias. O Presidente Lula está propondo ao nosso País uma nova correlação de forças políticas pensando na verdadeira independência do nosso País. Nestes próximos quatro anos, temos que cumprir o seguinte dever de casa: meta de superávit mantida em 4,25%, inflação abaixo de dois dígitos, taxa de juro nominal abaixo de um dígito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a já usou 20 minutos na tribuna. Vou lhe conceder um minuto, considerando a sua inteligência do Piauí.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Sr. Presidente, eu estava com a palavra, pois o Senador havia me concedido o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aparte, só com o consentimento do orador.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – V. Ex^a já havia me concedido o aparte, não foi, Senador?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Neste momento, não, porque meu tempo está acabando. Paciência. Concedo o aparte se o Presidente o permitir. Temos ainda um Senador para falar. Ficaria honrado de poder continuar a conversa, mas a sessão está acabando.

Para encerrar, Sr. Presidente, o candidato Geraldo Alkmin, que o PSDB não queria, que foi escolhido de forma atrapalhada, é um vazio, é um pote vazio, não diz a que veio, e eu não posso ficar calado diante do medo iminente de ter um Presidente da República que não diz o que vai fazer do nosso País.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Sibá Machado, o Geraldo não discutiu porque o Lula não foi aos debates, foi ele quem fugiu.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não é em debates, Senador, não é em debates que se deve dizer isso. É um candidato! Há 90 dias ele tem possibilidade de dizer por que quer presidir o País. Não é agora, num debate da Rede Globo, que vai resolver. Ele já deveria ter dito antes de ser candidato.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Ele, em São Paulo, construiu 19 hospitais.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu quero saber, daqui para a frente, o que é choque de gestão, porque essa é uma palavra vazia, boba e não diz absolutamente nada.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Em São Paulo, ele construiu 19 hospitais. Quantos Lula construiu?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sessenta e nove CPIs engavetadas, privatização do Estado, um desastre para São Paulo.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Olhe, Sibá Machado, as estradas de São Paulo e se envergonhe das estradas do Governo Federal. Estão destruídas as estradas do Brasil inteiro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – São privatizadas, e o povo paga pedágio.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – O Governo Federal destruiu as estradas do Brasil.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Por que José Serra, no debate sobre o Governo do Estado, ficou com problema de colocar novos pedágios sobre o Rodonel? Por que isso não foi discutido?

Não somos idiotas. Estamos acompanhando esses assuntos.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – V. Ex^a disse que o PSDB, que o candidato...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou encerrar e prometo que, na próxima terça-feira, estaremos aqui.

Agradeço a tolerância.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Sibá Machado, o PSDB tinha três ou quatro candidatos à Presidência da República. O PT só tem Lula. Se Lula morrer, acabou o PT.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao grande Líder do PMDB de Rondônia, Valdir Raupp, que tem uma concessão toda especial, porque estava encerrada a sessão. Mas, considerando a grandeza da sua vida política em nosso Partido, concedo a palavra a S. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, nobre Presidente Mão Santa. Prometo ser breve, talvez sequer usando o tempo destinado ao orador que me antecedeu – e teria o mesmo direito.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, venho a esta tribuna como Senador da República e também na qualidade de Presidente Estadual do meu Partido, o PMDB do Estado de Rondônia.

Primeiramente, agradeço o carinho e a confiança do povo de Rondônia, do eleitorado de Rondônia, que, em todas as eleições, tem dedicado uma votação expressiva ao meu Partido para alguns cargos.

Já por três vezes, o meu Partido governou o Estado de Rondônia, governa inúmeras Prefeituras do meu Estado, tem inúmeros Vereadores – parece-me que mais de uma centena de vereadores.

Agora, nessa eleição, obtivemos a maior votação para Deputado Federal. O PMDB foi o Partido que obteve o maior número de votos na legenda de Deputados Federais. Da mesma forma ocorreu para Deputado Estadual: foi o Partido que obteve o maior número de votos. A nossa Coligação elegeu cinco Deputados, dois Deputados Federais. Elegemos a Deputada Federal mais votada da história de Rondônia, a Deputada Marinha Raupp, já na quarta eleição.

Assim, agradeço de coração o carinho do povo de Rondônia em ter confiado não apenas na minha esposa, reconhecendo o trabalho que ela tem realizado nos 52 Municípios do meu Estado durante estes últimos 12 anos, como em todos os companheiros do meu Partido. É um Partido humano, um Partido aberto, como sempre o velho PMDB, um Partido democrático.

O reconhecimento veio também no voto de legenda. Todos esperavam que o Governador que foi reeleito, que teve o maior número de votos entre todos os candidatos, tivesse também o maior número de votos de legenda do seu Partido. Mas foi o contrário. O PMDB obteve também o maior número de votos de legenda, que são aqueles que votam apenas no número do Partido, que é o nº 15. Então, o nº 15 foi também o que obteve o maior número de votos de legenda.

Agradeço, de coração, mais uma vez, o carinho do povo de Rondônia, a confiança do povo de Rondônia no meu Partido, o PMDB. Vamos continuar honrando esse Partido, honrando os votos obtidos nas urnas nessas últimas eleições, trabalhando firme para o desenvolvimento do Estado, ajudando nosso País, nosso querido Brasil. Vamos aguardar os resultados das urnas no segundo turno.

Independentemente de quem seja eleito Presidente da República, estaremos nesta tribuna cobrando, tanto eu, como nossos dois Deputados Federais

– Deputada Marinha Raupp e Deputado Natan Donadon, também reeleito da nossa Bancada do PMDB –, as ações do Governo Federal no Estado de Rondônia, que não têm sido muitas, infelizmente.

Acho que o Norte do Brasil tem obtido um fraco desempenho não só do Governo Lula, mas de todos os Governos federais desde a época da ditadura. O Norte do Brasil não tem sido reconhecido pelos Governos federais como uma área de desenvolvimento, uma área de progresso, onde vivem mais de 20 milhões de brasileiros, que ocupam hoje a Amazônia. Era política no passado, do Governo militar: integrar Rondônia para não entregar. Os povos de todos os Estados brasileiros eram chamados para ocupar a Amazônia. Agora, por que não investir, não dar uma condição digna de vida a essa população, a esses guerreiros que lá chegaram no passado e que tiveram seus filhos, netos e bisnetos e até tataranetos durante todos esses anos?

Vou continuar, desta tribuna, cobrando, ainda neste final de ano e a partir do ano que vem, do novo Governo, as ações não realizadas até agora, como o gasoduto Urucu–Porto Velho, que é uma obra importante para o meu Estado, que já está com a licença ambiental aprovada, com o projeto elaborado, e que é uma obra fundamental para a nossa Capital, Porto Velho, e para todo o Estado de Rondônia, que vai deixar de queimar 1,5 milhão de litros de diesel por dia para queimar gás, uma energia mais limpa e mais barata para a população de Rondônia.

Da mesma forma, há a construção das usinas do Madeira, obras importantes para o Brasil. Haverá, sem dúvida nenhuma, a partir de 2010/2011, um racionamento, um apagão mais brutal do que aconteceu no passado se não construirmos as usinas do Madeira, de Jirau e Santo Antônio e as usinas de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará, importantes para o Brasil.

As usinas do Madeira vão gerar em torno de 30 mil a 50 mil empregos diretos e indiretos, renda, ICMS e *royalties* para o Estado e para os Municípios de Rondônia, trazendo uma melhor qualidade de vida para aquela população.

Da mesma forma, as nossas rodovias federais, como a restauração da BR-364, que é a espinha dorsal do Estado e que leva todos os produtos para o Amazonas, para Roraima, para o Acre e para Rondônia. E também a BR-429, que vai de Presidente Médici a Costa Marques, uma BR que tem causado transtornos todos os anos, principalmente no período das chuvas, para a população de Alvorada, de São Miguel, de Seringueiras, de São Francisco e de Costa Marques.

Esse é, portanto, um ponto de honra do nosso Partido, o PMDB, e da nossa Bancada para o próximo

Governo. É o desafio e a cobrança que faremos desta tribuna, com frequência, Sr. Presidente.

Para encerrar, registro, mais uma vez, o carinho e a confiança do povo rondoniense com o meu Partido e com os Parlamentares, os cinco Deputados Estaduais e os dois Deputados Federais, eleitos no último pleito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nossos cumprimentos por presidir com tanta galhardia o nosso Partido, e a solidariedade ao maior homem público do momento, no Brasil, que é o Senador Amir Lando. S. Ex^a não foi eleito, como Rui Barbosa não foi, como Winston Churchill – depois de haver vencido a guerra, não conseguiu voltar ao Senado. Amir Lando é merecedor da admiração de toda a democracia do Brasil.

Quis Deus que eu encerrasse esta sessão, a 163ª sessão não deliberativa, de 5 de outubro de 2006, quando comemoramos dezoito anos da Constituição Federal.

No início da sessão, o Senador Marco Maciel requereu, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, a consagração, nos Anais do Senado Federal, de voto de louvor pela passagem de 18 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, da República Federativa do Brasil.

Brasileiras e brasileiros, a nossa Constituição completa a maioria. Todos nos lembramos de Ulysses Guimarães, figura maior da história do nosso Partido, encantado no fundo do mar, quando beijou esta Constituição e disse que a desobedecer seria rasgar a Bandeira do Brasil.

Faço uma homenagem aos que compunham a Mesa Diretora, para nossa satisfação, segundo informação do nosso Secretário-Geral da Mesa, o brilhante Raimundo Carreiro Silva, que presenciou e participou dos 20 meses de trabalho no Congresso Nacional por esta Constituição que nos guia: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, 1º Vice-Presidente; Jorge Arbage, 2º Vice-Presidente; Marcelo Cordeiro, 1º Secretário; Mário Maia, 2º Secretário; Arnaldo Faria de Sá, 3º Secretário; Benedita da Silva, 1º Suplente de Secretário; Luiz Soyer, 2º Suplente de Secretário; Sotero Cunha, 3º Suplente de Secretário; Bernardo Cabral, Relator Geral; e Adolfo Oliveira, Relator Adjunto; e especialmente à figura do Dr. Raimundo Carreiro Silva, que exaustivamente mostrou a sua competência e o exemplo de servidor às causas do Brasil.

São essas as nossas palavras.

Agradecemos a Deus pelo País e pela Constituição que temos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência comunica ao Plenário que a Sessão

Especial, por ocasião da abertura da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, promovida pelo Senado Federal, será realizada no dia 21 de novembro de 2006, às 11 horas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Juvêncio da Fonseca, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Marcos Guerra, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Fotos mostram dinheiro

do dossiê”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, de 30 de setembro do corrente.

A matéria destaca que o PT tenta no Tribunal Superior Eleitoral, sem sucesso, impedir a divulgação das imagens pela imprensa do dinheiro, apreendido pela Polícia Federal, e que seria usado para a compra de um falso dossiê contra o candidato do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Fotos mostram dinheiro do dossiê

PT tenta no Tribunal Superior Eleitoral, sem sucesso, impedir a divulgação das imagens pela imprensa

PF identifica comprador de dólares achados com petistas

Parte dos US\$ 248 mil apreendidos pela Polícia Federal com petistas que negociavam um dossiê contra tucanos foram comprados pela casa de câmbio Disk Line, informam **Andréa Michael** e **Sheila d'Amorim**.

A Disk Line pertence a Marco Antônio Cursini e tem escritórios em São Paulo e no Rio. Segundo o BCB, a Disk Line adquiriu os dólares das corretoras Action e EBS. O dinheiro vinha de um lote de US\$ 15 milhões comprados pelo banco Sofisa.

Pág. A6

Assessor liga dossiê à campanha de Lula

Hamilton Lacerda, assessor parlamentar e ex-coordenador da campanha de Aloizio Mercadante (PT), disse à PF em São Paulo que o dossiê contra tucanos seria usado nas campanhas de Lula e de outros petistas.

Lacerda negou ter levado dinheiro a Gedimar Passos num hotel em SP. Segundo ele, a mala que carregava continha notebook e outros materiais —que, porém, não estavam entre os itens apreendidos pela PF. **Pág. A7**

Fotos do R\$ 1,7 milhão que seria utilizado para pagar um dossiê contra candidatos do PSDB foram divulgadas ontem em São Paulo.

Uma pessoa ligada ao caso e que pediu para não ser identificada distribuiu, em frente à sede da PF, a jornalista o CD com 23 fotos.

O dinheiro foi apreendido com dois petistas no último dia 15, mas as imagens das cédulas eram mantidas em sigilo pela PF sob a alegação de que sua divulgação poderia interferir nas eleições.

Depois que as fotos já estavam na internet, a PF confirmou que elas integram o

inquérito aberto para investigar a origem do dinheiro.

O ministro Tarso Genro (Relações Institucionais) acusou o PSDB de participar do vazamento das fotos. O presidente do PSDB, Tasso Jereissati, não foi localizado.

O PT pediu ao TSE, sem sucesso, que proibisse a divulgação das fotos pela imprensa. Para Marco Aurélio Garcia, coordenador da campanha do presidente Lula, a divulgação foi “violação do segredo de justiça e, portanto, um ato ilegal”.

A PF em São Paulo abriu inquérito para investigar o vazamento das fotos. **Brasil**

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna, no dia de hoje, para comentar a matéria intitulada “MST freia invasões no País para favorecer campanha de Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 12 de setembro deste ano.

A matéria mostra que o MST reduziu drasticamente as suas invasões em todo o País com o objetivo de não prejudicar a campanha do presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo a matéria, entre janeiro e abril o movimento patrocinou 134 ocupações. Nos quatro meses

seguintes, coincidindo com o período de campanha eleitoral, houve somente 46 ações.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MST freia invasões no País para favorecer campanha de Lula

Entre janeiro e abril, movimento patrocinou 134 ocupações; de maio a agosto, houve somente 46 ações

José Maria Tomazela
ENVIADO ESPECIAL
TEODORO SAMPAIO

Para não correr o risco de prejudicar a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, que lidera com folga a corrida presidencial, o Movimento dos Sem-Terra (MST) pisou no freio das invasões em todo o País. De acordo com números do próprio movimento, nos quatro primeiros meses deste ano, foram realizadas 134 ações em 21 Estados. Nos quatro meses seguintes, coincidindo com o período de campanha eleitoral, o número de invasões despencou – de maio a agosto foram apenas 46 em 11 Estados.

Antes do período eleitoral, o MST não se poupou de praticar ações de grande repercussão negativa, como a destruição do centro de pesquisas florestais da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul. O mês de abril foi marcado por uma onda de invasões de prédios e fazendas, bloqueios de rodovias e ocupação de pedágios. Como bom aliado, assim que as pesquisas apontaram o favoritismo do presidente, o movimento recolheu sua massa de frente, a militância que organiza as ações. Vários líderes estão engajados na campanha do PT.

Em julho, foram registradas 12 invasões e, em agosto, apenas 7, todas elas pontuais, realizadas para atender a circunstâncias locais. Na última ação, na quarta-feira da semana passada, quando 200 sem-terra invadiram a sede do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), em Presidente Prudente, o coordenador José Aparecido Maia pediu cuidado aos militantes: “Não quebrem, não estraguem nada.”

Indagado, disse que era uma orientação de praxe, pois se tratava de protesto pacífico e com alvo bem definido. “O Estado prometeu assentar 1.400 famílias na região e não cumpriu.” Reconheceu, porém, que o MST cuida para não incorrer em descuidos como o do Movimento de Liberta-

Em Teodoro Sampaio, no Pontal, não há nenhum conflito há 4 meses

ção dos Sem-Terra (MLST), que teria posto em risco a campanha de Lula ao promover um quebra-quebra nas dependências da Câmara, em junho.

No Pontal do Paranapanema, região de conflitos fundiários dominada pelo MST, a falta de ação desagradou ao sem-terra Antonio Silva, de 79 anos, acamado há 4 anos. “Se concluta já é difícil sair a terra, imagine tudo porco de se feita.”

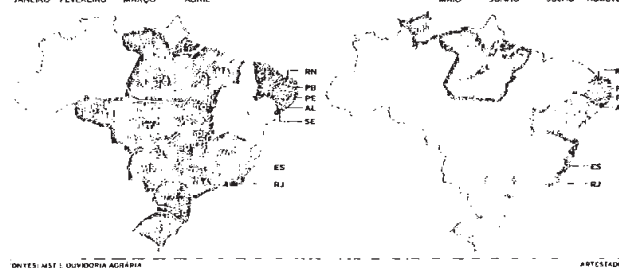
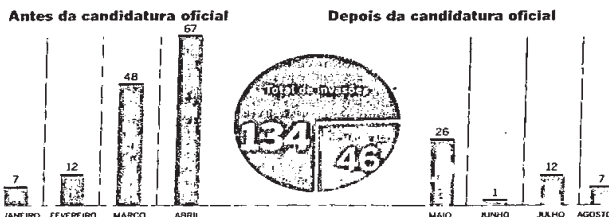
A última invasão, da Fazenda São Sebastião, em Teodoro Sampaio, ocorreu há quatro meses.

No fim de julho, o líder José Rainha Júnior chegou a formar uma frente com lideranças de outros movimentos para fazer o que chamou de “arrastão” em latifúndios da região. Com o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MAST), Movimento Unidos pela Terra (Uniterra) e Associação Renovadora dos Sem-Terra (ARST), o MST de Rainha prometeu invadir 20 fazendas no Pontal. Com Lula à frente nas pesquisas, o plano não saiu da intenção. “Vamos esperar o momento oportuno”, disse o líder.

Convertido em cabo eleitoral de sua mulher, Diolinda Alves de Souza, candidata a deputada estadual pelo PT, Rainha percorre acampamentos e assentamentos pedindo votos para os petistas Lula, Aloizio Mercadante (candidato no governo de São Paulo), Eduardo Suplicy (para o Senado) e o “companheiro” José Genoino (para a Câmara). Diolinda dobra também com o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que foi seu advogado quando esteve preso.

Nos acampamentos, a propaganda eleitoral se confunde com as bandeiras vermelhas do MST. “Lula ficou feliz da vida com minha candidatura”, diz Diolinda, que em março comandou grupos de mulheres na invasão de cinco fazendas no Pontal. Novas ações, segundo ela, só depois das eleições. “Agora, estou em campanha.”

As ações dos sem-terra



Para o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, a candidatura da mulher de Rainha é a prova de que o MST está engajado na campanha de Lula. “Estão quietinhos porque o candidato deles está na frente. Se fosse o Geraldo Alckmin liderando, estariam pondo fogo no mundo”, ironizou.

A coordenadora nacional do MST, Marina dos Santos, disse que a mobilização “esfriou” porque, em ano eleitoral, faltam interlocutores para as negociações. “Não é uma tregua. É que, nesse período, a reforma não avança e seria gastar fichas à toa.” A mobilização maior no início do ano, afirma, foi prevista em virtude das eleições. “Sabemos que, durante a campanha, para tudo.”

Segundo ela, o movimento não tomou partido no pleito, “mas a maioria (dos militantes) vai votar no Lula”. Será um voto “crítico”, diz, porque há muita insatisfação com o ritmo da reforma agrária. “A expectativa era de 1 milhão de famílias assentadas durante os 4 anos, mas não se chegou a 400 mil”, contou. De acordo com a líder, o MST não impediu seus militantes de lançar candidatura ou partido, par de campanhas nem o “ti multa por” a expectativa. “O verresado tem de se articular dentro do partido e deve saber o que ele não representa o MST.”

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, volto à tribuna, no dia de hoje, para comentar o artigo intitulado “Dez razões para não votar em Lula”, de autoria do escritor e jornalista Gilberto de Mello Kujawski, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 14 de setembro do corrente.

Em seu excelente artigo, o jornalista enumera dez razões pelas quais não vota no Presidente-candidato Lula. O autor lembra que Lula rebaixou os índices de crescimento do Brasil a níveis “haitianos”, que foi o governo Lula que elevou a carga tributária a cerca de 37,37% e que foi em seu governo que a corrupção alcançou limites intoleráveis.

O autor conclui: “votar em Lula significa aderir à turma do ‘me engana que eu gosto’”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Dez razões para não votar em Lula

Gilberto de Mello Kujawski

Meu pensamento circulava por outras esferas quando a leitura da declaração de voto em Lula pelo simpático professor Renato Janine Ribeiro (USP, Sorbonne, etc.) me trouxe de volta à realidade: “Voto em Lula. Acho o governo dele melhor que os anteriores. A economia está melhor, a Polícia Federal está melhor, a educação está melhor, o custo dos alimentos está mais baixo. Então, acho que a condição do povo está melhorando” (*Folha de S. Paulo*, 25/8). Panglossiano. Se fosse no tráfego, o autor dessa declaração seria multado. Nunca se viu alguém andar tão a gosto na contramão das idéias e dos fatos.

Então, indaguei-me: se me perguntassem por que não vou votar em Lula, o que eu diria? Quais as razões de minha rejeição ao presidente Luiz Inácio? Alinhei logo em seguida as dez razões pelas quais não voto em Lula. El-las:

● **Lula**, ao contrário do que quer parecer, é um político de feito francamente conservador, que reproduz os piores vícios dos velhos políticos brasileiros, a saber: *patrimonialismo, clientelismo, centralização, populismo, autoritarismo*.

Patrimonialismo – Ao lotear o governo pelo PT, Lula traiu seu patrimonialismo, procedendo, ele e o PT, como donos absolutos dos cargos de confiança, proprietários legítimos do governo transformado em “cosa nostra”.

Clientelismo – compra disfarçada de votos em troca de favores, como o Bolsa-Família, seu carro-chefe eleitoral.

Centralização – O presidente e o governo e não abre. Tudo passa por suas mãos. Mul-

ta suspeita, portanto, sua alega da inocência nos casos de corrupção. Nada se faz no governo sem sua ciência, sem seu aval sem sua cumplicidade.

Populismo – Ele convive mais com as instituições democráticas, o Congresso, o Judiciário, a imprensa. Quer governar acima das instituições, como o “pai dos pobres”, em ligação direta com o “povo”.

Autoritarismo – Como todo populista, como todo coronel, sua auto-suficiência se traduz no mais decidido autoritarismo nas relações com os ministros, os partidos, os deputados e os subordinados.

● Ao ser tão conservador – no mau sentido – e querendo posar de progressista, Lula revela-se uma fraude política, utilizando a mentira como sua arma principal. Dessa mentira faz parte seu tão falado “carisma”, inventado para impressionar os trouxas.

● Lula rebaixou os índices de crescimento do País a níveis haitianos, como se sabe. Melhorou o emprego? Balela. Quando Alckmin declarou, faz pouco, que Lula é um exterminador de empregos, muita gente falou em gafe. No dia seguinte veio o indicador do IBGE: o desemprego no País é o maior em 15 meses. Só o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, não sabia.

● Lula herdou a política econômica do governo anterior, mas se mostrou um mau herdeiro. O bom herdeiro amplia e aperfeiçoa a herança. Lula contentou-se em repetir e conservar a política econômica estabilizadora do seu antecessor, boa para seu tempo, sem acrescentar nada de novo. O que teria de fazer seria aproveitar a estabilidade para incentivar o crescimento. Em vez disso, marcou

passo até agora, enquanto outros países emergentes já revolucionaram a escala do desenvolvimento. Nem mesmo foi respeitada a autonomia das agências reguladoras, uma das maiores conquistas do governo Fernando Henrique Cardoso.

● O governo Lula elevou a carga tributária a cerca de 37,37% do PIB, um recorde histórico, travando brutalmente o desenvolvimento econômico.

● Ao contrário do que proclamam alguns, a educação vai mal. O número de alunos não cresce nas universidades. O ensino básico continua uma calamidade.

● O presidente Lula, com seu autoritarismo, espírito centralizador e excesso

de medidas provisórias, contribuiu para desmoralizar e desprestigiar o Congresso, e o Congresso desmoralizado se tornou presa fácil da corrupção. A corrupção vem do Planalto, como assinala Alckmin: “Mensalão é a submissão de um Poder a outro. É fácil bater em deputado, e tem de bater. Mas o deputado é só correia de transmissão. Todo o dinheiro sai do Executivo e sempre tem corruptor do lado de fora” (*Estado*, 25/8).

● A política externa do atual governo, com seu terceiro-mundismo e sua obsessão antiamericana, é a política de Brancalione, aquele comandante do exér-

cito de esfarrapados. Ridícula e improdutiva, capitaneada por duas figurinhas difíceis, Samuel Pinheiro Guimarães, o Talleyrand provinciano, e Marco Aurélio Garcia, o Maquiavel encabulado. Lula adora andar em más companhias, um demagogo perigosamente antidemocrata e megalomaniaco, Hugo Chávez, e aquele ditador decadente, Fidel Castro.

● Lula não tem perfil de estadista. O verdadeiro estadista

Ele pode até ser absolvido nas urnas, mas não o será pela História

dá sua marca criando o fato novo, aquele que divide a política em antes e depois dele – o Plano de Metas de JK, a recuperação da Guanabara por Carlos Lacerda, o Plano Real de FHC. Luiz Inácio não conta com nada parecido em seu currículo, após quatro anos de governo.

● A onda de corrupção que assola e devora o País em todos os níveis pode ser ou não da responsabilidade de Lula. Seja como for, seu nome ficará historicamente vinculado à mais gigantesca sequência de escândalos que abalaram a política brasileira nos últimos anos. Lula pode ser absolvido nas urnas, se ganhar a eleição, mas não será absolvido pela História.

Em suma, não é possível votar para presidente da República num candidato que nunca leu um livro e se gaba da própria ignorância como se esta fosse um galardão e motivo de orgulho. Que péssimo exemplo para a juventude! Será possível levar este homem a sério quando ele fala na importância da educação?

Com perdão daquele simpático professor da USP, colega da não tão simpática Morilena Chauí, votar em Lula significa aderir à turma do “me engana que eu gosto”. ●

Gilberto de Mello Kujawski, escritor e jornalista, é membro do Instituto Brasileiro de Filosofia E-mail: gmkujawski@terra.com.br

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Estamos aproveitando mal o crescimento global”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 6 de setembro do corrente.

A referida matéria destaca a participação do ex-Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, no seminário comemorativo dos 30 anos da Comissão de Valores Mobiliários. Em sua palestra, Fraga “lamentou

que a redução dos gastos públicos não esteja na pauta de discussão do governo”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria acima citada passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Estamos aproveitando mal o crescimento global’

Armínio Fraga, ex-BC, lamenta que redução do gasto público não esteja na pauta do governo

Mônica Ciarelli
R.O.

O ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga lamentou que a redução dos gastos públicos não esteja na pauta de discussão do governo. O executivo, hoje sócio da Gávea Investimentos, admitiu que o tema não é fácil e requer medidas “antipáticas”, mesmo em ano eleitoral.

Fraga alertou, em palestra

no seminário comemorativo dos 30 anos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que esse ponto terá um custo para o próximo governo. “O crescimento acelerado dos gastos públicos, na média, chega a 10% em termos reais. Isso acaba asfixiando boa parte da economia.”

Além da redução das despesas públicas, o ex-presidente do BC destacou a necessidade de o País promover uma reforma

previdenciária e do Estado.

“Torço para que isso aconteça no ano que vem. (...) Isso poderia ajudar na queda dos juros.” Ele classifica de “reforma do Estado” um choque de eficiência, onde se reduza o número de ministérios e de funcionários públicos.

Armínio Fraga considera difícil o governo atingir a meta de 4% de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) este ano,

pois o País precisaria ter um crescimento muito grande neste semestre. “Seria ótimo, mas não vai ser fácil”, avisou. “O Brasil precisa encontrar um caminho. Às vezes, eu acho que podemos ir mais depressa. Estamos aproveitando mal o crescimento global, sem explorar todo o nosso potencial.”

Evitando palpites sobre o desempenho da economia para este ano, Fraga alegou ser mais

importante o planejamento de longo prazo. Lembrou, por exemplo, que há 40 anos o Brasil crescia a taxas superiores à da Coreia, um dos tigres asiáticos que hoje têm média de crescimento acima de 6% ao ano. “Hoje, a renda coreana é duas vezes e meia a brasileira”, comentou, lembrando que para isso a Coreia investiu pesadamente em educação. ●

O SR. MARCOS GUERRA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Vendas no varejo recuam pelo segundo mês, diz IBGE”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, de 20 de setembro de 2006.

A matéria destaca que o movimento no mercado de varejo foi quase generalizado; supermercados e hipermercados venderam 0,61% a menos e que para o IBGE, desempenho fraco do comércio varejista indica que a capacidade de endividamento das famílias está próxima do limite.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro assunto a que me refiro é o seguinte: a população do Espírito Santo proporcionou ao País, nas últimas eleições, um exemplo de maturidade política, ao reeleger, por ampla margem de votos, o governador Paulo Hartung. Sua consagração como o governante estadual mais votado do País, considerando-se o total de votos válidos, corresponde a uma manifestação coletiva de confiança no bem-sucedido projeto a que ele deu início em seu primeiro mandato.

Ao longo dos últimos quatro anos, a atual administração obteve expressivas vitórias, reconhecidas e aprovadas nas urnas, no domingo passado. Quando assumiu, no início de 2003, Paulo Hartung tinha à sua frente a difícil tarefa de recuperar um Estado em que se acumulavam problemas à primeira vista insolúveis: organizações criminosas infiltravam-se nas mais diversas áreas; era generalizada a descrença no poder da autoridade para resolver questões crônicas; os salários do funcionalismo estavam atrasados; e persistia há oito anos um déficit nas contas públicas, com dívidas que somavam R\$1,200 bilhão.

O resgate da credibilidade política, institucional e financeira do Espírito Santo foi uma missão que Paulo Hartung assumiu com empenho e cumpriu com êxito. Hoje, a confiança nas instituições foi restaurada. Somos um Estado com as finanças reequilibradas e a capacidade de investimento recuperada. Este ano, o governo estadual – que antes não tinha recursos em caixa sequer para pagar salários – deve investir R\$800 milhões em obras e serviços. A iniciativa privada, por sua vez, investirá 6 bilhões de reais.

Em seus próximos quatro anos de governo, o governador já anunciou que pretende fazer da educação

uma prioridade, para que o Estado se torne uma referência nacional no setor até 2010. Não é um objetivo circunstancial, imediatista. Educação de qualidade, já ficou demonstrado exaustivamente, é essencial para garantir o desenvolvimento sustentável, uma ferramenta indispensável para a inclusão social. Como diz Paulo Hartung, é hora de aproveitar o momento favorável que o Espírito Santo vive para fazer das medidas de incentivo à educação uma alternativa para combater a desigualdade.

Deve-se ainda ao Governador a incorporação do planejamento estratégico de longo prazo à estratégia de trabalho da Administração Pública. Em seu Governo, formulou-se o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, uma agenda que traça metas para o Estado nos próximos 20 anos – abrangendo temas como a superação dos desequilíbrios regionais, a diversificação da economia e a formação de mão-de-obra qualificada para atender às necessidades locais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos quatro anos que se encerrarão no dia primeiro de janeiro de 2007, o Governador Paulo Hartung conseguiu agregar a população, as forças políticas e os setores produtivos em torno de um projeto de reconstrução e desenvolvimento que mudou a face do Espírito Santo e promete um futuro de prosperidade. Seu segundo mandato será respaldado por uma votação sem paralelo, um atestado de competência emitido por toda a sociedade capixaba.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para saudar os novos integrantes da Bancada Federal de meu Estado, os Deputados eleitos Luiz Paulo Vellozo Lucas, Lelo Coimbra, Rita Camata, Camilo Cola, Sueli Vidigal, Carlos Machado, Rosi de Freitas, Iriny Lopes, Neucimar Fraga e Jurandy Loureiro. E o novo Senador capixaba, Renato Casagrande, que deixará a Câmara dos Deputados para assumir uma cadeira nesta Casa. A partir do próximo ano, eles se juntarão ao esforço que os atuais representantes do povo do Espírito Santo no Congresso Nacional vêm desenvolvendo em prol de seu Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Vendas no varejo recuam pelo segundo mês, diz IBGE

Movimento foi quase generalizado; super e hipermercados venderam 0,61% menos

Para instituto, desempenho fraco do comércio varejista indica que a capacidade de endividamento das famílias está próxima do limite

JANAINA LAGE
DA SUCURSAL DORIO

As vendas do comércio varejista recuaram 0,45% em julho, segundo dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Trata-se da segunda queda seguida em relação ao mês anterior.

A análise de longo prazo confirma os sinais de desaceleração. Na comparação com igual mês de 2005, a expansão foi de 2,30%, o menor crescimento do ano e o pior resultado para um mês de julho desde 2003.

Segundo o IBGE, o resultado indica que a capacidade de endividamento das famílias está próxima do limite. O crédito foi o principal fator de expansão do comércio nos últimos dois anos, com destaque para as vendas de móveis e eletrodomésticos. Em julho, as vendas desses produtos caíram 2,65%.

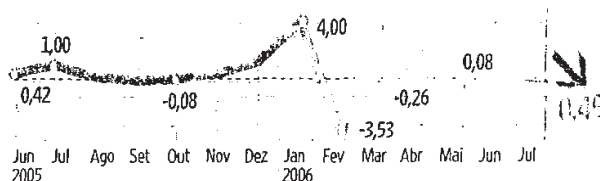
O movimento de queda nas vendas foi quase generalizado. As vendas de supermercados e hipermercados caíram 0,61%. Nem mesmo a queda nos preços de alguns alimentos, devido à inflação baixa, foi capaz de elevar as vendas em volume.

As vendas de combustíveis e lubrificantes caíram 0,44% devido aos preços elevados. Foi a sétima queda consecutiva na comparação com o mês anterior. As vendas de veículos, motos, partes e peças foram a úni-

COMÉRCIO EM BAIXA

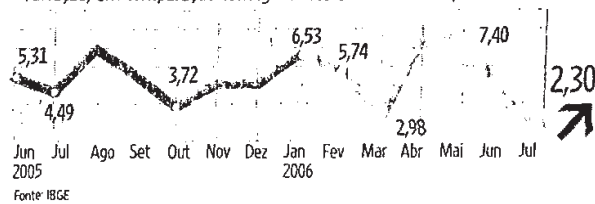
Vendas no comércio caem 0,45% em julho

Varição em comparação com o mês anterior, em %



Expansão é a menor do ano

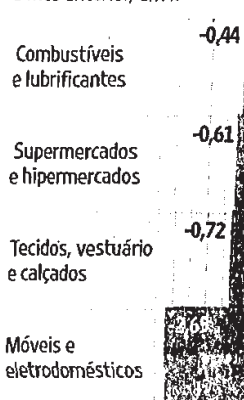
Varição, em comparação com igual mês do ano anterior, em %



Fonte: IBGE

DESTAQUES NEGATIVOS EM JULHO

Varição em comparação com o mês anterior, em %



ca exceção na série com ajuste sazonal, com alta de 8,23% em relação a junho.

A atividade de tecidos, vestuário e calçados teve queda de 0,72% nas vendas. Segundo o IBGE, o resultado está relacionado ao fim das liquidações e ao início das vendas da coleção primavera.

Alta de 5% no ano

Para Carlos Thadeu de Freitas, economista da CNC (Confederação Nacional do Comércio), o crescimento do setor deverá ser liderado nos próximos meses pelas vendas de bens não-duráveis, como alimentos.

"O terceiro trimestre deve continuar fraco, mas a inflação

baixa, o Natal e o 13º salário devem aquecer as vendas no fim do ano, especialmente de não-duráveis. O comércio deve fechar 2006 com alta de 5%."

Na avaliação de Freitas, o arrefecimento das vendas está relacionado às taxas elevadas cobradas pelos bancos na concessão de empréstimos. "Quem está endividado sofre com o custo do empréstimo."

Na avaliação de Maurício Moura, economista-chefe da consultoria Gouvêa de Souza & MD, a inadimplência em alta, o aumento do desemprego e a queda da renda real do trabalhador foram fundamentais para o desaquecimento do setor.

Em julho, a renda do traba-

lhador caiu pela primeira vez no ano, de acordo com dados da Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE. "Os indicadores econômicos disponíveis apontam para agosto um cenário de manutenção da conjuntura atual de estagnação e baixo crescimento das vendas reais", disse.

Segundo o Instituto para Desenvolvimento do Varejo, os resultados indicam que já começam a regredir os segmentos do comércio que mais prontamente reagem ao estímulo das variações de renda real da população e de disponibilidade ou custo do crédito. "Sinais de que a política econômica tem espaço para maior ousadia no sentido de reaquecer a economia."

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna, neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “TCU abre investigação formal sobre desvio de verba na Secom”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 14 de setembro do corrente.

A matéria destaca que o Tribunal de Contas da União apontou um prejuízo de R\$11,6 milhões nos contratos com agências de Duda Mendonça e Paulo de Tarso. Ainda de acordo com a reportagem, o Mi-

nistério Público vai analisar o caso e decidir se houve improbidade administrativa.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O ESTADO DE S. PAULO

NACIONAL Eleições 2006

TCU abre investigação formal sobre desvio de verba na Secom

Tribunal aponta prejuízo de R\$ 11,6 milhões nos contratos com agências de Duda Mendonça e Paulo de Tarso

Sônia Filgueiras
Expedito Filho
BRASÍLIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu ontem abrir um processo formal – chamado de tomada de contas especial – para investigar supostas irregularidades em dois contratos firmados pela Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência em 2003, durante a gestão do ministro Luiz Gushiken. Por unanimidade, oito ministros do tribunal julgaram necessário aprofundar uma auditoria que apontou indícios de prejuízo de R\$ 11,6 milhões aos cofres públicos.

O objetivo dos contratos era a edição e distribuição de 5 milhões de revistas e folhetos com propaganda oficial – material que acabou recheado de elogios ao governo Lula e ataques à gestão Fernando Henrique. O serviço foi realizado pelas agências de dois ex-marqueteiros do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: Duda Mendonça e Associação, de propriedade do próprio Duda, e Matisse Comunicação e Marketing, do publicitário Paulo de Tarso dos Santos.

Os técnicos do TCU avaliam que houve superfaturamento de preços. Pior: parte do serviço pode ter sido paga sem que o trabalho tenha sido efetivamente realizado. Não há evidências convincentes de que um bom lote das publicações tenha sido mesmo impresso, já que ele não passou pela administração fede-

PÚBLICO-PRIVADO

Sem fronteira



Jardins de estrelas

Apesar de o Palácio da Alvorada e a Granja do Torto serem residências oficiais do presidente da República, a primeira-dama Marisa Leticia permitiu a plantação de canteiros de flores imitando a estrela do PT nas duas casas públicas



Nas asas da FAB

Luiz Cláudio da Silva, filho do presidente Lula, convidou os amigos para passar férias em Brasília. Viajaram em um avião da Força Aérea (FAB) e se transformaram o Palácio da Alvorada em um resort



Kombis úteis

No início do governo, a cadelinha Michelle do casal presidencial foi fotografada sendo transportada na Kombi dos serviços gerais do Palácio da Alvorada. Em agosto passado, na abertura da campanha eleitoral, outra Kombi foi usada para distribuir panfletos no primeiro comício do candidato Lula



Advogado ad hoc

O ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) participou de reunião privada e indicou o advogado Arnaldo Malheiros para defensor de Antonio Palocci no caso Franceniildo. Malheiros não aceitou defender o ex-ministro



Caselro

Para tentar derrubar a suspeita de que Palocci frequentaria a mansão da república de Ribeirão, em Brasília, o governo mobilizou a Fazenda, a Caixa (CEF) e o Coaf para violar o sigilo bancário do caseiro Franceniildo



BB financia PT

O diretor de Marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzoloto, assinou contrato no valor de R\$ 21,68 milhões para a aquisição de 5 mil computadores e 5 mil impressoras, todos eles com copiadoras, scanners e fax para informatizar todos os diretórios do PT

Exemplos do uso de recursos públicos e outros meios estatais para fins particulares



Porcão sertanejo

Henrique Pizzoloto, diretor de Marketing do Banco do Brasil, levou o banco público a comprar R\$ 70 mil em ingressos para um show de Zezé Di Camargo & Luciano. A renda da apresentação foi revertida para o PT comprar uma nova sede em São Paulo



Cidade de Deus

Em comício no bairro Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, o governo usou o cadastro dos programas sociais para pesquisar e convidar crianças que participaram do evento eleitoral do candidato Lula



Cartilhas

O governo contratou duas agências de publicidade, a Duda Mendonça e a Matisse, por R\$ 11 milhões para a confecção de 5 milhões de cartilhas. Como se o PT fosse um agente do Estado, o governo disse que pediu ao partido para distribuir 2 milhões dessas cartilhas, que eram pura propaganda do Planalto

ral. Numa justificativa que aponta para relação promíscua entre o governo e o partido do presidente, o Planalto alega que cerca de 1 milhão de exemplares foi encaminhado direta-

mente para diretórios municipais do PT, que se encarregaram da distribuição.

O tribunal aponta como responsáveis pelos possíveis danos ao erário Gushiken, seu en-

tao secretário-adjunto Marcus Flora, outros oito ex-funcionários da Secom e as duas agências de publicidade. Os responsáveis têm 15 dias para apresentar explicações ou recolher aos

cofres públicos o possível prejuízo. Gushiken foi enquadrado por ter "no mínimo falhado nos seus deveres de diligência, contribuindo para a ocorrência do possível dano".

Ao citar as empresas dos ex-marqueteiros de Lula, o tribu-

MP vai analisar caso e decidir se houve improbidade administrativa

nal registra a possível prática de "enriquecimento sem causa". O TCU decidiu ainda remeter uma cópia do processo ao Ministério Público Federal, que vai examinar agora se o caso envolve a prática de crime ou de improbidade administrativa.

EXPLICAÇÕES

O TCU chegou a analisar as explicações preliminares prestadas pela Matisse e pela secretária chefiada por Gushiken, além da participação do PT no caso. Os ministros não só rejeitaram as explicações, como afirmaram que elas "serviram para reforçar os indícios das graves irregularidades".

Os ministros afirmam que o envolvimento do PT provocou "confusão entre ação governamental e ação partidária com claros objetivos promocionais" do partido. Além dos indícios de superfaturamento e de não-execução de parte dos serviços, o TCU também aponta o fato de que o governo inseriu nas revistas matéria promocional de integrantes do governo, o que contraria a Constituição.

O voto sugerindo abertura do processo, que serviu de base para a decisão do TCU, partiu do ministro Ubiratan Aguiar, relator do caso. ●

Ex-ministro estranha decisão perto das eleições

...O chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos do governo, Luiz Gushiken, insistiu ontem na tese de que a decisão do TCU está ligada à proximidade das eleições. "Estranho que somente agora venha a se apontar suposto conteúdo não institucional, quando à época — quase dois anos atrás — todos os deputados, senadores, governadores, prefeitos e outras autoridades receberam o material", disse ele, por nota. "Certamente, alguns setores políticos prefeririam que o governo não prestasse contas nem divulgasse realizações."

Gushiken afirmou ainda que o acórdão do TCU "estabelece que a etapa seguinte do processo permitirá a apresentação de defesa e das provas de que não existiu qualquer ilegalidade, nem prejuízo aos cofres públicos, na produção e distribuição do material informativo". Para ele, não há impedimento legal na forma como foram distribuídas as publicações. ●

Gráficas se negam a exibir notas fiscais do serviço

Diretores das gráficas Pancrom e Kriativa (do grupo Litokromia) confirmaram ontem ter produzido pelo menos 900 mil exemplares de publicações para o governo Lula e entregue o material à Secretaria de Comunicação Institucional (Secom) "e parte para o PT". Mas

evitaram dar detalhes, mesmo sobre títulos das publicações, e recusaram-se a mostrar as notas fiscais do serviço prestado.

O diretor comercial da Kriativa, Roberto Casali, admitiu ter rodado "600 mil revistas do governo federal" e ter seguido a orientação das agências de publicidade do governo, Duda Mendonça e Matisse. "Essa celeuma, sobre se entregou aqui ou ali, para nós, não interessa. As vezes, mandavam entregar no PT e na Secom", afirmou Casali. Ele disse não se lembrar do tipo de cartilha rodada na gráfica — que tem sede em Alphaville, Barueri (SP). "Foi em 2004. As vezes, tem título (na nota) que não é exatamente o da publicação", revelou.

O diretor-presidente da Pancrom, Homero Villela, disse ter rodado 300 mil exemplares de uma cartilha para o governo Lula a pedido da agência Matisse, que pertence ao publicitário Paulo de Tarso Santos, responsável pelas campanhas de Lula em 1989 e 1994. "Foi entregue no Brasil inteiro", afirmou Villela. "Nós comprovamos ao TCU a entrega dos 300 mil exemplares com notas fiscais e canhotos. Foi entregue conforme a orientação das agências", ressaltou, informando em seguida que não tem mais as notas fiscais do serviço. Segundo ele, a papelada foi encaminhada às agências de propaganda "no primeiro semestre" para que parassem a defesa nos processos no TCU. Até agora não foi devolvida. "Foram encaminhadas as (notas) originais, para que tirassem cópias autênticas", alegou.

Já o diretor comercial da Kriativa disse que tem as notas fiscais e também enviou cópias ao TCU "no ano passado", mas não as apresentou. "Está tudo no arquivo morto", garantiu. A Pancrom existe há 60 anos e, assim como a Kriativa, está voltada para o mercado publicitário. ● VANI-CE CIOCCARI

Tasso pede divulgação de dados

Documentos podem justificar processo contra Lula, diz

Cida Fontes
BRASÍLIA

O presidente do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE), vai pedir ao TCU que torne pública a documentação sobre os contratos de R\$11 milhões feitos pela Secretaria de Comunicação da Presidência para a produção de cartilhas com ações do governo federal que foram distribuídas pelo PT.

"Isso é muito sério e nada está claro. Temos de abrir esta documentação, que é pública", afirmou o senador, ao repetir que o processo julgado pelo TCU pode ser base para um pedido de impeachment do presi-

dente Luiz Inácio Lula da Silva, se ficar comprovado o desvio de recursos públicos. "Seria superfaturamento direto da Secom, que é vinculada à Presidência. Não tem intermediários, não tem Marcos Valério, não tem José Dirceu nem Delúbio Soares", continuou o tucano, citando os principais nomes do escândalo do mensalão.

Mesmo sabendo que dificilmente conseguirá esclarecimentos antes das eleições, Tasso afirmou que o PSDB vai insistir nas investigações. Segundo ele, a intenção do PT agora é desviar o assunto e dizer que é uma disputa política. "Aí eles (o PT e o governo) dizem que é uma

disputa e tudo entra nessa geléia geral." Em nota, o presidente do PT, Ricardo Berzoini, estranhou que a notícia sobre o processo da Secom no TCU tenha sido divulgada em "plena campanha eleitoral" e de forma "precipitada e distorcida".

A oposição ficou ainda mais desconfiada com o fato de Berzoini ter admitido que o PT recebeu 929.940 exemplares de publicações com as realizações do governo e os teria distribuído aos diretórios e militantes. "Deve ter algo muito mais grave que o PT quer esconder. Eles preferem assumir um crime menor para esconder um maior", observou Tasso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Líder do MST é preso por ‘incitação ao crime’”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 22 de agosto do corrente.

Segundo a matéria, depois de falar no sepultamento de líder rural, Josias Barros Ferreira, o coordenador nacional do MST, Jaime Amorim, foi detido sob acusação de ter atacado o consulado dos EUA

em novembro de 2005, em um protesto contra o Governo Bush.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TERRA SEM LEI

Líder do MST é preso por ‘incitação ao crime’

Depois de falar no sepultamento de líder rural, Jaime Amorim é detido sob acusação de ter atacado consulado dos EUA em novembro

Angela Lacerda
ENVIADA ESPECIAL
ITAQUETINGA

O coordenador nacional do MST, Jaime Amorim, foi preso ontem à tarde, quando saía do município de Itaquitinga, a 84 quilômetros do Recife. A prisão preventiva foi decretada pelo juiz da 5ª Vara Criminal do Recife, Joaquim Pereira Lafayette Neto, por entender que em liberdade Amorim “poderá colocar em risco a paz e a segurança de cidadãos de bem”.

O líder teve a prisão requerida em processo que apura a depredação do Consulado dos Estados Unidos, no Recife, durante protesto contra o governo Bush, no dia 5 de novembro de 2005. Pedras e tinta foram jogadas no prédio e o policial militar Almir José de Barros foi atingido com uma lixeira. De acordo com o juiz, houve desobediência a ordem policial, deterioração da coisa alheia e incitação ao crime. Barros alegou ainda que há antecedentes contra Amorim, que também não teria endereço fixo.

Advogados, políticos ligados à questão agrária e a movimentos de direitos humanos se reuniram com o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Fausto Freitas, no fim da tarde, e entraram com pedido de habeas corpus para tentar liberar Amorim.

O dirigente do MST foi preso logo depois de participar do enterro de Josias Barros Ferrei-

ra, um dos principais líderes do movimento em Pernambuco. Ele dirigia um Fiat Uno acompanhado dos dirigentes regionais Alexandre Conceição e Edilson Barbosa. Deixava a cidade em direção a Vitória de Santo Antão, para o enterro de outro líder do MST, Samuel Matias Barbosa. Josias e Samuel foram assassinados a tiros, no domingo, no Acampamento Alto da Balança, em Moreno, por dissidentes do movimento.

O Uno foi interceptado na saída da cidade por dois carros, ocupados por sete policiais à paisana, segundo Conceição. “Pensamos que era um atentado”, disse. “Jaime mostrou a habilitação, os homens confirmaram sua identificação em voz alta e o prenderam.” Amorim está no Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna, em Abreu e Lima.

Antes de ser preso, ele admitiu, durante o enterro, não ter controle sobre o uso de armas nos acampamentos. “Cada pessoa no seu íntimo, no seu barraco, às vezes tem uma faca, um revólver, uma espingarda. É difícil controlar”, afirmou. “Não significa que haja um processo de armamento.”

Josias e Samuel foram mortos, segundo líderes sem-terra, por serem contra a negociação de uma suposta in-

denização das terras do acampamento – por onde

passará um gasoduto. Por ordem da direção estadual do MST, as casas onde 59 famílias moravam foram incendiadas e destruídas em represália às mortes.

A polícia procura três suspeitos – entre eles um menor – dos assassinatos. ■

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar o editorial do jornal **Folha de S.Paulo**, de 4 de agosto do corrente publicado sob o título “Escapismos de volta”.

O editorial critica a proposta do Governo Lula de convocar uma Assembléia Constituinte para a realização de uma reforma política. O editorial destaca a “desconexão lógica que existe entre a idéia genérica de mudar algumas regras da representação popular e o objetivo de combater a corrupção na esfera pública”.

Na verdade, a proposta feita pelo Governo do Presidente Lula não passa de uma manobra política para desviar as discussões na campanha eleitoral.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o editorial da **Folha de S.Paulo** seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S.PAULO

Data: 04/08/2006

Editoriais

editoriais@uol.com.br

Escapismo de volta

Idéia de constituinte para reformar a política não faz sentido; Carta de 1988 já oferece os meios para alterar as regras

O DEBATE público no Brasil está acostumado a identificar soluções idílicas sempre que problemas crônicos em nossa sociedade se manifestam com mais intensidade.

Se há crise na segurança, então é preciso chamar o Exército; se negros não chegam à universidade pública, instalem-se cotas; se há caixa dois nas campanhas, crie-se o financiamento público exclusivo; se há corrupção no Executivo e no Legislativo, proceda-se à reforma política; se as reformas não avançam, convoque-se uma miniconstituinte.

A ambição de reformar e consertar a sociedade de cima, pela força de ações fundadoras, é um tema antigo na tradição brasileira. Já camuflou interesses autoritários no passado, mas no período democrático contemporâneo se reveste mais de escapismo. Tem se manifestado, na forma geral de demagogia, quando os meios ordinários para conquistar avanços numa democracia já constituída parecem lentos ou ineficientes demais para dar uma resposta, no plano do marketing, a uma crise candente.

A digressão é necessária pois decifra a proposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de chamar uma assembléia constitucional específica para realizar uma “reforma política”. Nem se questione —até porque, neste espaço, essa crítica tem sido feita com bastante frequência— a desconexão lógica que existe entre a idéia genérica de mudar algumas

regras da representação popular e o objetivo de combater a corrupção na esfera pública.

Que sentido faz convocar uma assembléia constituinte, ainda que restrita, quando todos os meios para modificar as normas, inclusive as que regulam a representação política, estão dados pela Carta de 1988? Constituintes só se justificam quando há rupturas institucionais, mudanças de regime. Do contrário, o instrumento se banaliza e, com ele, a própria democracia.

Na hipótese benigna, o objetivo de eleger pessoas sem compromisso com a lógica partidária para representar melhor os “anseios da sociedade” é uma quimera. Na realista, é um estratagemma do governo para exercer maior influência sobre os constituintes. De todo modo, as pessoas a serem eleitas serão sempre “políticos” e votarão de acordo com uma lógica resultante da pressão dos grandes partidos, do governo e dos setores influentes da opinião pública —exatamente como ocorre hoje com deputados e senadores “comuns”.

O essencial da “reforma política” se resolveria com uma lei ordinária (aprovada por maioria simples no Congresso) impedindo alguém que muda de legenda de candidatar-se pelos quatro anos seguintes. Esse dispositivo, associado à entrada em vigor —a partir da eleição de outubro— da cláusula de barreira, favoreceria a formação de dois corpos estáveis (um oposicionista, outro situacionista) no Congresso Nacional. Já seria um ganho considerável, dada a balbúrdia que tem prevalecido nas duas Casas.

Que não se espere, porém, que tal plataforma venha a minimizar a corrupção federal. Isso não é o objetivo nem está ao alcance de nenhuma reforma política.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “TSE descobre grampo em telefones de 3 ministros”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 18 de setembro do corrente.

A matéria destaca que o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Marco Aurélio, seu vice Cezar Peluso e Marcelo Ribeiro, tiveram conversas gravadas, segundo a empresa de segurança contratada para fazer a varredura dos telefones.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Eleições 2006

TSE descobre grampo em telefones de 3 ministros

O presidente Marco Aurélio, seu vice Cezar Peluso e Marcelo Ribeiro tiveram conversas gravadas, segundo empresa que fez varredura

Mariângela Gallucci
BRASÍLIA

Três ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tiveram seus telefones funcionais e pessoais grampeados. A descoberta foi feita por uma empresa contratada pelo TSE para fazer varreduras nos aparelhos instalados nos tribunais, nas casas dos ministros e nos seus telefones celulares.

Não há informações sobre quem efetuou o grampo e desde quando ele estava instalado. Entre os ministros que tiveram telefones grampeados está o presidente do TSE, Marco Aurélio Mello. Outro atingido pelos grampos é o vice do tribunal, Cezar Peluso. Tanto Marco Aurélio quanto Peluso também integram o Supremo Tribunal Federal (STF), principal corte de Justiça do País. O terceiro ministro a ter seus telefones grampeados foi Marcelo Ribeiro, um dos integrantes do TSE responsáveis por analisar reclamações contestando propagandas de candidatos à Presidência da República.

“Mais uma vez ficamos estarecidos. Se o grampo partiu de particulares, merece condenação. Se partiu do Estado, merece excomunhão maior e apenas revela a quadra que estamos vivendo”, disse o presidente Marco Aurélio. Ele pretende comu-

nicar o fato à presidente do STF, Ellen Gracie, e ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, para que tomem providências.

Em entrevista coletiva, às 9 horas de hoje, o diretor-geral do TSE, Athayde Fontoura Filho, deverá dar mais detalhes do episódio. Ao longo da semana, o TSE deverá julgar recursos de políticos excluídos da eleição por responderem a processos judiciais ou por serem investigados em inquéritos que estão no STF. Entre esses políticos estão os suspeitos de envolvimento com os esquemas sanguessuga e do mensalão. A expectativa é que o TSE derrube essas proibições, visto que, segundo a lei, uma pessoa só é considerada inelegível após decisão definitiva da Justiça.

No cargo desde maio deste ano, Marco Aurélio tem feito declarações polêmicas. Ao tomar posse, prometeu rigor com os políticos que cometem irregularidades e disse que o Brasil se transformou no país do “faz-de-conta”: “Faz de conta que não se produziu o maior dos escândalos nacionais, que os culpados nada sabiam”, disse então. ●

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 54 minutos)

Agenda do Presidente do Senado Federal

5-10-2006

quinta-feira

19:00 – Solenidade de posse do Doutor Carlos Eduardo Caputo Bastos, reconduzido ao cargo de Ministro Efetivo do Tribunal Superior Eleitoral
Plenário do TSE – Praça dos Tribunais Superiores
Martha Lyra Nascimento, chefe de Gabinete, Presidência do Senado.

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL


Nº 223 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o artigo 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Prorrogar até 31/12/2006, os trabalhos da Subcomissão Técnica Especial de que trata a Portaria nº 155, de 2006, do Diretor-Geral, incumbida de dar continuidade do processo de modernização regulamentação da Internet do Senado Federal e Órgãos Supervisionados e ainda desenvolver e implantar projeto de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Senado Federal, 05 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 224 , DE 2006**


O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,
no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Denise Brito Silva dos Santos, mat. 39540, para integrar a Comissão Especial de que trata a Portaria nº 204, de 2006.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 2 de outubro de 2006.

Senado Federal, 05 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 225 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,
no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Cláudia Roberta Pereira da Silva, mat. 187061, para integrar a Comissão Especial de que trata a Portaria nº 212, de 2006.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 2 de outubro de 2006.

Senado Federal, 05 de Outubro de 2006




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1928 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 014529/06-8,

RESOLVE dispensar o servidor RUI SOARES MOREIRA, matrícula 41790, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, com efeitos financeiros a partir de 27 de setembro de 2006,

Senado Federal, 04 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1929 , DE 2006**

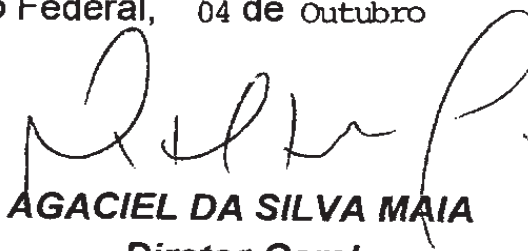
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores RUI DE OLIVEIRA VASCONCELOS, matrícula nº 39424, e PETRUS ELESBÃO LIMA DA SILVA, matrícula nº 39590, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 019387/05-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 04 de Outubro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

AÇO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1930 , DE 2006

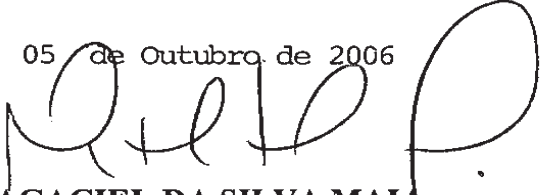
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 10 do Ato do Presidente nº 252, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.010/93-3,

RESOLVE:

Homologar, para fins do disposto no artigo 20 da Lei n.º 8.112, de 1990, o estágio probatório dos servidores abaixo relacionados:

NOME	MATRÍCULA	MÉDIA
SÉRGIO SALEXANDRE VIEIRA	185544	188
ESTER MONTEIRO DA SILVA	185325	188
ANA BEATRIZ DOS SANTOS	185271	188
ROBERTO DA ROCHA FRAGOSO	184825	188
MARCELA MACEDO DINIZ	184813	188
ANTÔNIO CARLOS LOPES BURITY	184783	188
MARIA LÚCIA SIGMARINGA SEIXAS	184760	188
CELSO CAVALCANTI DE MELO JÚNIOR	184758	188
ALEXANDRE CAMPOS DA SILVEIRA	184722	188
MARIA GORETTE BRANDÃO DA SILVA	184898	188
JULIANA MONTEIRO STECK	184953	188
FLÁVIO GOMIDE DE FARIA	184904	188
MIKHAIL DE OLIVEIRA LOPES	185120	188
PAULA DE SOUZA PIMENTA SILVEIRA	184928	188
THAMARA RODRIGUES BRASIL CAIXETA	184692	188
DAVI EMERICH	184620	188
PAULO SÉRGIO DA ROCHA VASCONCELOS	184618	187,66
RAISSA ABREU GOMES	184837	187
VALÉRIA CRISTINA CASTANHO DE ALMEIDA	184667	186,16
ELINA CHRISTIANY PEREIRA RODRIGUES	184886	186,66
LAERCIO JOSÉ FRANZON	184941	186,66
CLÁUDIA TAVARES FERNANDES	184990	187,5
CRISTINA SUDBRACK VIDIGAL	185118	186,33
IARA TERESINHA DE FARIAS BORGES	184795	185,83

Senado Federal, 05 de Outubro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1931 , DE 2006

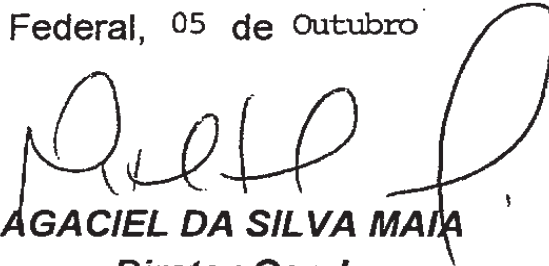
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ALEXANDRE ASSUCENA DE VASCONCELLOS, matrícula nº 32960, e VANDERLEI PIRES DA SILVA, matrícula nº 52477, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 014111/06-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 05 de Outubro de 2006.

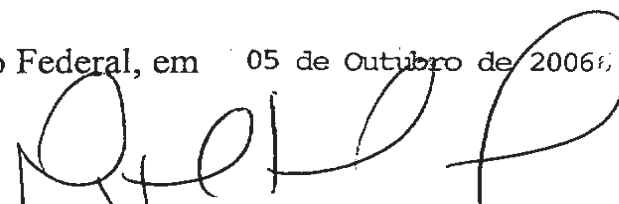

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1932 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **014847/06-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **ADRIANO PIRES BITENCOURT**, matrícula n.º 178011, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-1, e sua respectiva lotação, do Gabinete do Senador Papaléo Paes para o Gabinete do Segundo Suplente de Secretário.

Senado Federal, em 05 de Outubro de 2006,


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1933 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **014792/06-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **CLAUDIO BRAZ**, matrícula n.º 161310, de Secretário Parlamentar para o de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 05 de Outubro de 2006

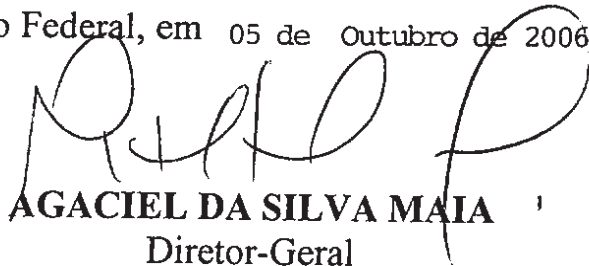
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1934 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **014791/06-4**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, do servidor **CLOVIS FERNANDO DE SOUZA SIEMAK**, matrícula n.º 195082, de Assistente Parlamentar, AP-8, para o de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 05 de Outubro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1935 DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014828/06-5,

RESOLVE exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MIRIAM VALADARES**, matrícula n.º 177407, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Juvêncio da Fonseca, a partir de 04 de outubro de 2006.

Senado Federal, em 05 de Outubro de 2006

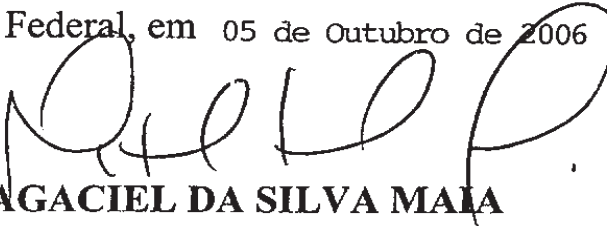

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1936, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014819/06-6**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA DE FÁTIMA PINTO DE SÁ PIRES**, matrícula n.º 175721, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 05 de Outubro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1937 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014751/06-2**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **WALDOMIRO JOSÉ DOS SANTOS JÚNIOR**, matrícula n.º 195938, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Rodolpho Tourinho, a partir de 02 de outubro de 2006.

Senado Federal, em 05 de Outubro de 2006

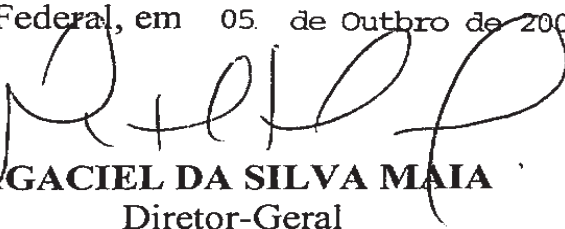

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1938, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014877/06-6**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANTÔNIO EDVALDO BEZERRA DA SILVA**, matrícula n.º 196050, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 05. de Outubro de 2006

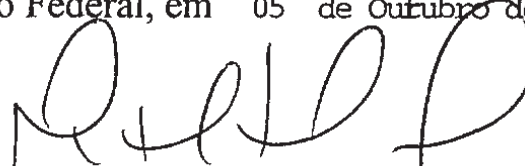

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1939 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014878/06-2**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **NUARAH YAPONIRAH MARIANO CARDOSO**, matrícula n.º 196931, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 05 de Outubro de 2006

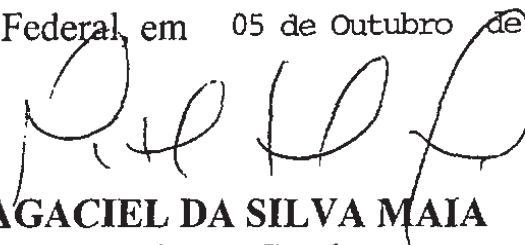

AGACIEL DA SILVA MAIA'
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1940 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014759/06-3**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RODRIGO DE TOLEDO ALVES COSTA**, matrícula n.º 176075, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 05 de Outubro de 2006

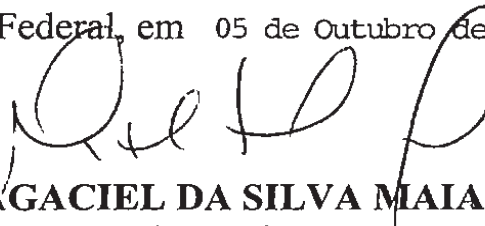

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1941, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014760/06-1**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARTA MARIA DE QUEIROZ**, matrícula n.º 176040, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 05 de Outubro de 2006

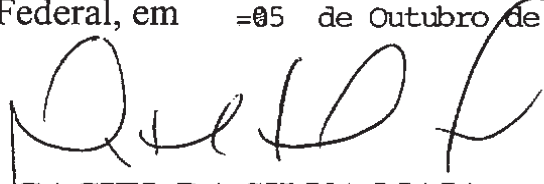

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1942 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014760/06-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DULCINEA DE FREITAS BARROSO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 05 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1943 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014759/06-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GLEICIANI ALBERTON** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 05 de Outubro de 2006

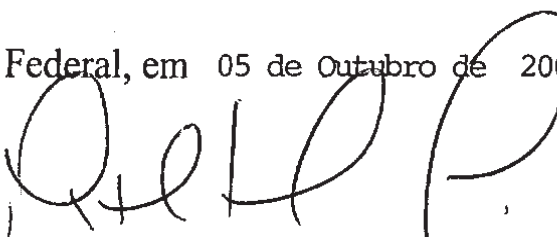

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1944 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014837/06-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIZ PAULO GONÇALVES DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 05 de Outubro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1945 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014836/06-8,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROGÉRIO RAMOS DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal em 05 de Outubro de 2006

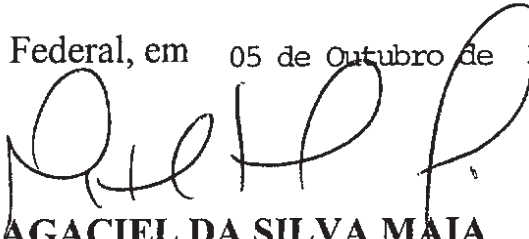

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1946 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014829/06-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LEONARDO DERZI RESENDE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Juvêncio da Fonseca.

Senado Federal, em 05 de Outubro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1947 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014784/06-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLOS ALBERTO LEAL** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Aloizio Mercadante.

Senado Federal, em 05 de Outubro de 2006

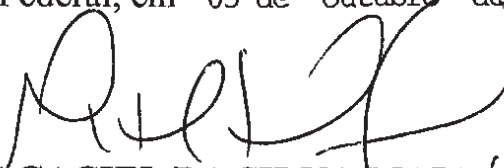

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1948 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014769/06-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ DA GRAÇA DE JESUS NEGREIROS** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Cristovam Buarque.

Senado Federal, em 05 de Outubro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1949 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014746/06-9,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PATRÍCIA DE PAULA LEITE** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Aloizio Mercadante.

Senado Federal, em 05 de Outubro de 2006

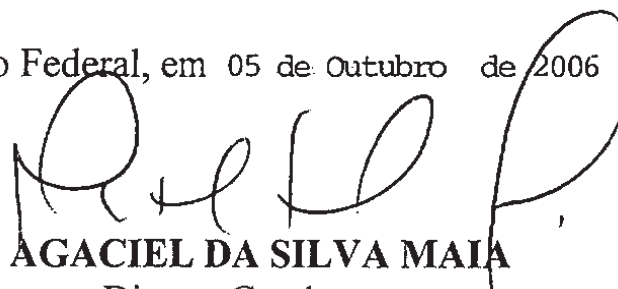

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1950 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014874/06-7**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PATRÍCIA DE OLIVEIRA NÓBREGA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 05 de Outubro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1951 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014752/06-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELMA LÍGIA PIRES LEAL LIBERAL** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Rodolpho Tourinho.

Senado Federal, em 05 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1952 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014753/06-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANDREA MACHADO DA SILVA CARNEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Rodolpho Tourinho.

Senado Federal, em 05 de Outubro de 2006

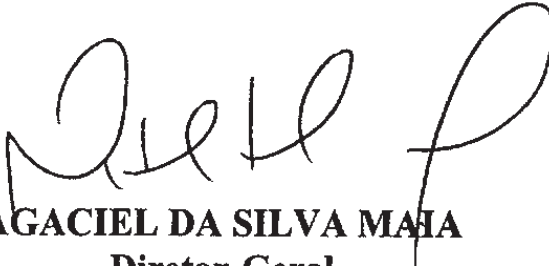

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 1953 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 014717/06-9,

RESOLVE dispensar o servidor MAURICIO RIBEIRO DE SANTI, matrícula 54061, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Reportagem da Secretaria Rádio Senado, a partir de 28 de setembro de 2006, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 05 de outubro de 2006.



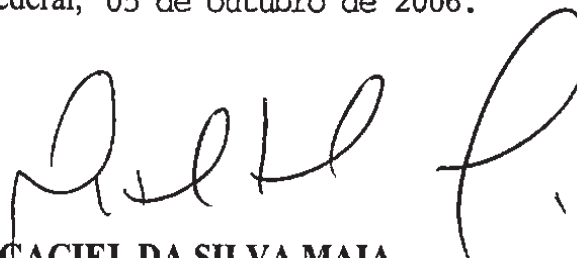
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1954 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 014630/06-0,

RESOLVE designar a servidora LARISSA BORTONI DIAS, matrícula 54164, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Reportagem da Secretaria Rádio Senado, a partir de 28 de setembro de 2006.

Senado Federal, 05 de outubro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia
PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro
BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão
PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará
PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco
PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais
BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás
PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso
PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul
PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará
PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba
PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo
PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí
PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte
PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina
PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas
P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe
PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas
PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná
PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre
BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul
PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal
PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins
PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá
PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**^S
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia
PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima
PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ^{(1) (5)}	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ^{(2) (6)}	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotônio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves (PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho ³ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁵	MG	2244	1. Leomar Quintanilha ⁴ (PCdoB)-cessão	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges ⁶	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁷	SP	3213
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.10.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o Of. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Eleito na Sessão do SF do dia 3.10.2006. Indicado de acordo com o Ofício nº 32/2006-GLDBAG-CSCOM, de 6.9.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA PMDB-MG
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 150 PÁGINAS